

**DOCUMENTOS E TRABALHOS DO  
PROFESSOR MARCO ANTONIO  
RODRIGUES DIAS**

**VOLUME NÚMERO 16**

**O FATO E A VERSÃO DO FATO**

O  
FATO

E A VERSÃO

DO

FATO

UM JORNALISTA NOS ANOS 60

MARCO ANTONIO RODRIGUES DIAS

## INDICE

- 1- A- Apresentação: uma volta ao passado  
B- Presentation: A back to past
  
- 2- Texto do livro "O fato e a versão do fato -  
Memórias dos anos sessenta" - Editora PUC-  
MG- 1992

# **1- A- APRESENTAÇÃO -UMA VOLTA AO PASSADO -**

Abril de 2007

Marco Antonio R. Dias

No quadro das comemorações dos vinte anos de criação da Faculdade de Comunicação Social da PUC-Minas Gerais, fui solicitado a fazer uma apresentação, em Belo Horizonte, sobre as condições de criação desta instituição.

Em lugar de me limitar a contar a história da criação da Faculdade, iniciativa no final de contas da união do voluntarismo de Dom Serafim Fernandes de Araújo e da criatividade de Lélío Fabiano dos Santos, preferi dar preferência ao contexto.

A apresentação do tema foi feita na PUC de Minas Gerais em julho de 1992. Era época de exames, a audiência foi pequena, mas tudo foi gravado, o que facilitou, mais tarde, a recuperação do tema. Ao tomarem conhecimento do texto incluído neste volume, a vice-reitora da UCMG, Beatriz Gonçalves, o reitor Padre Magela e o assessor de imprensa, Bonifácio, consideraram que o documento merecia ser publicado, a fim de, entre outras coisas, resguardar a memória institucional da Universidade e, de certa maneira, de Minas Gerais.

Trata-se, evidentemente, de uma visão subjetiva dos fatos. Jamais foi minha intenção “fazer sociologia” ou dar uma interpretação histórica dos elementos que explicam como a imprensa mineira e brasileira era organizada nos anos sessenta e setenta, as razões do golpe de 1964, a evolução da sociedade mineira e brasileira. O que fiz foi apenas dar, em linguagem absolutamente informal e espontânea, um depoimento para que os estudantes da PUC, e quem mais tivesse acesso ao texto, conhecessem uma visão de quem estava ali no momento do golpe e que exerceu o jornalismo num momento de mudanças profundas da sociedade. Evidentemente, o texto foi estruturado, muito se devendo a Virgínia da Matta Machado que revisou os originais, consertando o que de errado ou impreciso poderia haver num texto de alguém que, desde longa data, tinha se ausentado do país.

A versão aqui incluída é a que o autor revisou pela última vez antes de o texto ir para a imprensa. Justifica-se, para eventuais leitores do século XXI, mencionar que alguns anexos, em particular os de número V (sobre o escritor e jornalista português João Apolinário) e o de número VI (sobre Marcus Pereira, autor, entre outras coisas, do mapeamento musical do Brasil) não fizeram parte do

livro editado pela PUC-MG. Os editores consideraram que os assuntos relativos a estes anexos não interessariam ao público mineiro. Eles tinham razão, mas nós recuperamos estes textos, pois consideramos que o interesse de um trabalho desta natureza vai além de Minas. E, em realidade, o livro, editado segundo informações da PUC-MG, com cerca de mil exemplares, não chegou às livrarias. Esgotou-se nos lançamentos realizados em Minas Gerais (no Minas I), em São Paulo (no Memorial da América Latina) e no Rio de Janeiro (na Livraria do Palácio do Catete).

Por outra parte, deixam de serem incluídas aqui, fotos muito interessantes dos anos sessenta que a Assessoria de Imprensa da PUC-MG implantou no trabalho. Além disso, num toque de atualização, incluímos também um anexo, o de número VII. Trata-se de um depoimento dado em 2002 à Professora Sandra de Fátima Pereira Tosta. A Professora Sandra publicou, em 2006, um interessantíssimo estudo sobre as relações da Igreja com a mídia e incluiu uma síntese deste documento em seu livro “Pedagogia e Comunicação no registro da liberdade” (Editora PucMinas, 2006). Neste documento, volto à criação da Faculdade de Comunicação Social da PUC-Minas e desenvolvo uma série de comentários referentes à importância dos meios de comunicação para o desenvolvimento da sociedade.

Paris, março de 2007

## **B- PRESENTATION -A BACK TO PAST**

**April 2007**

Marco Antonio R. Dias

As part of the commemorations of the twenty years of creation of the Faculty of Social Communication of PUC-Minas Gerais, I was asked to make a presentation, in Belo Horizonte, about the conditions of creation of this institution.

Instead of just telling the story of the creation of the Faculty, an initiative after all of the union of Dom Serafim Fernandes de Araújo's voluntarism and the creativity of Lélío Fabiano dos Santos, I preferred to give preference to the context.

The presentation of the theme was made at the PUC of Minas Gerais in July 1992. It was time for exams, the audience was small, but everything was recorded, which later facilitated the recovery of the theme. Upon learning of the text included in this volume, UCMG Vice-Chancellor Beatriz Gonçalves, Rector Padre Magela and Press Officer Bonifácio considered that the document deserved to be published in order, among other things, to safeguard the memory. University and, to a certain extent, Minas Gerais.

It is, of course, a subjective view of the facts. It was never my intention to “do sociology” or to give a historical interpretation of the elements that explain how the Minas Gerais and Brazilian press was organized in the sixties and seventies, the reasons for the 1964 coup, the evolution of Minas Gerais and Brazilian society. What I did was just give, in absolutely informal and spontaneous language, a statement so that the students of PUC, and who else had access to the text, knew a view of who was there at the time of the coup and who exercised journalism in a moment of profound changes in society. Evidently, the text was structured, much due to Matta Machado's Virginia who revised the originals, fixing what was wrong or inaccurate in a text from someone who had long been absent from the country.

The version included here is the one the author last revised before the text went to press. For any readers of the 21st century, it is justified to mention that some annexes, in particular those of number V (about Portuguese writer and journalist João Apolinário) and number VI (about Marcus Pereira, author, among other things, of mapping Brazil) were not part of the book published by PUC-MG. The editors considered that matters relating to these annexes would not be of interest to the mining public. They were right, but we retrieved these texts, as we consider that the interest of

such a work goes beyond Minas. And in fact, the book, published according to information from PUC-MG, with about a thousand copies, did not reach the bookstores. It sold out at the launches held in Minas Gerais (Minas I), São Paulo (Memorial da América Latina) and Rio de Janeiro (Palacio do Catete Bookstore).

On the other hand, here are no longer included, very interesting photos of the sixties that the PUC-MG Press Office implanted in the work. In addition, in an update touch, we also included an attachment, number VII. This is a statement given in 2002 to Professor Sandra de Fátima Pereira Tosta. In 2006, Professor Sandra published a very interesting study on the Church's relations with the media and included a synthesis of this document in her book "Pedagogia and Communication in the Register of Freedom" (Editora PucMinas, 2006). In this document, I return to the creation of the Faculty of Social Communication of PUC-Minas and develop a series of comments regarding the importance of the media for the development of society.

Paris, March 2007

# O FATO E A VERSÃO DO FATO: MEMÓRIAS DOS ANOS SESSENTA

*Ca n'est pas c'qu'on  
fait qui compte,  
c'est l'histoire,  
c'est l'histoire!*

Yves Duteil-  
chanteur et compositeur  
populaire français

*Diamantina é o Beco do Mota  
Minas é o Beco do Mota  
Brasil é o Beco do Mota  
Viva meu país!*

Milton Nascimento  
cantor e compositor  
popular mineiro

**Marco Antonio RODRIGUES DIAS**

-Paris, setembro de 1992-



Como suas memórias (ou “relatos de história”, como ele diz) permitem perceber, jornalismo, política e educação complementaram-se em Marco Antonio Rodrigues Dias, em seus anos de formação e definição profissional, que coincidiram com os anos prévios e os iniciais do regime ditatorial de 1964. Foi como se ele estivesse submetido a um múltiplo e fértil processo de preparação para chegar, na maturidade, como uma síntese das três experiências, à casa maior da educação a nível mundial, a UNESCO. Ali ele se integrou há anos para o exercício de delicadas funções que lhe permitiram multiplicar, com o mundo como cenário, a sua contribuição no campo educacional.

Repórter de agudo olfato, editor de política desvinculado das correntes tradicionais do poder e, portanto, com apurado senso crítico estimulado por seus compromissos com a reforma e a renovação, Marco Antonio viveu seus anos de jornalista na turbulenta época em que o país acordava plenamente, endoidecido por suas profundas contradições, para a questão social. Simultaneamente, teve uma ativa participação na política estudantil e um breve, mas significativo lapso, nos gabinetes da Educação, em Brasília, no auge das tentativas reformistas do governo Goulart.

Foi no curso dessa experiência que o jovem iniciante captou a dimensão da escola política dos mestres pesse-distas mineiros dos quais retiraria, tantos anos depois,

a constatação de que “a versão vale mais que o fato” para, em torno dela, fazer girar, com maliciosa aplicação, as suas lembranças daqueles tempos. Constatação cuja análise de conteúdo poderia ser o tema inaugural de uma cadeira de ética jornalística, pelo que propiciaria de reflexões para a prestação desse serviço público que é a informação.

É, pois, de sua vivência nesse tempo – cujo conhecimento e análise tanta validade têm para a compreensão do presente – que Marco Antonio dá o seu testemunho factual (“acompanhado frequentemente de uma interpretação necessariamente subjetiva”). Ele reanima episódios e estimula, portanto, controvérsias através de sua versão, suscitando questões que repousam na penumbra da história, mas que, pouco a pouco, através de depoimentos como este, vão recebendo os subsídios necessários para o seu melhor entendimento.

No campo profissional suas lembranças/reflexões terão certamente desdobramentos no futuro, como insinuam as suas breves referências a aspectos fundamentais para a modernização da prática jornalística, como a reciclagem permanente, a preparação para informar em um mundo cujos problemas se globalizam e a percepção de que os meios de comunicação deverão ser cada vez mais instrumentos “para a verdadeira democracia”.

## **PREFÁCIO**

Nada mais desafiador do que prefaciар o livro de um jornalista. Isto porque o jornalista está presente ao fato e a sua versão sobre o fato se chama história acontecendo.

Neste contexto, o prefácio equivale a uma grande angular: trata-se de colocar a história e seu cronista na mesma perspectiva e procurar extrair daí um juízo. É o que procurei fazer com objetividade humana, uma vez que os anos sessenta, cuja memória esse texto procura recuperar, ainda repercutem em nossa atualidade política e econômica.

O Primeiro Mundo estava em gestão nesse turbulento útero histórico e o Terceiro Mundo, filho bastardo do Primeiro, já pressentia a sua marginalidade na reorganização das novas alianças.

A História pulsou em Minas e encontrou na disponibilidade esclarecida de Marco Antonio uma resposta engajada, comprometida, militante, palavras de ordem de seu personalismo conseqüente.

Esses tempos estão retratados pela pena emocionada

do Marco Antonio. Brasil, Minas, Belo Horizonte, tudo em convulsão de cidadania e o fato refletiu-se em nossa Universidade, da qual me orgulho de ser Reitor, por uma dupla razão: pela clarividência da Igreja, que deu testemunho sólido na parte sombria daquela década e pela encarnação da ética e da liberdade no “campus”.

Recordo-me com especial gratidão do fruto maior desse período, que foi a maturação na PUC•MG da Escola de Comunicação Social. Trabalhei naquele espaço de renovação e de mudança, onde também Marco Antonio investiu seu talento e entusiasmo.

Dou, pois, testemunho desse jornalista que trabalhou a história, participando dela, como convém àqueles que adquiriram o direito à palavra pública pela limpidez de suas ações. Quanto aos fatos, o livro se abre às múltiplas versões que interpelam nossas consciências e o seu autor nos provoca a um reexame histórico do período.

*Prof. Pe. Geraldo Magela Teixeira*  
Reitor

## NOTA PRELIMINAR DO AUTOR

"Ça n'est pas ce qu'on fait qui compte,  
c'est l'histoire, c'est l'histoire"

Yves Duteil

Em 1991, a Faculdade de Comunicação Social da Universidade Católica de Minas Gerais comemorou seu vigésimo aniversário de criação. Um seminário foi organizado para, através da memória daqueles que estiveram implicados na criação da Faculdade, recuperar, para a história do curso, o contexto político e social em que evoluíam os meios de comunicação, como se orientava o ensino de comunicação no Brasil ao final dos anos sessenta e início dos anos setenta e, evidentemente, fatos diretamente vinculados à criação da Faculdade de Comunicação da PUC-MG.

Não podendo me deslocar a Belo Horizonte no período do seminário, aceitei fazer uma palestra na PUC-MG, no início de julho de 1992, aproveitando uma ida ao Brasil, a convite da SBPC.

Não foi uma palestra tradicional e o tema, afinal, não ficou centrado na história do curso. Pediram-me para dar, baseado na minha experiência pessoal, um depoimento sobre a imprensa mineira no período imediatamente anterior à criação do curso e, de quebra, fornecer elementos de informação úteis para consolidar a "memória" do curso. Não dispunha de texto escrito e a atividade foi organizada de maneira a facilitar um clima de diálogo, de "bate-papo". Fiz umas anotações, pus a memória para funcionar e o texto aqui apresentado -elaborado, a pedido da Faculdade de Comunicação da PUC-MG, para uso de seus alunos- segue, na medida do possível, embora com mais riqueza de detalhes, a ordem com que os temas foram tratados na palestra ao vivo. Não é uma ordem lógica, nem segue necessariamente os fatos de maneira cronológica.

Não se trata de uma análise sociológica, de um estudo em profundidade, nem é esboço de uma tese, como nós, professores universitários, costumamos fazer. É um depoimento que acabou se tornando uma memória dos anos sessenta vista sob o ângulo de uma experiência em diversos órgãos da imprensa mineira. É um relato de histórias, de "causos" acompanhados, frequentemente, de uma interpretação subjetiva.

Os anos sessenta foram importantes para o Brasil, para Minas e para indivíduos como eu, membros de uma geração que acreditou poder fazer algo para o país, que teve acertos e desacertos, que teve carreiras interrompidas e frustrações desenvolvidas. Vivi grande parte destes anos, mais da metade, em Minas (início de 59 ao início de 70), porém com três interrupções: três meses em Brasília, dois anos em São Paulo (64 a 66), e dois anos em Paris (66 a 68). Em Minas, casei-me em fins de 1964 e, em Belo Horizonte, fevereiro de 1969, nasceu meu primeiro filho, concebido em Paris, durante os acontecimentos de maio de 1968.

Vivi intensamente este período. Foi quando abri os olhos para o mundo. Desenvolvi minha formação universitária (graduação em Direito em Belo Horizonte, pós-graduação em Comunicação em Paris). Em Minas, conheci o amor, fiz política estudantil: na Faculdade, como dirigente da Juventude Universitária Católica e membro atuante do CAAP - Centro Acadêmico Afonso Pena -; na Universidade (diretor do jornal do DCE, organizando atividades de extensão), em nível regional (Minas), nacional (congressos da UNE) e internacional (membro da delegação da UNE no IV Congresso latino-americano de estudantes em 1961). Iniciei uma participação na vida política, como assessor parlamentar, membro do gabinete do Ministro de Educação e Cultura, Paulo de Tarso Santos, em 1963.

Desenvolvi, ao mesmo tempo, uma carreira intensiva de jornalista. Repórter de "O Diário" e "Ultima Hora", em 1961 e 1962, editor de política do "Correio de Minas" e "Diário de Minas" (1962 e 1963), diretor da "Folha de Minas" (início de 1964), copy-desk e redator secretário de "Ultima Hora" de São Paulo (1964 a 1966), diretor da "Rádio Jornal de Minas" (1968 a 1970, quando me transferi para a UnB, em Brasília).

Os anos sessenta, sobretudo o período que passei em Belo Horizonte, marcaram profundamente minha vida nos campos pessoal e profissional, a ponto de ser visto e considerado em todas as partes como mineiro. A notícia sobre a palestra que deu base a este texto, enviada à imprensa pela PUC-MG, mencionava a presença do jornalista mineiro no campus da Gameleira. O fato não coincide com a versão do fato. Nasci na zona norte do Rio, no Meyer; cresci na longínqua Zona Oeste (Santa Cruz) e, na tentativa de conciliar fato com versão do fato, quando interrogado, respondo sempre que sou "mineiro do Meyer". Aliás, espero que este texto, visão subjetiva de acontecimentos já distantes no tempo, não seja por demais contraditório com a realidade, pois tudo o que apresento, os "causos" que conto, mostram que, em Minas, normalmente, mais importante que o fato é a versão do fato.

Paris, 07 de setembro de 1992

Marco Antonio RODRIGUES DIAS

# 1

## TEMPOS DE ALKIMIN

Minas sempre produziu grandes figuras da vida política brasileira. Uma delas, sem dúvida uma das maiores, foi José Maria de Alkimin, companheiro de adolescência, em Diamantina, de Juscelino Kubitschek de Oliveira e que, mais tarde, viria a se transformar no símbolo da matreirice mineira.

Homem público durante dezenas de anos, tendo ocupado funções das mais altas, no plano estadual e federal, Alkimin foi, inclusive, vice-presidente da República no tempo de Castelo Branco, e, antes, ministro da Fazenda de Juscelino. Neste posto, foi duramente combatido por um dos grandes partidos conservadores da época, a UDN, e, em particular, por Carlos Lacerda, que o acusava de corrupto. Mais tarde, ao morrer, descobriu-se que Alkimin viveu e morreu pobre para quem dispusera de tanto poder.

A versão do fato não correspondia à realidade. Figura de realce do PSD mineiro, era matreiro. Todos sabiam, por exemplo, de suas ligações com a Ação Democrática Parlamentar, portanto com o IBAD, mas comportou-se de maneira muito diversa daquela que, hoje, ilustra diariamente, as páginas dos jornais brasileiros sobre personalidades que detêm poder político e financeiro no país. Corrupção existia naquela época, mas havia pudor e o descaramento não era generalizado.

Alkimin encheu as crônicas com suas histórias que se incorporaram aos clássicos do folclore da vida política brasileira. Um dia, quando ministro da Fazenda, ele atacava veementemente, numa entrevista coletiva na televisão, o contrabando, para ele a grande causa dos problemas econômicos brasileiros. Um jornalista mais atento, Maurítônio Meira, percebendo que o ministro sacara de seu bolso um maço vermelhinho de "Marlboro, perguntou-lhe de sopetão:

- "Ministro, que cigarro o senhor está fumando?"

Sem perder a calma, nem a classe, Alkimin pegou o maço e, num movimento de mão ultra-ligeiro, levou-o para a frente, e, antes que os "camera-man" pudessem focalizá-lo, num gesto

ainda mais rápido, devolveu-o a seu bolso, dizendo: "Hollywood, meu filho, só fumo cigarro nacional!"

Quando deputado federal, já em Brasília, Magalhães Pinto, ao entrar no plenário, viu de longe Alkimin, lembrou-se de que era aniversário de seu colega, fez meia-volta, foi ao correio da Câmara e expediu-lhe um caloroso telegrama de cumprimentos. Voltou, então, ao plenário e, dirigindo-se a Alkimin, saudou-o dizendo: "Parabéns, José Maria; aliás, enviei a você um telegrama de cumprimentos". Alkimin, mais que depressa, respondeu: "Já recebi e já respondi"...

Os cronistas políticos e parlamentares da época, sobretudo Sebastião Nery, contam dezenas de histórias semelhantes e nunca se sabe se todas são exatas ou, se uma vez mais, entre o fato e a versão do fato, como sói ocorrer em Minas, a diferença é grande. Aliás, essas versões variam entre si e as que conto aqui são as que corriam na Assembléia Legislativa de Minas no início dos anos sessenta.

A propósito, recordo-me de dois episódios marcantes. Em 1962, num período particularmente "quente" no campo político, Juscelino era esperado no Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, e, durante cerca de 30 minutos, enquanto o avião não chegava, uma dezena de jornalistas -eu entre eles- metralhavam Alkimin com questões as mais variadas e as mais delicadas. Alkimin não deixou ninguém sem resposta. Ao final do encontro, todos se entreolharam e perguntaram:

"Mas, afinal de contas, o que ele declarou?" "Nada, absolutamente nada!"

Em 1963, fui convidado pelo então ministro da Educação Paulo de Tarso Santos (PDC-esquerda católica), para fazer parte de seu gabinete como assessor parlamentar, encarregado das ligações entre o Ministro, o Ministério e a Câmara e o Senado. No MEC, fiz parte de uma equipe juntamente com: Ferreira Goulart, Luís Alberto Gomes de Souza, Ney Paiva Chaves, Herbert José de Souza (Betinho), Paulo Freire, Lauro Bueno de Azevedo, Lauro de Oliveira Lima, Geraldo da Rocha Moraes, Maria Angélica Moraes, Almir Gajardone e, pasmem todos, como oficial de gabinete, iniciando sua longa e frutuosa carreira política...Leopoldo Collor de Mello.

Uma vez mais, na Pampulha, quando me dirigia para Brasília para tomar posse, lá estava Alkimin que, todo sorridente, veio cumprimentar minha futura sogra, Hildette Telles Horta, que, como Juscelino, também é de Diamantina e conheceu Alkimin jovem. Ela me apresentou a Alkimin, dizendo que eu era seu genro e que estava indo para Brasília.

"Não deixe de me procurar", reagiu sempre sorridente o deputado Alkimin, usando a velha fórmula mineira que, sem dúvida alguma, significava justamente o contrário: "Por favor, não me encha a paciência e não me procuremnunca!"

Três ou quatro horas mais tarde, já em Brasília, Paulo de Tarso me recebia para o primeiro contacto e instruções, quando sua secretária nos interrompe e informa que o deputado Alkimin, sem ter solicitado previamente uma audiência, estava na recepção e pedia para ser atendido pelo

Ministro, aliás seu colega de Câmara.

"Marco Antonio, disse Paulo de Tarso, nossa conversa vai ser adiada, mas fique comigo para que eu lhe apresente o Alkimin. Será útil para seus contactos na Câmara".

Alkimin entrou, deu de cara comigo, fez como se nunca tivesse me visto e limitou-se a dizer: "Muito prazer, senhor assessor".

Na realidade, no Aeroporto de Belo Horizonte, naquela manhã, não lhe dissera o que ia fazer em Brasília. Por seu lado, a última coisa que Alkimin faria, seria mostrar que me reconhecia, pois, se o fizesse, mostraria que seu "oferecimento não oferecimento" na Pampulha era inútil, pois, naquele dia, era eu, jovem e inexperiente, que poderia ajudá-lo... Afinal de contas, o motivo da entrevista era um banal pedido de verbas para Bocaiúva, sua base eleitoral.

Segundo consta, um dia, Gustavo Capanema reclamou de Alkimin a autoria da frase: "Mais importante que o fato é sua versão". "Justamente, retorquiu Alkimin, você não tem razão nenhuma de reclamar. Você pode ser o autor da frase, mas o que vale é a versão"...

Alkimin representa, para mim, Minas Gerais daqueles tempos com toda a grandeza e limites da natureza humana. Podia ter pensado em uma outra figura: Tancredo Neves, Milton Campos, Juscelino Kubitschek, Gustavo Capanema, Pedro Aleixo, Aluísio Pimenta, até Benedito Valadares. Podia pensar num representante dos mineiros "exportados", como Darcy Ribeiro, Herbert José de Sousa, Vinicius José Nogueira Caldeira Brant, Theotônio dos Santos Júnior, Fernando Sabino. Poderia pensar, com toda justiça, em Edgar de Godoy da Matta Machado (juntamente com Dona Yeda, meu padrinho de casamento), líder intelectual católico, jornalista e político de renome, professor de Introdução à Filosofia do Direito na Universidade Federal e na Católica, gurú de toda uma geração que inclui figuras do porte de Cássio e Beatriz Gonçalves, Eduardo e Maria Carmen Ribeiro de Oliveira, Hugo Amaral, Oswaldo Machado, Edgar Amorim, Geraldo Nascimento, Antônio Faria, Maria Lisboa, Octávio Elísio, Marcelo Guimarães, Laércio e Maria Helena Campos, Angela Duffles Teixeira, José de Anchieta Correa, Ronaldo Castello Branco e tantos outros. Edgar é, além do mais, pai de José Carlos da Mata Machado, assassinado barbaramente no período mais duro da repressão política dos anos setenta e, apesar de tudo, manteve sempre uma mensagem de paz e concórdia.

No entanto, parafraseando Milton Nascimento, optei por Alkimin como dispondo do conjunto de características que faziam dele o mineiro típico dos anos sessenta:

Alkimin é Bocaiúva  
Alkimin é Diamantina  
Alkimin é Minas  
Alkimin é Brasil  
Viva nosso país!

## 2

### **CRIAÇÃO DA FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA PUC-MG**

Em 1981, quando fui nomeado diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO, a Universidade Católica de Minas Gerais organizou uma sessão solene para homenagear o criador do seu curso de comunicação social. Como presente, deram-me um quadro com o original da portaria no. 8/69 de 18 de abril de 1969, através da qual (ver Anexo I), Dom Serafim Fernandes de Araújo, reitor da UCMG, nomeava uma comissão para estudar a conveniência da criação de um INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL na UCMG.

A existência desta portaria criou a versão de que eu sou o criador do curso de comunicação social da Universidade Católica. Estou, é verdade, ligado às origens do curso. Regressando de Paris, em 1968, após terminar um curso de terceiro ciclo no Instituto Francês de Imprensa e de Ciências da Informação da Universidade de Paris, então dirigido por Fernand Terrou, e de ter apresentado um trabalho sobre o controle social na imprensa brasileira, fui contratado pela Arquidiocese de Belo Horizonte para dirigir a Rádio Jornal de Minas, que ajudei Dom João de Resende Costa e Dom Serafim Fernandes de Araújo a adquirir.

Particpei, então, de uma série de seminários sobre comunicação organizados pela Universidade Católica. Comunicação entrara na moda, o interesse por estas atividades era grande e o afluxo do público impressionava. A Universidade de Minas Gerais (federal) já dispunha de um curso de jornalismo, cuja qualidade deixava muito a desejar. A idéia da criação de um curso na Católica surgiu naturalmente.

No início de 1969, um grupo se reuniu na reitoria e propôs a Dom Serafim a designação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação e implantação de um Instituto de Comunicação Social da Universidade Católica. A comissão deveria fazer um levantamento das experiências feitas no Brasil e no Exterior, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, elaborar uma pesquisa de mercado junto a jornais, rádios e tvs, no campo das relações públicas e da publicidade. Colheria depoimentos de presidentes de sindicatos, da Associação Mineira de Propaganda, de empresas de comunicação, da Associação dos Bacharéis de Jornalismo, da Associação Mineira de

Imprensa, de radialistas, profissionais de relações públicas, etc. A comissão estudaria várias hipóteses, entre elas a da criação de um curso de jornalismo tradicional (só em último caso), de cursos de pós-graduação, de um curso de especialização ou de aperfeiçoamento intensivo de três meses, de um acordo com a UNESCO para estágios de reciclagem.

Nomeada a comissão em abril, fui eleito seu presidente e acabei me transformando também no seu relator. A comissão reuniu-se duas ou três vezes. Recentemente, explorando velhos arquivos, encontrei notas relativas à sua primeira reunião e o rascunho do relatório final, que transcrevo, nos anexos II e III para a memória e para a história do curso.

No relatório final, após duas ou três reuniões, a comissão deu parecer propondo a criação de um Instituto que teria como objetivos: fornecer formação ao pessoal de comunicação do interior, assegurar uma formação permanente para os jornalistas profissionais da capital, lançar bases para uma formação em nível de pós-graduação (especialização e mestrado) e estimular o desenvolvimento de pesquisas sérias na área.

Não há dúvidas de que as idéias eram interessantes e eu acrescentaria que, hoje, mais de vinte anos passados, elas são cada vez mais atuais e pertinentes. A formação inicial recebida na Universidade não é suficiente para fazer face a mudanças rápidas e uma das funções principais da universidade é, justamente, a de assegurar a formação contínua ou permanente, capaz de garantir a atualização e o acompanhamento, pelos profissionais, da evolução da tecnologia e da sociedade.

O curso de comunicação social criado em 1971, na Universidade Católica de Minas Gerais, não adotou o modelo proposto pela Comissão. Ele foi, na realidade, fruto da obstinação de Dom Serafim Fernandes de Araújo, que queria um curso profissionalizante na Universidade Católica e sua implementação se deveu ao dinamismo de Lélío Fabiano dos Santos, o primeiro diretor, e da equipe que ele conseguiu reunir para concretizar a idéia. Naturalmente, várias pessoas ajudaram, deram opiniões, confirmaram as opções feitas e, sem dúvida, àquela altura, como chefe do Departamento de Comunicação da UnB, em Brasília, eu estava entre elas. Participei, inclusive, do seminário que marcou a abertura da Faculdade. Mas não fui o criador do curso. Simplesmente, em Minas, mais uma vez, a versão não coincidiu com a realidade.

# 3

## **BELO HORIZONTE: CIDADE UNIVERSITÁRIA, MAS BUCÓLICA!**

Belo Horizonte, ao final dos anos cinquenta, era uma cidade de 500 mil habitantes, toda arborizada. Era conhecida como "Cidade Jardim". Lugar de intelectuais, era vista como uma cidade universitária, com duas universidades de prestígio: a federal e a católica. Visitei Belo Horizonte, pela primeira vez, em meados de 1958, e mudei-me para lá, no início de 1959. Tinha ficado encantado com a cidade e considerei, com razão, que era o lugar ideal para alguém que queria estudar e precisava trabalhar.

Para o tamanho da cidade, o sistema de transportes era eficiente, ainda que seguindo a concepção de que tudo deveria convergir para o centro. Ir de Lourdes a Santo Antônio ou Floresta, diretamente, era impossível. Tinha-se que passar pelo centro e trocar de condução. Para os nostálgicos, havia o bonde que não ia mais até à Praça Sete, como no passado, mas que subia a Rua Pernambuco e, depois pela Cristóvão Colombo, ia da Savassi à Praça da Liberdade. Um sistema de trólebus moderno, como o de Boston nos Estados Unidos, servia vários bairros. Tudo isto, a arborização, os bondes, os trólebus foram destruídos ou desativados no momento em que o automóvel se impôs e todo planejamento urbano, no Brasil, passou a atender exclusivamente aos interesses do desenvolvimento da indústria automobilística.

Era uma cidade de classe média, com forte influência da religião. O ensino era considerado bom, o melhor colégio era o Estadual. Um concurso de seleção duríssimo, fazia com que este colégio, gratuito, servisse justamente às camadas mais ricas da população. Muitas moças iam estudar em colégios de freiras, faziam o curso normal, preparando-se teoricamente para serem professoras primárias. A maioria, porém, na realidade, só pensava no casamento. Os namoros se desenrolavam sob controle estrito das mães de família e as moças de classe média, para irem ao cinema, tinham de arrumar um ou uma acompanhante, chamados não sei por que de "pau de cabeleireiro".

Mas havia o reverso da medalha: historicamente, sabe-se que nenhum controle, por mais absoluto, é perfeito. Parafraseando um slogan muito utilizado, na época, pela UDN, segundo o qual "o preço da liberdade é a eterna vigilância", dizia-se, em tom de brincadeira, que "o preço da virgindade era a eterna vigilância". No entanto, se os sofás das casas dos bairros de classe média, na Belo Horizonte dos anos sessenta, pudessem falar, quantas histórias fantásticas não contaríamos!

Igualmente, se relatos detalhados fossem feitos sobre as férias, no Rio, de determinadas jovens da alta burguesia mineira, o mínimo que se poderia dizer é que, trabalhando em silêncio, estas jovens, ainda que minoritárias, eram, quando no Rio, autênticas precursoras dos movimentos de liberação feminina. A "liberdade", isto é, a "virgindade" era mantida, mas a que preço e graças a que auto-vigilância!...

Todo fim de semana, havia horas dançantes, em casas de família, e os casais dançavam, sob estreita supervisão das mães das jovens mineiras. Elas, as mães, tinham, entre suas funções principais, a de acompanhar as filhas, todas as semanas, a estas festas. Evidentemente, não faltavam os cínicos para dizer que o sistema era altamente conveniente para os maridos mineiros, que dispunham, com frequência, de tempo livre para, como diziam, "encontrar os amigos, tomar cerveja com colegas e mesmo ver televisão"...

Se nas horas dançantes, nas casas de família, o controle era rígido, havia, para compensar, os bailes no salão de festas do DCE -Diretório Central dos Estudantes, na Rua Gonçalves Dias, e muita gente boa, após se despedir das namoradas, ia direto para a sede social do DCE, hoje transformada em cinema de arte.

Naquela época, o ensino superior era concentrado nas grandes cidades: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia. O resultado é que o número de estudantes do interior, na capital, principalmente filhos de fazendeiros, era enorme. Chegavam em Belo Horizonte, começavam a namorar, mas, às vésperas da formatura, rompiam o namoro e era com as noivas de suas cidades de origem no interior, na maioria dos casos filhas também de fazendeiros, que eles dançavam a valsa do baile de formatura e se casavam. Medo de enfrentar as moças da cidade? Garantir o futuro casando-se com um "bom partido"? Vínculo inconsciente profundo com suas origens rurais? Seguramente, tudo isto e algo mais! O fato é que as vítimas, na maioria das vezes, eram escriturárias e comerciárias que sonhavam ter encontrado o príncipe encantado, davam-lhe o melhor de sua vida e, depois, eram abandonadas para trás.

As famílias de classe média se defendiam. Quando comecei a namorar Sonia, minha esposa, minha sogra não teve dúvidas. Promoveu um verdadeiro "inquérito policial militar" para saber quem eu era e, finalmente, foi se aconselhar com o prior dos dominicanos, Frei Matheus Rocha (posteriormente um dos criadores e primeiro vice-reitor da Universidade de Brasília). Frei Matheus, de maneira totalmente irresponsável, disse à minha sogra que podia me entregar sua filha. Resultado: casamento com a benção de Deus e da Santa Madre Igreja.

O Sion era o colégio de freiras mais famoso da cidade. Os universitários costumavam dizer que "caqui é tomate que estudou no Sion", mas grande número de líderes

estudantis radicais foram buscar suas namoradas e futuras esposas justamente no Sion... A missa do estudante, toda quarta-feira, numa igreja do Centro; a missa diária das seis da tarde, na Igreja São José, e a missa da tarde dos domingos, na Serra, no Convento dos Dominicanos, eram frequentadas por jovens, muitos deles líderes ativos do agitado movimento estudantil da época. Vendo aquilo, em 1960, um diretor da OEA -Organização dos Estados Americanos- René Balivian, declarou que o futuro do Brasil, com uma juventude daquela, não podia deixar de ser "maravilhoso".

A cidade tinha também seus bandos de "play-boys", versão cabocla de James Dean. Era a turma da Savassi, mas, em geral, a Minas dos anos sessenta era calma, tranquila, bucólica mesmo. As quintas-feiras, sábados e domingos, a Praça Raul Soares virava lugar de "footing" com as moças, caminhando de braços dados, famílias inteiras dando voltas em torno da praça e os rapazes à espreita, soltando gracejos e galanteios, tentando iniciar namoros. Igualzinho às cidades do interior do Estado!

Nos finais de semana, era comum, de madrugada, grupos de jovens percorrerem as ruas dos bairros de Lourdes, Funcionários e Floresta, fazendo serenatas para suas amadas.

Por causa de uma serenata, quase não entro para a Faculdade. Um dia, no início de 1960, comezinho da década, cansados de estudar, resolvemos, vários vestibulandos, fazer uma interrupção no trabalho e tomar umas cervejinhas num bar do centro. Alta madrugada, subimos a Rua da Bahia cantando a Marselhesa. Quase fomos presos por um guarda que acabou compreendendo a situação, nos deu uma "bronca" e nos mandou ir dormir. Na Praça da Liberdade, recomeçamos a festa e fiz um discurso, em francês castiço, que, hoje, com muitos quilômetros rodados na França, não seria capaz de repetir. Fiz um discurso emocionante sobre a solidão para uma estátua solitária em frente à Secretaria de Educação.

Embalados e cheios de inspiração, decidimos, então, fazer uma serenata para uma linda estudante que morava perto da Praça da Liberdade, na Rua Alagoas, àquela época zona residencial silenciosa, ninguém imaginando que aquilo, anos mais tarde, ia se tornar um centro de restaurantes e "infernhos". Não tínhamos violão, estávamos "eufóricos" e, para complicar as coisas, um dos participantes da serenata, onde todos eram desafinadíssimos, estava apaixonado pela jovem, filha de um casal dos mais ilustres da cidade. A serenata "degringolou" de vez quando alguém no grupo, sem que o interessado lhe tivesse passado procuração ou dado autorização, começou a declarar, aos berros, em nome do apaixonado, seu amor pela bela estudante que, por certo, não ousava se mostrar, mantendo a esperança de que os vizinhos não se dessem conta de que a serenata era para ela. Para abafar seu companheiro, o apaixonado iniciou uma sessão de palavrões em voz ainda mais alta, todo o quarteirão acordou e, naquele dia, as jovens donzelas da Rua Alagoas aumentaram consideravelmente o nível de seus conhecimentos de português "popular". Felizmente, a confusão terminou antes que a polícia fosse acordada e tivesse tempo de intervir.

Uma semana depois, em pleno vestibular, apresento-me para o exame oral na Faculdade de Direito da UMG. Era forte em latim, conhecia as Catilinárias de Cícero de frente para trás e de trás para diante. Em um par de minutos, tinha lido e traduzido o texto que me foi dado e respondido, com exatidão, a todas as questões sobre a gramática, a sintaxe, o conteúdo do texto. Era

prova para nota 10 no mínimo.

Só que, ao me apresentar, o Professor Edgar de Godoy da Mata Machado, examinador na banca, não teve dificuldade alguma de me identificar. Ele era o pai da moça da serenata, e, antes de me fazer ler o texto, com a classe que lhe é peculiar, disse calmamente:

- "Ah! você eu conheço, mas, quero lhe dizer, antes de mais nada, que serenata não é seu forte!"

Podia ter tido 10, tive 8, podia ter ficado entre os três primeiros colocados no vestibular, aquela nota baixou minha média, fiquei em sétimo lugar, mas aprendi uma lição para o resto da vida: na Minas dos anos sessenta, mesmo um liberal como o Professor Edgar exigia o respeito às regras e tradições!

# 4

## O MAIOR JORNAL CATÓLICO DA AMÉRICA LATINA

O jornal em que fui trabalhar, "O Diário", era conhecido como "O Diário Católico" e, na primeira página, apresentava-se como o maior jornal católico da América Latina. Sua venda avulsa era pequena, mas tinha grande número de assinantes, sobretudo no interior, pois dispunha de uma rede poderosa para convencer o público a assinar o jornal: os vigários de todas as paróquias no Estado inteiro. Era um jornal tradicional, que contava com gente de muito valor: José Mendonça, João Ethienne Filho, José Flávio Dias Vieira, Djalma, João Baptista, Frei Martinho Penido Bournier, Márcio Meniconi, Afonso Celso Raso, Geraldo Magela, Charles Corfield, Adival Coelho, Ariosto Silveira entre outros. Sérgio Porto e José Alberto da Fonseca eram os críticos de cinema. Maurílio Torres escrevia, de Ouro Preto, histórias hilariantes sobre as "repúblicas" dos estudantes e os fantasmas desta cidade.

O jornal era conservador, as notícias eram apresentadas com uma longa introdução, o nariz de cera, que podia ser brilhante quando feita por gente do nível intelectual de Milton Amado, por exemplo, mas que era de doer quando escrita por gente menos inspirada.

Pouco após a minha chegada, Celso Azevedo, ex-prefeito, figura tradicional da cidade, assumiu a presidência de "O Diário". Quem controlava a administração e as finanças e mandava, de fato, era Ennius Marcus de Oliveira Santos, ex-delegado de polícia, bonachão, um peso-pesado que parecia viver mascando chicletes. Um dia, fui, com um grupo, reclamar dos salários em atraso e, de quebra, pedir aumento. A resposta de Ennius era o símbolo de uma concepção do jornalismo na época: "Vocês têm o privilégio de ocupar uma posição num jornal. Vocês deveriam pagar para permanecer no emprego"... Contradição da vida, muitos anos mais tarde, em 1964, quando alguns jornalistas do "Diário de Minas" começaram a denunciar seus colegas para ocupar os postos dos que seriam presos, esse homem, justamente ele, foi quem, gratuitamente, de espontânea vontade, compareceu a IPMs para defender a honorabilidade profissional de jornalistas ameaçados!

O jornal funcionava na Rua Goitacases, entre as ruas Espírito Santo e Bahia, bem no centro da cidade, o que permitia a todos aqueles que tivessem interesse, visitar o jornal a qualquer momento.

Personagem pitoresca e sempre presente no jornal, onde era bem acolhido pelos redatores, era um ex-seminarista, de Mariana, diziam alguns, de Diamantina, diziam outros, conhecido como "Geraldo Boi", desempregado por profissão..., e que chegava sempre carregando obras literárias para discutir com os jornalistas. "Geraldo Boi" tinha acesso ao jornal a qualquer momento do dia e da noite. No inverno, de madrugada, quando o jornal acabava de ser impresso, ele se instalava entre os rolos de papel e, num ambiente aquecido pelos linotipos e pela velha impressora, ali ficava até o meio-dia, quando os impressores reiniciavam seu trabalho. "Geraldo Boi" é quem, estou certo, inspirou Fernando Sabino, em "O Grande Mentecapto".

Entrei para a redação na mesma semana em que começava o curso na Faculdade de Direito. Era "calouro" na UMG, era "foca" na redação. Na Universidade havia o trote, no caso da Faculdade de Direito, muito civilizado. O "foca", aprendiz, era objeto de gozação dos veteranos. Na primeira semana, recebi de José Flavio, chefe de reportagem, a incumbência de cobrir uma reunião da Associação Comercial, às 8 da noite. "Não posso, disse eu, horário de trabalho de jornalista não pode exceder de cinco horas e, além do mais, à noite, tenho curso na Faculdade".

"Está bem", disse José Flavio, há uma assembleia dos mineiros da mina de Morro Velho, em Nova Lima, que começa às 3 da tarde. Você vai fazer a cobertura".

Fui. A assembleia terminou às 3 da manhã e José Flávio, sem nada me dizer, sabia que a reunião iria se estender noite adentro. O fotógrafo, Arlindo, que me acompanhava, estava autorizado a "financiar" um jantar num restaurante de Nova Lima. Era o "foca" que tomava sua primeira lição. Jornalista que se prezasse, não tinha horário, era boêmio e tinha que estar pronto para tudo.

Só que, sem querer nem saber, com aquele gesto, José Flávio, marido de Dona Lindalva, orientou minha posição no jornal. Tomei gosto pelo movimento sindical, conheci José Gomes Pimenta, o Dazinho, membro da Juventude Operária Católica, líder absoluto dos mineiros da mina de Morro Velho, eleito posteriormente deputado pelo PDC e cassado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia primeiro de abril de 1964. A partir deste momento, "O Diário", o jornal católico, o mais conservador, passou a ser o que dava cobertura mais completa aos sindicatos dos trabalhadores em Minas.

Pouco tempo depois desta primeira experiência, fiquei sabendo que os operários têxteis ou tecelões de Marzagânia, pequena localidade entre Belo Horizonte e Sabará, estavam em greve porque não recebiam salário há vários meses. Sinval Bambirra, o presidente do Sindicato, um dia me disse: "Seu Marco, a situação está feia. O pessoal está passando fome e o Sindicato não dispõe de recursos para resolver o problema".

"Por que não vamos falar com o bispo?" indaguei eu, usando uma variação da velha expressão popular segundo a qual, em caso de dificuldades, deve-se ir ao bispo ou à mãe do Bispo. "Boa ideia", disse Bambirra, o líder comunista, "vamos lá". Chamei, então, o recém-nomeado bispo auxiliar de Belo Horizonte, Dom Serafim, fomos ao Palácio, explicamos-lhe a situação.

Dom Serafim, bispo novo, torcedor fanático do Atlético Mineiro, comoveu-se e,

imediatamente, entrou em ação. Com meia dúzia de telefonemas, convocou o alto escalão da Federação das Indústrias e da Federação do Comércio de Minas Gerais, a começar pelo patriarca Juventino Dias.

A força da Igreja em Belo Horizonte era fantástica. No dia seguinte, uma impressionante reunião de cúpula realizou-se no Palácio Cristo-Rei, na Praça da Liberdade: líderes sindicais, o fino do patronato, dirigentes da JOC -Juventude Operária Católica. Há uma fotografia, publicada em "O Diário", onde Juventino Dias aparece ao lado de Bambirra, de Hércio Saraiva, de Vinicius José Nogueira Caldeira Brant e de Betinho, Herbert José de Souza, já naquele tempo ativo junto a movimentos populares. Bambirra explicou a situação, Dom Serafim não perdeu tempo e quis saber com quanto cada um poderia contribuir. Juventino Dias deu o exemplo: 10 sacos de açúcar, vinte de arroz, outro tanto de feijão.

Em poucos minutos, um bom sortimento estava assegurado, a coleta foi organizada e, dias depois, à noite, em Marzagânia, um espetáculo surrealista mostrava Dom Serafim e Sival Bambirra, Dom Camilo e Pepone, juntos, distribuindo mantimentos a uma população que não via a cor de alimento fazia muito tempo. Marzagânia era uma vila operária típica do início do século, isolada e escondida entre as arvores, merecendo fazer parte do patrimônio arquitetônico e cultural de Minas. Foi preservada? Ignoro!

O problema da greve não foi resolvido naquele fim de dia, mas homens, que pensavam diferente, encontraram-se e foram solidários, prova de que nem sempre a versão de Otto Lara Rezende de que "mineiro só é solidário no câncer" é correta...

# 5

## **CHATEAUBRIAND - O "HEARST" BRASILEIRO**

Televisão, em Belo Horizonte, no início da década, só uma: a "Itacolomi", dos Associados. Mais tarde, surgiu o segundo canal, "TV Alterosa", também dos Associados, que dispunham do único vespertino "Diário da Tarde" e do matutino de maior tiragem, O "Estado de Minas", jornal tradicional, conservador, de leitura indispensável para as famílias mineiras, inclusive porque ali, além do noticiário normal, publicavam-se os anúncios fúnebres e os classificados...

A Rede Globo ainda não existia. E difícil para as novas gerações imaginarem o poder dos Associados naquela época. O Brasil não dispunha de uma agência de notícias internacional, mas, em nível nacional, havia várias. A mais poderosa era a Meridional, que pertencia aos Associados, com sede no Rio de Janeiro, distribuindo, em 1964, diariamente, um boletim de informações de 5 mil palavras aos diversos jornais, estações de rádio e televisão do grupo. Os "Diários e Emissoras Associados" se transformaram num império, o mais poderoso da América Latina, construído por Assis Chateaubriand, que acabou embaixador do Brasil na Inglaterra. Num dado momento, Chateaubriand criou a "Ordem do Jagunço", iniciativa considerada uma brincadeira. Imaginem, pois, a surpresa quando os jornais anunciam a notícia e depois publicam fotos, mostrando Sir Winston Churchill, primeiro-ministro, herói da Segunda Guerra Mundial, sendo condecorado, nada mais nada menos que com a Ordem do Jagunço!...

Um exemplo da potência dos Associados, em Minas, foi dado com a campanha pelos flagelados de Orós. Em março de 1960, Orós, uma das maiores barragens do Nordeste, não resistiu à força das chuvas torrenciais e literalmente arrebentou, levando tudo de roldão. Milhares de desabrigados, gente humilde e pobre em sua maioria, perderam o pouco que tinham. Em terra de seca, a chuva era vista como milagre, mas veio água demais e o que era visto, no início, como benção de Deus, acabou virando maldição. O impacto foi enorme e, tão logo as notícias sobre a catástrofe começaram a chegar, alguém na Faculdade de Direito, sugeriu lançar uma campanha em favor dos desabrigados.

Sem muito refletir, cinco estudantes, tendo à frente os presidentes do CAAP- Centro Acadêmico Afonso Pena- Daniel Caldeira, e do DCE, Guilherme Bonacorsi, dirigiram-se à Televisão Itacolomi. Eu representava os calouros. Conseguimos ser recebidos pelo Diretor da televisão, que, achando a ideia interessante, disse dispor de cinco minutos antes do jornal da noite. Era como se, hoje, a TV-Globo nos oferecesse cinco minutos no horário do Jornal Nacional. Talvez mais ainda, porque a Itacolomi, repito, era a única estação de televisão na cidade.

Pedro Paulo de Almeida Dutra, apresentador da televisão e igualmente aluno da Faculdade de Direito, foi chamado para improvisar uma entrevista com os estudantes. Inteligente, bem articulado, Pedro Paulo representava o modelo perfeito de beleza para as jovens mineiras e era o genro ideal para muita matrona de Belo Horizonte. Além disso, era um bom apresentador de programas e um excelente entrevistador.

A improvisação foi perfeita. Daniel e Guilherme deram o tom. Inflamados, naquele estilo barroco próprio dos "dignos representantes da Casa de Afonso Pena", chamaram a atenção para o drama que afligia nossos irmãos nordestinos. Pedro Paulo, brilhante, passava de um para outro com rapidez, conseguindo controlar estudantes de Direito que, normalmente, eram incapazes de proferir duas sentenças sem se referir à "nobre Casa de Afonso Pena".

Fui o último a falar. Não havia mais o que dizer e o tempo era curto, os técnicos davam sinais para acabar o programa. No sufoco, apelei para o sentimentalismo popular e lancei um apelo dramático aos mineiros, dizendo-lhes, em síntese: "Não adianta se comover. E preciso fazer alguma coisa. Enquanto você está aí, sentado, diante da TV, com sua família ao lado e um jantar à sua espera, milhares de nordestinos, brasileiros, como você, esperam um gesto seu, uma ajuda. Faça alguma coisa. E já!"

Pedro Paulo concluiu rápido e eficaz: "Quem quiser ajudar, telefone para o CAAP". O programa encerrou com uma placa mostrando o número do telefone do Centro Acadêmico.

Foi uma loucura! Ao nos dirigirmos para o estúdio da televisão, não imaginávamos que os diretores da TV Itacolomi iriam reagir tão rapidamente. Nada havíamos previsto e ninguém ficou na retaguarda para receber eventuais chamadas. A cidade se comoveu, milhares de pessoas começaram a chamar o CAAP. Os dois primeiros telefonemas pegaram de surpresa o atual promotor José Antero Monteiro, o Monteirinho, irmão do Desembargador Jefferson Monteiro, que disse tratar-se de um engano. Na terceira chamada, Monteirinho, intrigado, indagou, soube do programa, começou a tomar notas. O resultado foi que, durante pelo menos duas semanas, o CAAP foi inundado com ofertas de cobertores, alimentos, material eletrodoméstico, medicamentos, dinheiro. Um sistema de coleta foi organizado, caminhões, carros, caminhonetas foram postos à disposição do centro, que recolheu toneladas de material, expedidas, mais tarde, para o Ceará, através de aviões da FAB. A entrega foi supervisionada por um estudante de Patos de Minas, Fernando Borges. A solidariedade, em Minas, funcionara, mais uma vez, e os Associados confirmavam a força de sua presença no Estado.

Chateaubriand e seu grupo eram, no Brasil inteiro, proprietários de mais de 30

jornais diários, da agência "Meridional", de 70 estações de rádio, de 30 estações de televisão e de várias revistas e semanários, inclusive "O Cruzeiro" que, em 1967, embora já em decadência acelerada, dispunha de uma tiragem superior a 190 mil exemplares, enorme para a época. "O Cruzeiro" chegou a ter uma edição latino-americana, em espanhol, com 420 mil exemplares, mas a publicação não suportou a concorrência da "Life"(grupo "Time-Life"), quando esta decidiu lançar também uma edição em espanhol. Para muitos, Chateaubriand era o "Hearst" (personagem que inspirou Orson Welles ao produzir "Citizen Kane") brasileiro, título que, depois, com toda a glória, foi transferido ao Sr. Roberto Marinho, de "O Globo".

# 6

## DIFICULDADES DE UMA IMPRENSA DIVERSIFICADA

No início dos anos sessenta, a imprensa em Minas era diversificada, mas os acontecimentos de 1964, com a adoção de uma política econômica restritiva e a eliminação de vários subsídios, provocaram, em todo o país, uma concentração, especialmente visível neste Estado. Em 1964, após a tomada do poder pelos militares, desapareceram, em Belo Horizonte, o jornal "Ultima Hora", a "Folha de Minas", o "Correio de Minas" e o semanário "Binômio", de José Maria Rabelo e Euro Arantes.

Entre 1964 e 1965, desapareceu também a revista "Alterosa", na época dirigida por Lúcio Nunes, e que tinha como redator-chefe Roberto Drummond e como chargista o Henriquinho da JEC, irmão do Betinho, filho da Dona Maria, que acabou virando Henfil. Mas esta história, ou pelo menos sua versão...todos conhecem. Roberto Drummond, desde aquela época conhecido pela beleza de sua pena, já a contou uma centena de vezes.

Belo Horizonte ficou, então, limitada aos "Diários e Emissoras Associados" ("Estado de Minas" e "Diário da Tarde"), a "O Diário" (conhecido como "Diário Católico"), "Diário de Minas", o "Informador Comercial", de José Costa e um semanário, "O Debate", que os adversários de seu diretor Osvaldo Nobre chamavam de "clandestino", tão reduzida era sua tiragem.

Razões políticas e financeiras provocaram a morte da "Ultima Hora" mineira. O jornal era impresso no Rio e sua direção se preparava para transferir a Minas rotativa e linotipos para impressão local. Em abril de 64, após a queda de Goulart, as máquinas foram danificadas pelos adversários do governo deposto, os anunciantes desapareceram, apoios locais deixaram de existir, não havia como equilibrar receita e despesas.

"Binômio" nunca mais apareceu depois da tomada do poder pelos militares. Seu diretor, José Maria Rabelo, partiu para o exílio no Chile e, depois do advento de Pinochet, para a França, onde, com Dona Tereza, instalou uma livraria franco-brasileira no "Quartier Latin". O governo do Estado de Minas Gerais possuía a maioria das ações da "Folha de Minas", jornal que abrigou em suas

colunas gente como Afonso Arinos de Melo Franco, Cid Ferreira Horta, Fernando Corrêa Dias, Maurício Galinkin, Célio Horta, Roberto Drumond, e tantos outros como o cronista esportista Cidinho "Bola Nossa", assim conhecido porque, atleticano doente, como juiz de futebol, num jogo, segundo constava, arrancou a bola da mão do jogador adversário do Atlético, dizendo: "solta, que a bola é nossa...".

Ao final de 1963, este jornal foi incorporado à Secretaria do Trabalho e Cultura Popular e o secretário, Professor Edgar de Godoy da Mata Machado, meu grande amigo desde o episódio da serenata na rua Alagoas, ao saber, após a renúncia de Paulo de Tarso ao MEC, que eu fora convidado por Ruy e Eloysio Rodrigues Silva para dirigir um jornal do Governador Mauro Borges, em Goiânia, convidou-me para assumir a direção da "Folha de Minas".

"Lugar de mineiro, e ainda mais seresteiro, é em Minas", disse ele. Aceitei, encontrei o jornal com salários em atraso (gráficos três meses, redação seis meses). Consegui pôr o pagamento em dia. Introduzimos algumas reformas, principalmente na página de editoriais e artigos de fundo e elaboramos um projeto para transformar o jornal em fundação destinada à formação de jornalistas, em convênio com a Universidade de Minas Gerais, e treinamento de gráficos, em acordo com o sindicato da categoria. Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, havia garantido ao reitor Aluísio Pimenta os recursos necessários para o conserto do parque gráfico do jornal. No dia 1o. de abril de 1964, chegando do Rio, onde passara a Semana Santa, após ser informado pelo Professor Mata Machado de sua renúncia ao cargo de secretário de Estado -Edgar renunciou porque não concordava com o golpe militar de 1964 e não queria fazer parte do governo "revolucionário"- telefonei ao jornal, mandei tirar meu nome do expediente e nunca mais pus os pés na sua sede. Algum tempo mais tarde, o jornal fechou. De há muito, sua existência deixara de ter sentido. A ideia de transformá-lo em jornal-laboratório vivo fora a última esperança de salvá-lo.

O "Correio de Minas" fechou por causa do aumento do custo de produção e de uma administração catastrófica. A morte de "Alterosa" provocou uma surpresa geral. Revista de tradição em Minas, ligada ao grupo poderoso do Banco Nacional de Minas Gerais, tinha uma excelente equipe de redação e de administração e acabara de comprar máquinas novas. No entanto, sob pretexto de um aumento no custo de produção, provocado pela elevação do preço do papel, os proprietários decidiram sumariamente fechá-la.

# 7

## JORNAIS ALTERNATIVOS

Minas foi também ativa e mesmo pioneira na área de jornais alternativos. Seguindo o exemplo do jornal "Movimento", editado pela União Metropolitana dos Estudantes no Rio, em convênio com o "Diário de Notícias", editávamos, em 1961 e 1962, como encarte de "Binômio", uma edição quinzenal de "Tribuna Universitária". O jornal foi lançado em agosto de 1961. Era ligado ao departamento de Cultura do Diretório Central dos Estudantes (DCE), dirigido por Affonso Romano de Santana. O presidente do DCE era Edmilson de Almeida Júpiter. Eu era diretor do jornal e seu editor, Theotônio dos Santos Júnior. Alguns colaboradores ficaram famosos mais tarde. Foi o caso de Simon Schwartzman, autor de artigos radicais para a época. Diversos jornalistas estudantes (Salomão Amorim, Antônio Belluco Marra e outros) cooperavam com o jornal que, variado no conteúdo, agressivo nos editoriais, era muito mal apresentado. Uma falha no contrato com o "Binômio" permitia-lhe interferir na paginação e seus diretores começaram a incluir, nas páginas do jornal estudantil, publicidade de "O Binômio", sem consultar o DCE.

Outro exemplo típico de imprensa alternativa foi "Ação Popular", dirigido por Lúcio Nunes que, pouca gente sabia, era um antigo colega de Carlos Lacerda em "Tribuna da Imprensa" e, sem dúvida, um dos melhores textos da imprensa brasileira e uma figura humana extraordinária. Eu era o redator-chefe e Vinícius José Nogueira Caldeira Brant o editor-geral. Herbert José de Souza (Betinho), Antônio Octávio Cintra, Paulo Haddad, Wanda Figueiredo, Pedro Alves de Almeida, Hércio Saraiva, Vilmar Faria, José de Anchieta Corrêa, Laércio Campos, Hugo Amaral, Fernando Scotti de Oliveira, José Maria da Fonseca, Lélío Fabiano dos Santos eram alguns dos colaboradores do jornal. A administração estava confiada a José Birchal Wanderley e Maurício Cadaval.

"Ação Popular" foi fruto da iniciativa de um grupo de ex-líderes dos diversos movimentos da Ação Católica, irritados que estavam com parte da hierarquia da Igreja, que não aceitava as posições progressistas do grupo. O jornal tinha uma distribuição nacional, graças à utilização da rede de liderança católica, sobretudo no meio estudantil. Bem apresentado, era impresso na gráfica da revista Alterosa. Cerca de dez números foram publicados, mas o grupo, não dispendo de apoio econômico e financeiro, funcionando na base do amadorismo e de um voluntariado idealista, não resistiu ao custo de produção elevado e fechou suas portas.

Seu espaço, em nível nacional, foi depois ocupado por um jornal em São Paulo -"Brasil Urgente"- sob a liderança do frade dominicano, Frei Carlos Josaphat, com apoios mais sólidos em grupos paulistas. Durante algum tempo, fui correspondente benévolo de "Brasil Urgente", em Minas, publicando uma série de artigos contra a Hanna, considerada por nós, na época, como o símbolo vivo do imperialismo em Minas.

No dia primeiro de maio de 1964, fui "convidado", alta madrugada, a "visitar" a ID-4, comando militar de Belo Horizonte, para encontrar o General Guedes, o promotor militar Simeão de Farias e vários membros do comando militar revolucionário de Minas. Chegando à ID-4, tive a surpresa de verificar que o "convite" não era exclusivo. Alguns amigos, como Laércio Campos, José Birchal e José Octaviano Lage, tinham sido igualmente retirados da cama, de madrugada, por um grupo paramilitar que, em abril e maio de 1964, espalhava o terror nas ruas de Belo Horizonte.

O agente de informação mais famoso de Minas, Sarmento, considerado por muitos como homossexual, mas, segundo diziam, capaz de enfrentar (e de ganhar a briga) qualquer campeão de judô, sacou de seus arquivos recortes com o expediente da "Tribuna Universitária" e da "Ação Popular" e não teve dúvidas em contestar minha argumentação com meus interrogadores.

"Como você não é líder esquerdista se você era o redator-chefe do jornal do movimento "Ação Popular"?"

Sarmento não sabia ou fez que não sabia, mas, na verdade, naquela hora, em Minas, mais uma vez o fato não combinava com a versão do fato. O movimento político "Ação Popular" não existia na época do jornal. Foi criado depois. E verdade que o nome foi inspirado pelo jornal e que muitos de seus dirigentes eram antigos colaboradores de "Ação Popular". Mas o jornal não era o porta-voz do grupo AP.

Aliás, graças a este jornal, entramos, vários jornalistas e estudantes, para a história de Minas Gerais. Está lá no livro "Os Senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964", de Heloísa Maria Murgel Starling (Editora Vozes, 2a. edição-1986) nas páginas 373 e 374. Ali se transcreve um documento de autoria do atual Desembargador, em Brasília, José Augusto Figueiredo Branco, meu colega na Faculdade de Direito da UMG, filho do então cônsul do Portugal de Salazar em Belo Horizonte, onde em resposta à questão: Quais os comunistas que devem ser ANULADOS, ELIMINADOS, PRESOS OU EXILADOS no caso de uma ação militar em nossa Pátria? Onde poderão ser encontrados? Quem deve cumprir essas missões? José Augusto afirma:

"A seguir, apresentamos uma relação provisória, que será acrescida de outros nomes. Considerando a importância da questão, tomamos o critério de apenas citar os comprovadamente subversivos, poupando muitos para ulteriores investigações..."

LIDERES UNIVERSITARIOS - Faculdade de Direito da UMG: Aricy Curvello D'Avila Filho (dirigente do PC na Faculdade), José Antero Monteiro Filho (PC), Antônio Joaquim de Souza Machado (um dos dirigentes estaduais da AP), Geraldo Alves do Nascimento Filho (AP- Oficial de gabinete do

Secretário Edgar da Mata Machado), Angela Duffles Teixeira (AP-especialista em sindicalização rural), Marco Antonio Rodrigues Dias (AP-jornalista político, ex-assessor do Ministro Paulo de Tarso, na Pasta de Educação", e muitos outros, entre os quais os "jornalistas Antônio Belluco Marra (AP-jornalista), Carmo Chagas (AP), Célio César Paduani, Laércio Campos, Adauto Novaes, Hélio Fraga Massinha, (AP), Celso Almir Japiaçú (PC- considerado o teórico do partido na Faculdade)".

Outros nomes eram apresentados na lista dos eliminandos: Roberto Lúcio Rocha Brant, Henrique Santillo, deputados Clodsmith Riani, Sinval Bambirra, Dazinho, os vereadores Henrique Novaes e Dimas Perrin e, ainda, os jornalistas Hélio Adami de Carvalho ("Ultima Hora"), José Maria Rabelo ("Binômio"), Carlos Felipe ("Binômio"), Guy de Almeida ("Diário de Minas"), José Nilo Tavares, Edilson de Almeida Júpiter, José Costa ("Informador Comercial"), Orlando Bonfim Jr. ("Novos Rumos"), Simon Schwartzman, Harlei Carneiro, Sérgio Porto (cronista de cinema), José Alberto da Fonseca (idem), Vanda Figueiredo, além de Hécio Ulhoa Saraiva, Herbert José de Souza, o Betinho, etc.

Esta lista seria ridícula não fossem as consequências que acarretou para várias pessoas aí incluídas, principalmente para Antônio Joaquim, como veremos adiante. Apontar, naquele momento, como esquerdistas, comunistas ou membros da AP pessoas como Hélio Adami de Carvalho, Hélio Fraga, Roberto Brant, Clodsmith Riani, Sérgio Porto, Carmo Chagas e tantos outros era, além de uma versão distorcida dos fatos, um ato de suprema irresponsabilidade.

# 8

## UMA GREVE QUE FEZ HISTÓRIA

Um outro fato marcante dos anos sessenta foi a greve dos jornalistas profissionais em dezembro de 1963. Acabei sendo um dos articuladores do movimento, que fez história, porque a última greve da classe perdera-se na memória coletiva e, se existiu, fora há décadas. A classe dos jornalistas não é de fazer greve e o sindicato, naquele tempo, era considerado por muitos como mais favorável aos patrões que aos empregados.

Em 1962, fora candidato ao cargo de vice-presidente do Sindicato. Candidato para perder. Tínhamos contra nós, que éramos na maioria jovens, o poderio da grande imprensa e muita gente que dispunha da carteira de jornalista sem exercer verdadeiramente a profissão, cujo grande interesse era se aproveitar da isenção do imposto de renda e utilizar o direito à redução de 50% nos bilhetes de aviões para ir passar suas férias no Exterior.

Escolhemos como candidato da Oposição à presidência Waldir Lau (falecido há vários anos) do "Estado de Minas", bom colega, amigos em todas as redações. Mobilizamos todos os jornais, marcamos uma posição, abrindo caminho para a vitória da oposição nas eleições seguintes quando, com alterações moralizadoras introduzidas por Castelo Branco, muitos dos fantasmas já não dispunham de carteira de jornalista. Naquele momento, não dava para ganhar. Mas a mobilização foi grande e teve dois impactos imediatos: para se garantir, a situação teve que apresentar como candidatos dois jornalistas autênticos, que dispunham de autoridade moral perante a classe. Gonçalo Coelho de "O Estado de Minas" e Djalma de "O Diário" foram os candidatos vitoriosos.

Eleitos, encontraram uma classe mobilizada e sabiam que a liderança não estava com eles. Habilmente, quando irrompeu o processo do dissídio coletivo e verificou-se que ninguém impediria uma greve, solicitaram que a oposição organizasse o movimento e me pediram que eu me responsabilizasse pelas manifestações, enquanto eles se encarregariam dos contactos com os patrões. A grande reivindicação consistia na equiparação ao (naquele tempo não se usava a palavra isonomia) com os salários dos jornalistas do Rio e de São Paulo. O salário oficial dos jornalistas em

Minas, em 1962, correspondia à metade do salário de seus colegas cariocas ou paulistas.

Deste movimento, só ficaram mitos na memória coletiva. Mais uma vez, em Minas, a versão dos fatos se sobrepôs aos fatos propriamente ditos. Até hoje, prevalece a versão segundo a qual a greve somente saiu vitoriosa quando os gráficos aderiram ao movimento, solidarizando-se com os jornalistas.

Esta versão implicava, em primeiro lugar, que o movimento dos jornalistas não fora suficientemente forte; segundo, que a solidariedade de classes funcionara e fizera recuar os empresários.

Tudo mito, mais que mito, deformação da realidade! Particpei das negociações com os dirigentes do Sindicato dos gráficos. Não só não nos apoiaram, como se aproveitaram do nosso movimento, obtiveram o que não esperavam e, depois, "tchau e benção", voltaram ao trabalho, deixando os jornalistas na mão!

Para os gráficos -mais tarde, isto me pareceu claro- os jornalistas estavam do outro lado do muro, muitos deles eram burgueses ou filhinhos de papai, seus interesses, em suma, nada tinham em comum com os jornalistas. Olhando para trás, com recuo e a objetividade que a distância permite, eles bem que tinham razão. Vários de seus interlocutores jornalistas eram estudantes que logo abandonariam a carreira, outros dispunham de várias fontes de renda, algumas naturais (professores, advogados, etc), outros usufruíam das vantagens que a função dava no acesso aos poderosos da época. Como se sentir da mesma classe?

Ao primeiro contacto, os gráficos reagiram com uma recusa direta e firme. Não apoiavam os jornalistas, porque seu dissídio tinha se passado recentemente, tinham obtido o que reivindicavam, não havia razão para se imiscuírem no movimento. No momento em que a greve dos jornalistas tornou-se forte, que todas as redações estavam paradas, que o único jornal a continuar saindo era o "Estado de Minas", na base de recortes da imprensa carioca, que os patrões estavam acuados e que os prejuízos começavam a se acumular, inclusive para os "Associados", declararam greve, participaram de assembléias comuns, aderiram totalmente ao movimento.

Experientes, os dirigentes gráficos decretaram greve numa quinta ou sexta-feira, o que ameaçava o "Estado de Minas" de ficar sem sua edição de domingo, a mais rica em publicidade, sobretudo às vésperas de Natal, como era o caso. Sem jornalistas, dava para lançar às ruas um jornal requentado, quase sem notícias locais. Sem os gráficos, o prejuízo seria total. Os donos dos jornais reagiram rapidamente e atenderam a todas as reivindicações dos operários que, sem pestanejar, deixando os jornalistas de lado, fizeram novo acordo e voltaram ao trabalho.

Nunca me esqueço da decepção de nosso encontro com dirigentes gráficos, em pleno trabalho, na oficina dos "Associados". Interrogado por que decidiram voltar ao trabalho, um dos líderes respondeu lacônico: "Eles atenderam a nossas reivindicações". "E nós? como ficamos nós?", indaguei eu, aflito. O líder sindical encolheu os ombros, não disse nada, deu-nos as costas e

voltou ao trabalho...

A greve acabou vitoriosa no curso da semana seguinte. A situação era incômoda para todos e, no final de contas, agindo como intermediário, foi o Secretario do Trabalho e Cultura Popular, na época, Professor Edgar de Godoy da Mata Machado, quem impôs o bom senso. Para ele, a reivindicação de base -equiparação com o Rio e São Paulo- era perfeitamente justa e poderia ser atendida sem maiores problemas. Além do mais, salário de jornalista, mesmo no Rio e São Paulo, era, na época, extremamente baixo.

Um detalhe interessante. As negociações foram duras. Os penúltimos a ceder foram os dirigentes dos "Associados". O último foi o presidente do Sindicato patronal, José Costa, proprietário do "Informador Comercial". José Costa, segundo constava, era militante ardoroso do Partido Comunista Brasileiro, fato que lhe valeu a inclusão na lista dos "eliminandos" em 1964, mas era patrão inflexível, quando usava seu chapéu de dirigente de sindicato empresarial.

# 9

## A EPOPÉIA DA “ÚLTIMA HORA”

Na década de sessenta, o grande jornal nacionalista, no Brasil, tido como de esquerda, era "Ultima Hora". Trabalhei nesse jornal duas vezes: em Belo Horizonte, em 1961, como repórter, na edição mineira; de 1964 ao início de 1966, em São Paulo, como copy-desk e redator-secretário (hoje, editor) da edição paulista.

Em seu livro de memórias, "Minha razão de viver - Memórias de um repórter", aliás excelente, por retratar, com realismo, as relações ambíguas em que grandeza e baixeza se misturavam entre a imprensa e o poder, nas décadas de 50 e 60, Samuel Wainer dá sua versão dos fatos. Recordemos uma passagem de seu livro referente às edições regionais:

"Eu permitia que os diretores regionais da empresa se movimentassem com desembaraço, costurando alianças políticas - naturalmente tais acordos não poderiam ferir os princípios de "Ultima Hora"- ou fazendo acertos que julgassem convenientes. No plano federal, cabia a mim decidir o que nos convinha. Montei um sistema segundo o qual o coração e o cérebro de meus jornais deveriam sempre funcionar no Rio de Janeiro. As redações regionais tinham repórteres, fotógrafos, colunistas, diretores, mas todo o material era remetido para o Rio de Janeiro, onde montávamos as diferentes edições que seriam distribuídas pelo Brasil. Para isso, criamos um sistema arrojado, extremamente moderno- talvez moderno demais para o Brasil daqueles tempos. Usávamos aviões, intensivamente, num país com linhas domésticas ainda incipientes e aeroportos precários. O material para a edição paulista, por exemplo, vinha em dois aviões; um transportava fotos, os textos voavam no outro. Era uma loucura. Quando algum aeroporto fechava em horas estratégicas, recorriamos ao telefone, que também estava longe de

funcionar com precisão britânica. Ainda assim, a Última Hora não só sobreviveu como se transformou efetivamente numa cadeia nacional de jornais".

"Recorrendo a técnicas de paginação bastante inovadoras, consegui reservar três ou quatro páginas para o noticiário estritamente regional. Assim, bastava substituir páginas que continham reivindicações de cariocas, ou reportagens que só interessavam aos leitores do Rio de Janeiro, por assuntos exclusivamente pernambucanos, ou mineiros, ou gaúchos. Também trocávamos os anúncios, e fazíamos alguns retoques na primeira página, destacando na edição destinada a Pernambuco, por exemplo, algum tema relevante para o Nordeste. Graças a esses truques, os leitores de cada Estado tinham a nítida sensação de que toda a edição fora feita visando a seu universo de interesses -afinal, nas páginas de sua Última Hora apareciam até mesmo colunistas relatando festas e fofocas da sociedade local".

"Última Hora" foi, de fato, uma grande experiência e marcou a história do jornalismo brasileiro nos anos cinquenta e sessenta. Ocupou um espaço diferente daquele dos jornais tradicionais, inovou sob vários aspectos. Samuel Wainer introduziu, no Brasil, uma experiência, até então, utilizada de maneira parcial e limitada somente pelo "Diário Carioca" de Pompeu de Souza: a do jornal síntese, com textos curtos, bem escritos, de maneira a fornecer ao leitor urbano apressado o essencial da informação, no espaço de tempo mais curto. Além do mais, a utilização de cores, fato original, e uma paginação variada e inteligente completavam as condições para o sucesso deste jornal.

Buscando atingir sobretudo o proletariado urbano, o jornal deu, desde o início, grande destaque ao noticiário policial e à reportagem geral, fato que levava vários analistas a considerá-lo como jornal sensacionalista. Era, porém, ao mesmo tempo, um jornal de opinião, nacionalista, considerado de esquerda, com uma equipe espetacular de colaboradores, o que lhe permitiu atingir a classe média, estudantes e intelectuais. Em "Última Hora", criaram fama personagens como Stanislaw Ponte Preta, Octávio Malta, Adalgisa Nery, Paulo Francis e muitos outros.

Houve momento, em 1963, que "Última Hora" lançava às ruas, em todo o país, mais de 600 mil exemplares por dia em pelo menos 14 edições (duas no Rio, três em São Paulo, uma em Niterói, uma no Vale do Paraíba, uma no ABC paulista, uma em Ribeirão Preto, uma em Campinas, uma em Santos, uma em Curitiba, uma em Porto Alegre, uma em Recife). Em 1961, foi lançada a edição mineira. A redação era constituída por uma dosagem de elementos experientes e um grupo jovem dinâmico. Após um ano em "O Diário Católico", aceitei convite, no início de 1961, para me transferir para a "Última Hora", onde fui me juntar a Dauro Mendes, Roberto Drummond, Dídimo Paiva, Carlos Dennis, Salomão Amorim, Celso Japiassú, Ponce de Leon, Fernando Gabeira,

Antônio Belluco Marra, Nelson Cunha, Oswaldo Amorim, entre outros.

# 10

## MAIS VERSÕES CONTRÁRIAS AOS FATOS

Minha primeira reportagem em "Ultima Hora", numa segunda-feira, foi também a última em "O Diário" numa edição de domingo. Mudei de emprego no fim de semana. A reportagem foi sobre o plebiscito em Santana dos Ferros, fato mencionado no romance recente de Roberto Drummond "Hilda Furacão". Perguntava-se à população se a velha igreja devia ser reformada ou demolida, em seu lugar sendo construída uma igreja moderna, digna de Brasília ou da Pampulha.

O padre, amigo do arquiteto Mardônio, era pela igreja nova, que contava também com o apoio de eminentes filhos da região, como o famoso Padre Lage da Igreja da Floresta e depois deputado pelo PTB e diretor da SUPRA -Superintendência da Reforma Agrária-, fato que lhe propiciou depois prisão, tortura e muito aborrecimento.

A proposta contava também com a simpatia de vários jornalistas que se dispuseram a enfrentar as estradas de barro para fazer a cobertura. Todos os paroquianos tinham o direito de votar, inclusive os analfabetos, o que era uma novidade e fator importante para o interesse da imprensa. A discussão sobre o voto do analfabeto estava na ordem do dia e as cédulas eram, naturalmente, em cores diferentes, segundo a opção do votante. A igreja nova ganhou disparado, mas o jornalista Mauro Santayana, levando em consideração que o número de votos era, no final das contas, reduzido, decidiu, com a benção do vigário e de Padre Lage e com a conivência de todos os jornalistas presentes, multiplicar os votos positivos ou negativos por três. A versão do fato, divulgada inclusive em jornais norte-americanos e europeus, ganhou uma dimensão mais forte, dando, mais uma vez, razão a Alkimin (ou Capanema?), pois conferia mais importância à versão do fato que à realidade simples e objetiva.

Samuel Wainer, em suas memórias, dizia também que produzir um jornal nacional, com edições regionais, era, naquela altura, uma loucura. Tinha razão. A edição mineira, ao contrário da paulista, nunca deixou de ser impressa no Rio. Em princípio, todas as matérias produzidas pela redação tinham que ser enviadas pelo malote, que deixava a Praça Sete, em Belo Horizonte, às 17 ou 17.30 horas, para ser levada em jipe até à Pampulha e daí, no último avião das 18 horas, ao Rio de Janeiro.

Um dia, anunciou-se para Belo Horizonte um grande comício da Frente Parlamentar Nacionalista: Leonel Brizola, Neiva Moreira, Ferro Costa, Almino Afonso, Rubens Paiva, Paulo de Tarso Santos e outros deviam falar numa grande concentração na Secretaria de Saúde e Assistência. O repórter de Última Hora não teve dúvidas. Às quatro da tarde, escreveu sua matéria, com citações bombásticas dos discursos de Brizola e seus companheiros, exigindo reformas e fustigando as multinacionais.

No dia seguinte, enquanto os jornais locais anunciavam a suspensão da concentração -o mau tempo havia retido os membros da FPN no Rio e Brasília- a "Última Hora" publicava as "declarações" dos líderes nacionalistas na primeira página. Acidente de percurso numa época heróica, não há dúvidas, porém, resultado de uma operação em que o risco de divulgar versões não confirmadas era permanente!

A chefia da redação queria dinamismo, era importante movimentar o jornal e fazê-lo diferente dos jornais tradicionais mineiros. As notícias tinham de ser quentes. Se necessário, criava-se a notícia. Ponce de Leon era um mestre. Um dia, descobriu que o sistema de segurança do Museu de Arte Moderna, na Pampulha, era falho, foi lá, acompanhado de um fotógrafo, Antônio Amaral creio, "roubou" vários quadros e, nos dias seguintes, fez aquela festa, noticiando o roubo, denunciando a falta de segurança e o descuido dos responsáveis pelo patrimônio cultural e, enfim, devolvendo as obras de arte. Foi um sucesso!

Numa outra ocasião, fui enviado ao Bairro Santo Antônio para fazer uma reportagem de interesse humano. Um ex-pracinha doente, neurótico de guerra, desempregado, com mulher e filhos pequenos vivendo na miséria, num barraco, num buraco ao lado de um córrego fétido, estava sendo despejado pelo proprietário, pois não pagava os aluguéis. O espetáculo dava dó. Preparei o texto o mais objetivamente possível, carregando na dramaticidade da situação. O chefe de reportagem não gostou.

"Não, Marco Antonio, disse ele, não é por aí que você deve ir".

Meu colega e chefe começou, então, a descrever uma história que ele imaginou na hora.

-Um dia, na trincheira, o pracinha recebe a ordem de avançar. Corajosamente, ele se lança na frente de todos seus companheiros e avança intrépido contra o inimigo. Nisso, bum, uma bomba explode. O herói é lançado longe, desmaia e, ao despertar, no hospital de campanha, era outro homem. Apavorado, neurótico, nunca mais se reabilitou.

Hoje, ele está internado no Manicômio de Barbacena, enquanto sua família passa fome”

"Tudo bem, respondi ao chefe de reportagem, essa história é interessante, mas não foi nada disso que aconteceu e não posso relatar como fato uma coisa que é tão somente fruto da imaginação". O chefe balançou a cabeça, pediu-me o texto e foi para sua mesa, iniciando imediatamente um trabalho de "copy-deskagem" (ato de reescrever o texto). No dia seguinte, abro o jornal e a última página, com manchetes de oito colunas, várias fotos, contava a história exatinha, mas exatinha como ele, o chefe de reportagem, havia imaginado. O texto era belíssimo, digno de figurar numa coletânea de obras literárias, mas continha uma versão que nada tinha a ver com o fato real...

# 11

## ALIANÇAS POLÍTICAS E FINANCEIRAS

Na "Ultima Hora" mineira, os repórteres trabalhavam sob pressão. A cada dia, tínhamos que produzir três, quatro, cinco matérias, às vezes mais. O tempo era curto, pois, teoricamente, trabalhávamos apenas cinco horas por dia segundo mandava a lei e as matérias tinham que respeitar o horário dos malotes.

Tive sorte, então, de descobrir um funcionário antigo da Previdência Social, encostado numa pequena repartição de um dos institutos de previdência em Belo Horizonte. Este homem era uma mina. Competente, conhecia tudo sobre serviços públicos, por alguma razão estava marginalizado, não tinha nada para fazer e passava o tempo esmiuçando o Diário Oficial. Não havia dia em que não me fornecesse três ou quatro matérias interessantes. Passava por sua repartição, visitava a sede de três ou quatro sindicatos, às vezes ia ao DCE, fazia meia dúzia de telefonemas e obtinha minha quota de notícias diárias para o jornal.

Um dia meu fornecedor principal de notícias mostrou-me uma portaria no Diário Oficial e perguntou-me o que eu achava. Li e não entendi. Compreendi que se revogava um artigo do regulamento da Lei Orgânica da Previdência Social. Era tudo. Na realidade, era muito mais que uma simples modificação burocrática. Com aquela revogação, segundo se interpretou na época, perdoava-se à Hanna uma dívida de milhões de cruzeiros na época e a empresa multinacional era ainda liberada da obrigação de pagar, daí para a frente, uma taxa de 8%, chamada quota de previdência, sobre os valores das faturas de vendas de minérios extraídos e sobre quaisquer serviços remunerados prestados por empresas que explorassem a indústria extrativa de mineração. Aparentemente, era um escândalo enorme, digno predecessor do tráfico de influências e das falcaturas dos anos noventa.

Voltei ao jornal correndo, sentei-me diante da máquina de escrever e o chefe de reportagem, vendo minha excitação, veio ver o que eu trazia. Entusiasmado, anunciei: "Tenho a manchete de amanhã de todas as edições de "Ultima Hora", do Norte ao Sul". Conteí o que havia descoberto e a resposta do chefe foi uma ducha fria em dia de inverno.

"A matéria é excelente, disse ele, mas nós não podemos publicar". Ouvi, mas não compreendi. Minha reação foi só perguntar:

"Como?"

"Você sabe", disse o chefe, "o jornal, para ser lançado em Minas, teve que fazer uma série de acordos e aquele sujeito gordo que vem aqui na redação todos os dias (tratava-se de Odin Andrade) representa a Hanna, que ajudou o jornal a se instalar no Estado".

Sensível, compreendendo o golpe que eu acabava de sofrer, o chefe de reportagem me disse: "Você trabalhou bem, já ganhou o dia, pode ir embora".

Saí da Praça Sete, onde funcionava a "Ultima Hora", e, aproveitando o meio-feriado que ganhara às custas da multinacional, dirigi-me à redação de "O Binômio", na rua Curitiba, entrei na sala de Guy de Almeida, então redator-chefe deste semanário, e lhe disse: "Trago para você a manchete desta semana do jornal". Guy de Almeida, o professor, seguramente o jornalista mais completo daquela geração, responsável pela formação de dezenas de nomes da imprensa brasileira que atuam, hoje, em Minas, Rio e São Paulo, tomou nota, sentiu a importância da matéria, foi buscar pessoalmente mais elementos com meu informante, confirmou a exatidão da informação, e, na semana seguinte, no início do mês de abril de 1961, a matéria foi manchete de "Binômio".

# 12

## UM DEBATE NA TELEVISÃO

O ano de 1962 foi ano de eleições. Ano movimentado politicamente. Ano em que o IBAD, IPES e outras organizações se empenharam ativamente para controlar a imprensa e exercer influência sobre os eleitores. Havia um programa de debates, na TV Itacolomi, de grande audiência. Era um programa tipo Sargentelli, entrevistas quentes, perguntas capciosas, o entrevistado tinha de ser bom no debate. De repente, o programa mudou de estrutura, deixou de ter patrocinador aparente e só começaram a ser convidados representantes de posição ideológica marcadamente de direita.

Um dia, estava na Assembleia, recebo um telefonema para participar do programa. Era para entrevistar Armando Falcão, político cearense, deputado federal, ex-presidente do Instituto dos Marítimos no governo Dutra, ex-ministro da justiça de Juscelino Kubitschek. Para os organizadores do programa, foi uma catástrofe. Tinha, na época, um arquivo de recortes de jornais e de documentos sobre temas da atualidade: vida política dos partidos, reforma agrária, presença das multinacionais na economia brasileira, etc. Fiz um levantamento de tudo o que se referia a Armando Falcão e lá fui para a televisão. Falcão tinha vindo para dar um passeio, para navegar num rio tranquilo e, de repente, encontra-se com alguém que, a cada minuto, fazia uma pergunta e, quando ele contestava, o interlocutor sacava um artigo, uma referência que parecia provar o contrário. Em pouco, o programa se transformou num debate entre o ex-ministro, deputado famoso, e um jornalista jovem e desconhecido. Muito experiente, quando percebeu a situação, Armando Falcão assumiu o controle do programa, encerrou o debate e desenvolveu um brilhante monólogo. Mas o estrago já estava feito.

Foi um momento de glória aparente! No dia seguinte, era reconhecido nas ruas por gente a favor das reformas. Na Assembléia, os deputados vinham comentar o programa, alguns satisfeitos, vários irritadíssimos. Um deputado, Hugo Aguiar, do PSD, de tendência conservadora, mas com traços liberais, não se conteve e disse: "Marco Antonio, você foi muito bem, mas não precisava exagerar. Aquela menção ao cartório era necessária?"

No programa, Armando Falcão condenava Jango e dizia que era a favor das reformas democráticas. Candidamente, perguntei-lhe se era a favor de uma reforma que implicasse a oficialização dos cartórios, tendo em vista que, antes de abandonar Juscelino, havia ganho do ex-

presidente um cartório em Copacabana, no Rio de Janeiro. A pergunta, é óbvio, ficou sem resposta, mas este programa me marcou pelo resto da vida.

Quinze anos depois, em pleno governo Geisel, ocupo a função de vice-reitor da Universidade de Brasília e uma reunião de emergência se realiza no Planalto, com a presença dos Generais Figueiredo e Golberi. No quintal do poder, os militares não podiam permitir que a Universidade de Brasília virasse um caldeirão sem controle. Aquela altura, altas autoridades no governo tinham se certificado de que a permanência, em seu cargo, do reitor da UNB, um capitão de mar e guerra, mais capitão que reitor, significaria tensão permanente na UNB, capaz de se estender às demais universidades do país. "O vice-reitor é jovem e popular", observou um dos participantes da reunião, que não pôde ir adiante no seu raciocínio, interrompido que foi por Armando Falcão, de novo ministro da Justiça.

Segundo relato feito a Walder de Goes e a Antônio Belluco Marra, da sucursal do Jornal do Brasil em Brasília, pelo então chefe da Assessoria de Imprensa da Presidência da República, revelando ter memória de elefante, Falcão, um homem até hoje muito poderoso, tirou sua revanche: "Este não! E um esquerdista perigoso que, em Belo Horizonte, uma vez me destratou em público. Tudo menos isso!..."

## **IPES-IBAD: COMPRA DE VOTOS E DE CONSCIÊNCIAS**

Quem leu o livro de Heloísa Maria Murgel Starling "Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964" ou de René Armand Dreiffuss, "1964: A conquista do estado - ação política, poder e golpe de classe" (Vozes, 3a. edição- 1981), entendera o que ocorrera. Metera a mão em ninho de marimbondos. O esquema IPES-IBAD tinha sido montado para ganhar as eleições de 1962 e estabelecer uma maioria sólida no Congresso, disposta a provocar o impeachment do Presidente da República, ou pelo menos a impedir a aprovação das reformas de base anunciadas pelo governo populista de Jango.

Recapitulemos o que conta Heloísa Maria Murgel Starling:

"Criado no Rio de Janeiro por um grupo de empresários e militares, o IBAD era um organismo de caráter profundamente conservador e feição nitidamente anticomunista, diretamente articulado com a estação da Agência Central de Informações -CIA- do Rio de Janeiro, e cuja direção havia sido entregue a Ivan Hasslocher, um ex-integralista, apontado como "um agente de ligação da CIA para o Brasil, Bolívia e Equador". A partir da posse de Goulart em 1961, as ações do IBAD, até então discretas, intensificaram-se visivelmente com o objetivo de conduzir um amplo processo de mobilização conservador-oposicionista, que levou esse organismo a intervir em diferentes setores da sociedade brasileira: o meio parlamentar, a área rural, o movimento estudantil e sindical e a Igreja católica. Ao mesmo tempo, o IBAD sincronizou suas atividades com organismos paramilitares e anticomunistas, como o Movimento Anticomunista (MAC) e a Cruzada Libertadora Militar Democrática. Para desenvolver suas atividades, o IBAD dispunha de importantes canais de atuação: até 1961 havia estabelecido sólidas ligações com o deputado da UDN baiana, João Mendes da Costa Filho, presidente da Ação Democrática Parlamentar (ADP), uma coalisão conservadora de oposição ao Executivo nacional-populista a nível parlamentar, que se transformou no principal canal de atuação do IBAD no Congresso Nacional. A partir de 1962, o IBAD passou a dispor de dois organismos criados por ele com propósitos diversos. O primeiro deles, a Ação Democrática Parlamentar, também vinculada à estação da CIA no Rio de Janeiro, encarregou-se de intervir em campanhas eleitorais,

notadamente nas eleições realizadas em outubro de 1962 em todo o país. O segundo organismo -a Incrementadora de Vendas PROMOTION S/A - era uma agência de publicidade encarregada de disseminar a propaganda política do IBAD na mídia, além de funcionar como agência financiadora de suas atividades. Tanto a ADEP quanto a PROMOTION compartilhavam com o IBAD de fontes financeiras comuns, de escritórios e funcionários administrativos e de uma direção única, exercida por Hasslocher que simultaneamente ocupava os cargos de Superintendente do IBAD, presidente da PROMOTION e do Colegiado Nacional da ADEP".

"Em que pese o rico leque de atuação conservador-oposicionista desenvolvida pelo IBAD, a partir de meados de 1962", acentua ainda Heloísa, "esse organismo, na prática, era somente um braço tático, englobado por uma estrutura muito mais ampla e sofisticada: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais".

Em 1963, duas comissões de inquérito foram organizadas para verificar a ação do IBAD e do IPES, uma na Câmara Federal, em Brasília, outra na Assembleia Legislativa de Minas, esta última sob a presidência do deputado Paulino Cicero, sendo seu relator o deputado Homero Santos.

Recentemente, pesquisadores da UFMG procuraram, na Assembleia, traços desta comissão e nada encontraram. Disponho de cópia do relatório final, preparado por Homero Santos e que, se bem me lembro, nem chegou a ser votado pela comissão. A pressão era tal que seus membros não se entendiam e muitos deles preferiam não se envolver mais com a matéria.

O relatório, aliás, deu a impressão de que Homero Santos quis se desembaraçar do assunto, atribuindo ao IPES a "qualidade de entidade voltada ao esclarecimento do povo e com atividades elogiáveis".

Ao contrário, divulgando uma versão que, hoje, sabe-se não ser exata, de que IBAD e IPES eram entidades desvinculadas uma da outra, Homero Santos, após citar fatos revelados pela comissão, assegura:

"Repugnante é a atividade exercida pelo IBAD. Antes de comprar votos, ele compra os próprios candidatos. Isto é, propicia a determinados cidadãos os meios para se elegerem, desde que estes assumam o compromisso de fazer aquilo que o IBAD quer. E o dinheiro corre à vontade, provindo não se sabe de onde..."

Aquela altura, todos sabiam de onde vinha o dinheiro, mas compreende-se a prudência do relator. Não é todo dia que se pode "pôr a mão em cumbuca" e a época, final de 1963, era já por si só bastante tumultuada. De qualquer forma, quando se tem conhecimento dos recursos mobilizados pelo IPES e pelo IBAD, quando se verifica que todo o empresariado contribuía para as campanhas, para a produção de documentos, para financiamento de jornais, rádios, revistas e televisões, quando se vê o que foi gasto para financiar estudantes de direito, tem-se a impressão de que quem estava do outro lado entrara numa guerra, armado de estilingue (atiradeira ou bodoque),

contra um exército ultra-moderno, dispondo do mais sofisticado armamento eletrônico. Só podia dar no que deu!

# 14

## A VERDADE MAL IMPRESSA

Quando fui convidado para participar do programa de televisão com Armando Falcão, era editor de política do "Correio de Minas", jornal criado no início de 1962, com financiamento do Banco da Lavoura de Minas Gerais (atualmente Banco Real). Um de seus diretores, Gilberto Faria, não podia se conformar com o fato de que Magalhães Pinto, que saíra de seu banco, conseguira não só criar um concorrente, o Banco Nacional de Minas Gerais, como fora capaz de transformá-lo numa potência. Além do mais, era político de renome, ocupando posições na Câmara, sendo afinal eleito governador do Estado, com possibilidades mesmo de chegar à Presidência.

Gilberto Faria decidiu também fazer carreira política e começou a se interessar pela imprensa. Em 1962, contratou, como assessor, um dos jornalistas mineiros de maior garra e seriedade profissional, Dídimo Paiva. Numa época em que comprar automóvel financiado era quase impossível, facilitou a aquisição de carro próprio para diversos jornalistas credenciados na Assembléia de Minas. Finalmente, decidiu montar o "Correio de Minas", convocando deputados de vários partidos, principalmente do PSD mineiro, para comprar quotas, o Banco da Lavoura assegurando o financiamento da aquisição.

O jornal passou, então, a ser considerado como sendo do PSD mineiro, o que era verdade só parcialmente. Gilberto de Farias nunca se destacou pelo brilhantismo e, com o "Correio de Minas" e a revista "Três Tempos", semanário lançado pelo mesmo grupo, nunca teve sorte, apesar do valor dos jornalistas recrutados para o jornal.

Para formar esta equipe, fora contratado Guy de Almeida, que convocou um grupo disposto a iniciar experiências novas em bases profissionais, e selecionou jovens promissores que contratou como estagiários. Fiz parte do grupo de jornalistas, primeiro como cronista parlamentar, depois como editor de política. Meu salário na "Última Hora" era de onze mil cruzeiros e, no "Correio", passei a ganhar vinte e cinco mil, tornando-me, então, talvez, juntamente com meu colega Jadir Barroso, o jornalista político mais bem pago, enquanto jornalista, da imprensa mineira. José Salomão David Amorim, Celso Japiassú, Almir Japiassú, Fernando Gabeira, Fernando Mitre,

Hélio Fraga, Carmo Chagas, José Maria Mayrink, Adauto Novaes, Carlos Wagner Moraes, Luís Adolfo, Charles Corfield (o escocês), Inês Abreu, José Luís Melo, Dirceu Soares, Samuel Dirceu, Luís Fernando Peres, Moura Reis, Décio Mitre, Estácio Ramos, Marcelo Coimbra Tavares, Ronaldo Costa Couto eram alguns dos membros da equipe.

Guy de Almeida trabalhou duro. Com sua equipe preparou vários números "zero" e, de repente, numa sexta-feira, ao final da tarde, recebe a notícia: "O jornal circula domingo". Cartazes foram espalhados pela cidade, anúncios saíram no rádio e na televisão. O slogan do jornal era "a verdade impressa". A improvisação da direção, porém, que não esperara a finalização dos ajustes técnicos da impressora, fez com que o produto lançado às ruas, que era bom de conteúdo, ficasse, em contrapartida, péssimo de apresentação e, em algumas partes, praticamente ilegível. Os concorrentes não perderam a chance e o jornal passou a ser chamado de a "verdade mal impressa". Foi um golpe duro, o primeiro impacto foi negativo e o jornal, apesar de todos os esforços da redação, nunca conseguiu se firmar plenamente ou pelo menos ameaçar a posição hegemônica de "O Estado de Minas".

Além do mais, a direção não fez prova de eficiência, nem talvez de seriedade. O capital foi gasto rapidamente, promoções de mau gosto e de sentido dúbio, como eleição de uma "miss mulata", somente serviram para enfraquecer a imagem do novo veículo de comunicação. Ao cabo de poucos meses, nossos salários estavam atrasados, o que provocou movimentos de protesto da redação, muitos começaram a procurar novos empregos e Guy de Almeida, descrente, aceitou convite de José Aparecido de Oliveira que, em nome de Magalhães Pinto, assumiu a direção de "O Diário de Minas". No início de 1963, também me transferi para esse jornal, onde já encontrei vários de meus ex-colegas do "Correio".

A desordem no "Correio de Minas" tinha pelo menos uma vantagem. Os diretores não tinham moral sobre a redação e os jornalistas eram livres para produzir o que queriam. Era uma fase amadora do jornalismo. Frequentemente, na página de política, criticávamos altas figuras do PSD mineiro, inclusive ministros de estado. Isto gerava crises, mas a direção não tinha como se impor à redação.

Naquele ano, San Thiago Dantas queria ser candidato à Presidência da República pelo PTB. Era ministro da Fazenda e organizou uma viagem a Minas para estabelecer contactos e fixar bases. O "Correio de Minas", jornal do PSD, para desencanto dos políticos do PSD, foi o que deu a cobertura mais detalhada e exata sobre o significado de sua visita.

Wander Moreira, um dos grandes nomes da imprensa política de Minas, chamou-me, um dia, e disse: "Lacerda está em Belo Horizonte, em viagem não oficial". Conseguimos localizá-lo e o jornal do PSD, junto com o "Diário de Minas", de Wander, foram os únicos a publicar a entrevista do inimigo do PSD.

Em 1962, três candidatos, todos muito fortes, disputavam duas vagas pelo Senado: Benedito Valadares (PSD), Oswaldo Pierucetti (UDN) e Camilo Nogueira da Gama (PTB). Em Belo Horizonte, onde a UDN dominava, Pierucetti e Valadares eram apontados como favoritos. As

apurações eram longas e demoradas, os primeiros resultados pareciam confirmar a vitória dos favoritos e muita gente, em Belo Horizonte, começou a comemorar a vitória do candidato da UDN.

Descobri, porém, uma fonte seguríssima, que, por telefone, recolhia todos os resultados do interior e dispunha deles muito antes que chegassem ao Tribunal Regional Eleitoral. Verificamos que Camilo ganharia no interior e que, no cômputo geral, ultrapassaria Pierucetti, podendo até ser o primeiro entre os três. O "Correio de Minas", jornal do PSD, lançou a notícia em manchete. Udenistas ficaram irritadíssimos; os pessedistas, aborrecidos; os colegas jornalistas, céticos. No final, foram eleitos Benedito Valadares e Camilo Nogueira da Gama.

O "Correio de Minas" foi um dos primeiros jornais a denunciar que a Embaixada norte-americana usava recursos do Fundo do Trigo para financiar atividades contra o governo Goulart e ajudar a eleger adversários do governo. E isto muito antes que a comissão parlamentar de inquérito dissesse não saber de onde vinham estes fundos... Éramos, de fato, livres para escrever o que queríamos!

# 15

## ONDE O CRIME COMPENSAVA

Não sei se os institutos de pesquisas sociais já estudaram os efeitos da eleição de 1962 nos costumes do país. É evidente que corrupção sempre houve e, sem ser por demais pessimista, pode-se dizer que sempre haverá. Mas, o cinismo, a falta de pudor, o descaramento tiveram grande impulso no decorrer das eleições de outubro de 1962. O livro de Heloísa Starling é significativo. Votos foram comprados, jornalistas cooptados ou manipulados para cooperarem, empresas de comunicação se deixaram levar totalmente por grupos econômicos nacionais e internacionais. Toda uma geração de políticos viu, na prática, que o crime compensava. Ganharam as eleições em outubro de 1962, um ano e meio depois, alcançaram o poder com um golpe de estado, uma ditadura de 21 anos se instalou e, depois, a redemocratização, mal conduzida, somente serviu para lhes dar uma sobrevida no poder, que dura até hoje.

O que acontecia na imprensa tinha seu correspondente em todos os outros setores da sociedade. Nem a Igreja escapava. No meio estudantil, o núcleo da ação do IPES-IBAD, aparentemente, localizou-se na Faculdade de Direito da UMG, onde, no passado, os estudantes eram divididos em dois partidos. Havia a UDU -União Democrática Universitária -partido dos estudantes de esquerda, criado após a ditadura de Vargas e sob influência da Esquerda Democrática abrigada na UDN -União Democrática Nacional.

A Esquerda Democrática saiu da UDN, o partido virou conservador e de direita; a UDU, na Faculdade de Direito, guardou seu nome e sua orientação. Do outro lado, havia a ADA -Aliança Democrática Acadêmica. Muito mais tarde, um terceiro partido foi criado: a FAR -Frente Acadêmica Renovadora- também unindo elementos de direita como a ADA. A UDU ganhou eleições facilmente até 1961, quando uma avalanche deu a vitória à direita no CAAP- Centro Acadêmico Afonso Pena. ADA e FAR fizeram uma campanha caríssima e ninguém sabia como os estudantes tinham podido financiá-la. José Augusto Figueiredo Branco, do IPES, passou a controlar a "Voz Acadêmica", órgão do CAAP. Fazia proselitismo ativo e distribuía aos estudantes publicações do IPES, maravilhosamente impressas em papel de qualidade.

Este controle absoluto durou dois anos, até que um grupo liderado por Antônio Joaquim de Souza Machado, filho de um chefe político da UDN no interior de Minas, ligado à JUC

-Juventude Universitária Católica- entrou para a FAR que, naquele ano, para surpresa de todos, em lugar de se aliar à ADA, a direita clássica, fez aliança com a UDU, que representava a esquerda. Golpe de mestre, as eleições foram ganhas, mas Antônio Joaquim ficou marcado. Tornou-se, mais tarde, um dos "desaparecidos" da história da repressão política pós-64 e muitos de seus amigos consideram que sua atuação no movimento estudantil, talvez mais que sua militância posterior na AP, transformou-o em elemento a ser eliminado. Antônio Joaquim, um dos líderes mais estimados e carismáticos de sua geração, estava também incluído na lista dos eliminandos que o IBAD-IPES havia preparado antes do golpe de 1964. Antônio Joaquim, recorde-se, é um dos "desaparecidos." Foi, efetivamente, eliminado.

A propósito da ação do IPES-IBAD, no meio da imprensa e no meio estudantil, eu dizia, num artigo publicado pela revista "Perspectiva", da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, no início de 1963 (editor: Roberto Brant):

- "A pressão para alteração na linha progressista que a nova "Tribuna da Imprensa" adotou, permanecendo com ela apenas uma semana, a campanha orientada contra o projeto da lei de remessas de lucros para o exterior, a pressão contra o "Jornal do Brasil" e "Última Hora", resultando, neste jornal, na demissão do humorista Arapa, a confecção que teria sido feita - de uma lista de jornalistas progressistas a serem expurgados dos jornais de Belo Horizonte e, por fim, a campanha contra a UNE são sinais da atuação do IPES na imprensa. Por sua vez, no campo eleitoral, o financiamento de candidatos à Câmara Federal e Assembleia Legislativa, por Minas Gerais, a campanha contra a candidatura Miguel Arraes, em Pernambuco, são outras frentes de luta do IPES, que, no movimento estudantil, procura intrigar e dividir os estudantes entre si, com as instituições e com o povo. A pressão sobre o "Diário de Notícias" que, cedendo, impediu a continuação da publicação do "Metropolitano", em forma de seu suplemento, é exemplo disto".

# 16

## UM MOMENTO DE VERGONHA NA HISTÓRIA DA IMPRENSA MINEIRA

A desordem administrativa no "Correio de Minas" desanimou aqueles que para ali foram pensando que uma opção profissional nova tinha se aberto. Minas sempre exportou gente de qualidade para a imprensa nacional, sobretudo a do Rio. A geração formada por Guy de Almeida começou a abandonar Minas, por razões profissionais, e o movimento se intensificaria após 1964, por razões profissionais e políticas ao mesmo tempo.

O "Diário de Minas" começou a ocupar, em 1963, o espaço vazio deixado pelo Correio. Dentro dos limites de um jornal ligado a um banco, o Nacional de Minas Gerais, fazia-se jornalismo sério e bem apresentado. Mas aí veio 1964. Magalhães, segundo a versão que se tentou impor, virou líder civil da "revolução" de 1964, e o jornal, com um grupo de jornalistas independentes, ficou incômodo para seus proprietários. Guy de Almeida foi preso, enviado para a penitenciária agrícola de Neves com Romanelli, Cássio Gonçalves, Antônio Faria e muitos outros líderes intelectuais ou dirigentes sindicais.

Um acordo foi feito com o "Jornal do Brasil", que assumiu o controle do "Diário de Minas", completou sua modernização, mas propiciou o desenvolvimento de um período vergonhoso da história da imprensa mineira. Para subir na carreira, um grupo de jornalistas medíocres, alguns trazidos à profissão por Guy de Almeida, especializaram-se na delação, acusando indiscriminadamente colegas.

Em maio de 1964, fui espectador involuntário ou acidental de uma conversa altamente significativa. Um dia, o Professor Mata Machado me chama para ir até o aeroporto da Pampulha para receber Odylo Costa Filho, que fora convidado para assumir a direção do "Diário de Minas". Odylo veio, viu e, com toda razão, não gostou e não assumiu o posto. Com Odylo, sem que ninguém esperasse, veio Nascimento Brito, presidente do "Jornal do Brasil". Do Aeroporto ao Palácio da Liberdade, seu destino -(vinha certamente negociar o acordo que deu ao grupo do "Jornal do Brasil" o controle formal do "Diário de Minas"), Nascimento Brito não parou de falar. Eufórico,

atribuía ao "Jornal do Brasil" e a seus violentos editoriais contra Jango, no mês de março de 1964, a responsabilidade principal pela deposição do presidente.

Lembrei-me desta conversa ao ler, no final do ano passado (1991), um artigo de Elmar Bones da Costa, editor do jornal "Já" de Porto Alegre, que, na edição de outubro de 1991, da revista "Imprensa" (ano V, mês 10, no. 50), dizia:

"Se no dia primeiro de abril de 1964, os jornais brasileiros tivessem dado manchetes como as que deram recentemente, durante a tentativa de golpe dos militares na União Soviética, provavelmente teríamos escapado da ditadura que hoje amaldiçoamos. Conforme contou, anos depois, o General Mourão Filho, o golpe brasileiro tinha também muito de blefe. Mas, a Imprensa, que conspirou e ajudou a desestabilizar João Goulart, imediatamente deu respaldo ao golpe, tirando a chance de qualquer reação”.

"Tudo começou", dizia Nascimento Brito, no carro que nos levava da Pampulha ao centro de Belo Horizonte, - desta frase nunca me esqueci- "com uma conversa com José Luís de Magalhães Lins (sobrinho de Magalhães Pinto, diretor do Banco Nacional no Rio de Janeiro)".

José Luís lhe contara, nesta ocasião, detalhes da conspiração em curso contra Jango. "Se o Banco Nacional está com a revolução, o Jornal do Brasil também está", dizia, orgulhoso, o diretor de um dos jornais mais influentes do Brasil.

Feito o acordo, o "Jornal do Brasil" envia a Minas um de seus administradores para assumir o controle e a direção de fato do "Diário de Minas". Havia necessidade de mudanças urgentes nesta publicação, que era controlada por Magalhães Pinto. Os grupos paramilitares não acreditavam naquela história de líder civil da revolução e ameaçavam empastelar o jornal que, segundo a imagem, era o mais esquerdista de Minas. Letício Câmara chegou e, surpresa, ex-aluno do Colégio São Bento, no Rio, tinha sido dirigente da JEC-Juventude Estudantil Católica, e meu amigo dos tempos de adolescência!

Letício tentou o impossível. Mudar a imagem do jornal, sem mandar ninguém para a rua. Fez mais que isso. Com a prisão de Guy de Almeida, Salomão Amorim, secretário de redação, assumira, na prática, a chefia da redação, mas, de repente, recebe uma bolsa de estudos e decide se transferir para os Estados Unidos.

Letício me convocou, fez-me um apelo para ocupar a secretaria de redação, o que, em realidade, significaria assumir a responsabilidade pela produção do jornal e, de quebra, chamar sobre si toda a atenção dos delatores e daqueles que faziam pressão contra o jornal.

A situação não era cômoda. Depois de deixar a "Folha de Minas", voltara ao "Diário de Minas" de onde havia me licenciado, preparava pautas para os repórteres e ajudava na elaboração de material sobre política internacional. Tudo muito discretamente para não chamar a atenção!

"Você não pode fazer isto", disse a Letício. "Vai criar problemas para você e para mim também".

"Qual a alternativa?" insistiu Letício. Não existia. O candidato dos delatores era o chefe de reportagem. Se ele assumisse, o caminho estaria livre para a demissão e, possivelmente, para a prisão de diversos colegas. Aceitei, descemos para a redação, Letício chamou todo o pessoal, e disse que, após consultar o Jornal, no Rio, um novo redator-secretário seria nomeado. O chefe de reportagem levantou a cabeça, eufórico, certo de sua designação. O esquema estava todo montado.

A frustração foi grande, mas, minutos depois, veio conversar comigo, jurando fidelidade e prometendo apoio na execução das tarefas. No momento seguinte, porém, ele e outros foram buscar os serviços de informações para denunciar que tudo estava perdido, que o jornal seguia sob controle da esquerda, que eu, solto, era pior que Guy de Almeida, pois este, preso, estava sob controle, e que era eu, de fato, o líder dos esquerdistas no jornal. A versão mais uma vez não correspondia à realidade: nem Guy nem eu éramos líderes de movimento algum, mas quem estava interessado na verdade naquele momento?

Letício Câmara foi, pouco tempo depois, chamado de volta ao Rio e, em seu lugar, veio um cidadão chamado Renato Guimarães, pronto para fazer a "limpeza necessária". As demissões começaram imediatamente: Aduino Novaes, Fernando Mitre, Luís Fernando (dos esportes), este último derrubado por estar sentado numa mesa da redação e ali ter ficado quando Renato se aproximou. O pretexto para a demissão foi "falta de respeito". A operação limpeza foi rápida e eu perdi a paciência e a calma. Explodi com o afastamento do diagramador Moura que, em pleno trabalho, dissera que o jornal estava cheio de "dedos-duros". O chefe de reportagem considerou que a indireta era por demais direta para ele e foi reclamar com Renato, que aceitou a queixa e demitiu Moura.

Fui vê-lo, protestei e recebi um conselho amigável:

"Marco Antonio, você é jovem, tem uma carreira longa pela frente; em lugar de defender este pessoal, você deveria se aliar aos que estão ligados com os militares, porque, do contrário, sua carreira estará terminada".

Respondi que não tinha nenhum interesse em estar bem com o grupo de delatores. Fui demitido no mesmo dia, recebi a indenização, tomei o ônibus, à noite, em direção a São Paulo, onde, em poucas horas, acertei uma posição no Escritório de Advocacia Lauro Bueno de Azevedo e na redação de "Última Hora", com Josimar Moreira. Regressei a Belo Horizonte, na noite seguinte, para encontrar o diretor do "Diário de Minas" surpreso de saber que eu já estava empregado. Dois dias antes, ao me despedir, dissera-me que poderia me recomendar a amigos seus no Rio e eu dispensara a ajuda.

Uma coisa é certa. Caso se queira fazer um levantamento completo da história da imprensa mineira nos anos sessenta, o exame do IPM contra Guy de Almeida é peça essencial. A

delação gratuita, a manipulação de fatos, a tentativa de ocupar posições destruindo colegas representam, sem dúvida, uma página vergonhosa na história deste período.

**17-**

## EXPORTAÇÃO DE MINEIROS PARA RIO E SÃO PAULO

Com a imigração, Minas perdeu toda uma geração nova com grande potencial. Em 1966, quando "O Estado de São Paulo" decidiu lançar um jornal novo, vespertino, capaz de atingir o público jovem e de balançar a estrutura tradicional do jornalismo paulista e brasileiro, compôs uma redação que parecia mais sucursal de jornal mineiro. O editor-chefe, Murilo Felisberto, era mineiro, como seu adjunto, Ivan Angelo. A equipe de esportes era, em grande parte, formada por mineiros, muitos deles tendo participado das experiências de "Ultima Hora", "Binômio", "Correio de Minas" e "Diário de Minas". A "Editora Abril", em São Paulo, o "Jornal do Brasil" e o "Correio da Manhã" foram empresas que também recorreram à competência mineira. No início de 1966, fui convidado por Murilo Felisberto para fazer parte da equipe do Jornal da Tarde, mas, a esta altura, decidira realizar um velho sonho e ir para Paris, a fim de seguir um curso de pós-graduação em Comunicação na Universidade de Paris, onde fui colega de Freitas Nobre e de Moniz Sodré.

Na realidade, estava entre os "mineiros" que tinham ido para São Paulo desde julho de 1964. Na capital paulista, comecei a trabalhar, como advogado, no Escritório de Lauro Bueno de Azevedo, ex-chefe de gabinete de Paulo de Tarso Santos no MEC. Samuel Wainer, naquele momento, havia juntado algum dinheiro sabe Deus onde, provavelmente com empreiteiros, e tentava soerguer a "Ultima Hora" paulista. Josimar Moreira, diretor de redação, convidou-me para ser editor de política ou "copy-desk". "Política, mais tarde" disse-lhe eu e fui ser "copy-desk", mas, algum tempo depois, passaria a redator-secretário, cargo que ocupei até início de 1966, quando o jornal foi vendido para a "Folha de São Paulo".

Caso interessante, entre os mineiros exportados, foi o de Theotônio dos Santos Júnior, um dos responsáveis pela publicação do jornal "Tribuna Universitária" do DCE de Minas Gerais. Em 1964, os serviços de informações ainda não eram muito eficientes. Alguém, marcado pela polícia, podia deixar um Estado e ir para outro, não muito distante e recomeçar sua vida. A informática ainda não existia para facilitar, nem para complicar a vida dos cidadãos. Procurado pelas polícias de Minas Gerais e do Rio, Theotônio refugiou-se em São Paulo. Acabou indo lecionar na Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo. "Conhecimentos Gerais" e "Introdução à Sociologia" era o que um dos homens buscado pela polícia ensinava aos novos oficiais da polícia que o procurava. Tudo foi bem até que um dia um aluno lhe perguntou o seu nome. "Miranda", disse Theotônio. Ah, professor, nome de guerra, heim?" disse o aluno

policial. Theotônio assustou-se: "Como nome de guerra?" O aluno, diante do espanto do mestre, tratou de esclarecer: "Nós também temos o nosso nome de guerra, professor. Eu, por exemplo, chamo-me Alberto, mas, para não haver confusão com dois outros Albertos da turma, sou conhecido pelo meu nome de guerra "Oliveira". Theotônio respirou aliviado, mas achou que o risco era demais, pediu as suas contas e, no dia seguinte, o professor Miranda já não ensinava rudimentos de Sociologia aos jovens oficiais da polícia.

São Paulo em 64 já era uma floresta urbana. Sair de Belo Horizonte e ir para São Paulo, era como deixar um bairro tranquilo e ir para o centro de uma grande metrópole. O Estado de São Paulo já era, há muito tempo, a unidade mais rica da federação brasileira. Em meados dos anos sessenta, São Paulo produzia 58% de toda a produção industrial do país. A capital tinha por volta de seis milhões de habitantes, mas, acrescentando a população do ABC, de Osasco e de Guarulhos, este número se elevava a sete ou oito milhões.

O jornal mais importante era o "Estado de São Paulo". No final dos anos cinquenta, um especialista francês, Jacques Kayser, analisando uma dezena de grandes jornais no mundo, concluiu que "O Estado de São Paulo", analisado durante uma semana, era o mais completo em relação ao noticiário internacional. Pesquisa similar realizada nos anos sessenta, por um professor norte-americano, John C. Merrill, chegou à mesma conclusão. Era leitura obrigatória da qual não se furtavam, por exemplo, os líderes de esquerda, irritados com o reacionarismo do jornal, porém, respeitando sua coerência e satisfeitos com o volume de informações ali encontrado. Constava, ao final dos anos sessenta, que os Mesquitas puseram literalmente para correr representantes de um grupo norte-americano, que foram lhes propor uma associação, cuja consequência principal seria transferir para estrangeiros o controle da substância e da opinião do jornal. Em janeiro de 1966, o grupo de "O Estado de São Paulo" lançou o que foi considerado um dos grandes acontecimentos da imprensa brasileira, em todos os tempos: o vespertino "Jornal da Tarde", que teve sucesso imediato. O grupo controlava, ainda, a Rádio Eldorado, uma agência de notícias e mantinha ligações estreitas com a Televisão Record.

A "Folha de São Paulo" era o outro grande jornal em São Paulo e, justamente naquela fase, ultrapassou "O Estado" na vendagem avulsa. Com uma linha política moderada, a "Folha" buscava atingir um público mais heterogêneo. O crescimento súbito do jornal assustou muita gente e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo veio, a público, para denunciar a concentração que provocava redução do número de empregos. Em pouco tempo, a "Folha" passou a controlar o jornal "Ultima Hora", "Notícias Populares", "Televisão e Rádio Excelsior", "Litográfica Ipiranga", "Impress" e montou a "TV-Rodoviária", de grande impacto na capital paulista.

## UMA OUTRA FACE DA IMPRENSA

Em São Paulo, vi uma outra face da imprensa. Em Minas, entrava-se e saía-se de um jornal sem maiores formalidades. O amadorismo era quase total. Em São Paulo, tudo era diferente. Embora com convite firme de Josimar Moreira para ser admitido em "Última Hora", tive de ser submetido a uma revisão médica total. Era a primeira vez na vida que passava por tantos exames. Mais tarde, através de Lúcio Nunes, fiquei amigo de Narciso Kalil e de Luis Mercadante. Eles me apresentaram a Paulo Patarra que, naquele momento, montava a equipe para o lançamento de "Realidade" e, sem demora, convidou-me para dela fazer parte. Na Abril, organizada à americana, a coisa ainda era mais séria. Antes do exame médico, os candidatos, convidados ou não, eram submetidos a uma bateria enorme de testes. Ocorreram então dois fatos que me fizeram desconfiar profundamente, daí para a frente de todo teste psicológico.

Passara os três dias anteriores ao teste, por uma circunstância acidental, fazendo cálculos e contas, no escritório de advocacia. Como consequência, nas baterias para medir aptidões para cálculo, tive resultados de gênio.

Por outro lado, às vésperas destes exames, fora espectador de uma cena que, até hoje, me provoca calafrios. "Última Hora" funcionava num velho galpão, no Anhangabaú, pertinho do Viaduto Santa Efigênia. Um homem, depois se soube, desesperado com sua situação de desempregado, tentou o suicídio, saltando do Viaduto. Uma pessoa, que passava na hora, conseguiu segurá-lo, estendendo-lhe a mão. Logo várias outras correram para tentar ajudar no salvamento. O espetáculo era dramático. O Anhangabaú parou. O homem estava dependurado, todos torciam pelo êxito dos que tentavam salvá-lo. Nisto, o suicida se arrepende e, desesperado, tenta voltar atrás, mas seus gestos são desastrados, ele se desliga das mãos dos que lhe traziam socorro e despenca lá do alto no meio do trânsito. Não sei se caiu na contramão, atrapalhando o tráfego, como o personagem da canção de Chico Buarque de Holanda, sei que fiquei emocionado e, no dia seguinte, quando me me pedem, no teste da "Abril", para descrever uma cena que me impressionara, não tive dúvidas e saquei um texto vibrante sobre o suicida. O resultado do teste, imagino, só podia ser que era um homem de emoções fortes.

Havia, ainda, uma entrevista e aí Minas Gerais entrou, de novo, em cena. O

psicólogo era um americano que havia trabalhado no Instituto de Educação de Belo Horizonte, no quadro de um programa de cooperação conhecido como Ponto IV, destinado, dizia-se, a promover o desenvolvimento através da educação. O Ponto IV era isso, mas era muito mais. Quem viu o filme "Golpe de Estado" de Costa Gravas, recorda-se de que o agente norte-americano Philip Michael Santore, na vida real Dan Mitreone, sequestrado e morto pelos tupamaros no Uruguai, tinha trabalhado em Minas, dispunha de um gabinete junto ao secretário de Segurança do Estado, creio que Faria Tavares, e fora responsável pela modernização da Polícia mineira. Até hoje, guardo a lembrança de um cassete "tamanho família" usado pela Polícia Militar de Minas para dispersar a população, por ocasião de uma manifestação, no início de 1964, em Belo Horizonte, que contava com a presença de Brizola. Jornalista ou não, pude sentir, nas costas, quão eficiente era o instrumento do acordo de cooperação para o desenvolvimento de Minas.

Pois bem, o psicólogo, insisto, tinha sido do Ponto IV. Quando viu que eu saíra do Rio, fora para Minas, tinha trabalhado em tantos lugares, achou suspeito e me fez uma série de provocações. Para início de conversa, disse não compreender minha falta de coerência trabalhando em jornais de orientações tão diversas. A armadilha era simples e eu, ingênuo e inexperiente, cai direto, não percebi a provocação, esqueci-me de que, embora convidado, era candidato a um posto e entrei numa discussão política brava com o psicólogo, que se extasiava tomando notas...

Sai de lá certo de que tinha sido "reprovado", mas o antigo psicólogo do Ponto IV fez melhor. Baseado no resultado de meu teste de Matemática, opinou que eu seria útil sim, mas às revistas científicas e técnicas do grupo. Quando Paulo Patarra, visivelmente constrangido, falou-me sobre a opinião dos psicólogos, disse-lhe que não tinha interesse algum em ser considerado candidato a trabalhar neste tipo de publicações. Logo depois, ao saber por Lúcio Nunes, na época também "exilado" em São Paulo, trabalhando na "Editora Abril, que agentes de serviços de informações tinham passado para falar sobre minha atuação na imprensa mineira, achei que era tempo de sair para o exterior e realizar o velho sonho de fazer um curso de pós-graduação na França. Nem mesmo o tentador convite de Murilo Felisberto para fazer parte da excelente equipe de lançamento do "Jornal da Tarde" me fez mudar de ideia.

Nos meios de comunicação de São Paulo, concentravam-se profissionais de excelente qualidade. Isso me permitiu conviver, na redação da Última Hora paulista, com pessoas de valor excepcional. Ali estavam: Roberto Freyre (o psicanalista), Múcio Borges antigo diretor de "Última Hora" do Recife), Ignácio de Loyola, recém-chegado de Ribeirão Preto e ainda não consagrado como escritor famoso, o crítico de teatro português, ex-secretário da União de escritores de Portugal João Apolinário (pai de João Ricardo do grupo "Secos e Molhados" que lançou Ney Matogrosso), o humorista Arapuã, Jô Soares, Eloysio Rodrigues Silva, que viera de Goiás, José Maria Casassanta, meu ex-colega do "Diário de Minas" e muitos outros.

Na área administrativa, o jornal fora entregue a Jorge Cunha Lima e, mais tarde, a Rubens Paiva. Na área de esportes, jornalistas como Paes Leme, muito competentes, não se limitavam a informar ou comentar, exerciam influência direta na Federação Paulista de Futebol e, na área de polícia, havia um sub-secretário, Sérgio, sério e eficiente mas, ao cabo de algumas observações detalhadas, fortaleci minha impressão de que, em São Paulo, no mundo do crime, no triângulo formado pelos bandidos, policiais e certos jornalistas, os menos bandidos eram,

aparentemente,os bandidos...

A coluna mais lida em "Ultima Hora" era a da Tia Helena. No início de 1965, Rubens Paiva, ex-deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, um dos "desaparecidos" da época da repressão mais famosos, regressou de um curto exílio na Europa e foi participar da administração de "Ultima Hora". Na Europa, Rubens Paiva notara que muitos jornais baseavam seu sucesso popular numa rubrica especial dedicada a conselhos sentimentais e a promover encontros matrimoniais. Porque não experimentar a fórmula no Brasil, perguntou ele um dia a Josimar Moreira. Assim, nasceu "Tia Helena", coluna de grande sucesso no jornal em 1965 e 1966. Em pouco tempo, era responsável por um sensacional aumento de venda do jornal. As cartas, pouco numerosas nos primeiros dias, ao cabo de algumas semanas, eram dezenas e, logo, centenas diariamente. A classe média de São Paulo resolvia seus problemas sentimentais com psicólogos ou, o que ficava mais em conta, com religiosos. Os dominicanos das Perdizes, por exemplo, eram famosíssimos. Os ricos, como sempre, faziam a alegria de psicanalistas e psiquiatras. Os pobres não tinham ninguém até a chegada da nova coluna do jornal "Ultima Hora". Tia Helena recompunha a vida de casais em litígio, aconselhava jovens donzelas nos seus primeiros passos com os namorados, orientava todos aqueles que tinham problemas sentimentais. No final, Tia Helena acabou promovendo encontros e organizando casamentos. Tudo pelas colunas do jornal!

A história somente se complicou quando os leitores, agradecidos, queriam visitar Tia Helena e alguns casais decidiram mesmo convidá-la para madrinha de seus casamentos. Uma das cenas mais divertidas na redação de "Ultima Hora" era a de ver uma de nossas colegas redatoras receber os leitores de Tia Helena, em sua qualidade de "secretária" da "velhinha". Esta nunca era encontrada na redação. Estava sempre em viagem, ou doente ou indisposta. O certo é que Tia Helena não podia mesmo encontrar seus leitores. Na realidade, quem poderia imaginar que Tia Helena não era mulher coisa nenhuma, que, debaixo deste pseudônimo, escondia-se o poeta e escritor português, o jornalista, o crítico teatral João Apolinário?

# 19

## TEMPOS DE CENSURA

Em 1968, ano que não terminou segundo Zuenir Ventura, estava em Paris terminando meu curso. Vivi os acontecimentos do "Quartier Latin", acompanhando de longe os tumultos no Brasil. Regressando a nosso país, acabei recusando o convite de Alberto Dines, através de Fernando Gabeira, para trabalhar no departamento de pesquisa do "Jornal do Brasil" ou ir para São Paulo, como queria outro mineiro, Ivan Angelo, para trabalhar com política internacional no "Jornal da Tarde", vespertino de "O Estado de São Paulo".

Ao final de 1968, assumi a direção da Rádio Jornal de Minas, adquirida pela Arquidiocese de Belo Horizonte. O mundo do rádio daquela época e a experiência de uma pequena estação, sem recursos, mal instalada, com equipamentos deficientes, sem pessoal competente em relação aos objetivos que a emissora se propunha a atingir, as relações ambíguas com o poder - afinal as estações de rádio eram entregues mediante concessão e, ao menos em teoria, poderiam ser retiradas pelas autoridades se a legislação fosse aplicada com rigor- constituíram uma experiência enriquecedora.

No entanto, essa experiência foi limitada no tempo. Outros terão melhores condições de apresentar fatos e fazer uma análise mais profunda. Um detalhe, porém, era importante. O final dos anos sessenta, período imediatamente anterior à criação do curso de comunicação da PUC-MG (1971) foi marcado pelo AI-5 e pela censura férrea. Numa conferência na Universidade de Aix-en-Provence sobre o tema "Comunicação, segurança e liberdade" (23.11.85), tive a oportunidade de recordar alguns fatos significativos da época.

"Em 11 de junho de 1978, o jornal "O Estado de São Paulo" publicava em seis colunas: "Legalmente, a censura ainda persiste". O jornal se referia à decisão tomada, na véspera, pelo presidente Geisel, que extinguiu a censura prévia existente até então nos jornais "Tribuna da Imprensa", "Movimento" e "O São Paulo", este de propriedade da Arquidiocese de São Paulo. "O Estado de São Paulo" lembrava, porém, que o decreto 1.077 de 1977, que institucionalizara a censura, não tinha sido anulado, o que significava que, a qualquer momento, por um ato arbitrário, o governo poderia restabelecê-la".

Fazendo um balanço da ação da censura em suas próprias páginas, "O Estado de São Paulo" dizia:

“Se as informações censuradas em "O Estado de São Paulo" fossem editadas, elas seriam o suficiente para ocupar o espaço de todas as edições diárias do jornal, durante ao menos 6 meses. A censura que acaba de ser abolida na imprensa escrita, com a liberação dos três últimos jornais censurados, permaneceu mais de 6 anos, entre 1968 e 1975 no interior de "O Estado de São Paulo" e do "Jornal da Tarde".”

Segundo o jornal, não apenas as informações sobre os assuntos de política foram objeto da ação da censura. Foram igualmente proibidas as informações provadas de corrupção cometida por membros da polícia, investigações diversas contra os militares, decisões da Justiça, manifestações dos representantes da Igreja. O jornal foi, ainda, proibido de informar corretamente o público sobre uma epidemia de meningite que se espalhou em quase todo o Brasil naquela época.

Em 1969, Rockefeller visitou o Brasil. Recebi a visita de dois agentes da polícia federal, bastante cultos e simpáticos, que me entregaram um documento impresso, contendo as instruções que todos os meios de comunicação deviam seguir, integralmente. O documento não continha assinatura e vinha apresentado de maneira a não permitir a identificação da fonte. Perguntei aos agentes o que aconteceria se uma estação de rádio decidisse não seguir aquelas instruções. Sempre simpáticos, rindo, um deles me disse:

"Não se preocupe, doutor, todas as estações vão respeitar as instruções".

Quanto à missão Rockefeller, as instruções determinavam:

- 1- Não publicar ou emitir, por qualquer meio, informações sobre atos hostis a este ilustre visitante, em qualquer país da América Latina, bem como informações sobre eventual adiamento de sua visita;
- 2- Não publicar fotos de manifestações que lhe sejam hostis;
- 3- Colaborar para a criação de um clima favorável quando da estada entre nós do representante do Governo dos Estados Unidos da América durante sua missão de boa vontade".

As instruções não se limitavam à visita de Rockefeller. Proibiam-se também a difusão de declarações de personalidades punidas pelo Governo, de dirigentes de entidades dissolvidas ou suspensas pelo Governo, declarações de quem quer que seja contra decisões do Governo, declarações de líderes religiosos "que possam representar ou criar tensões de natureza religiosa".

Os meios de comunicação não podiam mencionar os atos de repressão do governo, como a prisão de cidadãos por questões políticas, a censura e "toda informação capaz de criar animosidade

entre autoridades". Toda entrevista ou declarações que pudessem pôr em perigo a política econômica do Governo também estavam proibidas.

A lista era longa, eu apenas citei exemplos. Mas a leitura deste documento revela o ambiente da época e as condições do exercício da profissão para a qual a Universidade se dispunha a preparar os jovens. Fazendo um corte para nossa realidade de hoje, se essas condições ainda estivessem em vigor nenhuma crítica poderia ter sido feita ao Plano Collor, à política adotada pela Senhora Zélia Cardoso de Melo, nem às falcatruas de que foram acusados os Srs. Paulo César Farias, Fernando Collor de Melo e outros.

## A VERDADE AO POVO

E sempre útil lembrar um fato ocorrido nos anos setenta. Um antigo coronel, numa reunião com responsáveis pelos serviços de relações públicas do Governo Médici, tentou convencer seus colegas da necessidade de o governo dizer a verdade ao povo. Este coronel, Octávio Costa, era um daqueles -e, nas Forças Armadas, são mais numerosos do que muitos pensam- para quem o regime militar podia e devia levar a uma democracia real. Sua proposta provocou reações negativas e um oficial do Centro de Informações do Exército replicou: "O senhor é um ingênuo, Coronel. Estamos em guerra, e, numa guerra psicológica, não há nenhum interesse em se verificar se o que se divulga é verdade ou mentira: o importante são os resultados obtidos".

Era uma versão mais cínica e brutal que o tradicional mote de Alkmin -"mais importante que o fato é a versão do fato", mas é oportuno assinalar que, na prática, não foram as idéias de Octávio Costa que prevaleceram.

Ao final dos anos sessenta, o governo federal utilizava fartamente o tempo no rádio e na televisão para enaltecer o Brasil gigante, numa propaganda de mau gosto onde a megalomania se aproximava da mentira e da dissimulação. No início dos anos setenta, as campanhas do governo mudaram de tom. Deu-se preferência a campanhas cívicas, uma série de filmetes de alta qualidade técnica foi lançada, houve mesmo campanhas feitas em sintonia com movimentos da CNBB. Personagem que ficou célebre foi Sugismundo, o sujeito mais simpático de que já se ouviu falar, mas que, com suas ações, mostrava que todos deviam cuidar, através da limpeza, do patrimônio coletivo.

Recentemente, em Paris, soube-se que a TF1, a televisão privatizada pelo governo Chirac, estava preparando uma série de vinte filmetes de trinta segundos cada um, contendo mensagens às crianças, aos pais e aos educadores. Os filmetes são financiados pela Danone. Podem, portanto, chegar um dia ao Brasil. Exemplo de um destes filmetes: um menino dá de comer a seu cachorrinho, enquanto uma voz em "off" diz: "Amar é também ser responsável por aqueles a quem se ama".

Entre os temas selecionados, encontram-se o respeito ao meio-ambiente, a solidariedade, etc. Dizem que o projeto partiu de uma ideia original da revista "Télé Images".

Gostaria de saber qual seria a reação dos franceses se fossem informados de que, há mais de vinte anos atrás, a equipe do Coronel Octávio Costa havia feito exatamente a mesma coisa. Ele era o

responsável por tudo isso, junto com o Embaixador Baena Soares (hoje, secretário-geral da OEA, muito eficiente, digno e corajoso) e com o Coronel Camargo (um duro que respeitava os direitos humanos).

Octávio Costa produziu também os primeiros discursos do General Médici, justamente aqueles que tantas esperanças criaram no país. Era o tempo em que Médici dizia que o Brasil precisava de parar de jogar pedras no passado e que todos, juntos, deviam construir o futuro. Em pouco tempo, Médici mostrou quem era, deixou de recorrer a Octávio Costa para seus discursos, começou a jogar pedras no passado, no presente e no futuro e endureceu o regime, como nos mostra a análise da história dos anos setenta.

Além do mais faltou sorte a Octávio Costa. Na época em que a AERP -Assessoria Especial de Relações Públicas - pregava, dentro do governo, uma política de abertura, militares ligados aos serviços de informações, mais precisamente à OBAN –Operação Bandeirantes- de São Paulo lançaram uma campanha de cunho fascista simbolizada pelo slogan "Brasil- Ame-o ou deixe-o". Octávio Costa se opôs a esta campanha, sem sucesso. Acabou sendo apontado como seu inspirador.

Por conta disso, foi acusado por muita gente boa (por exemplo, o excelente jornalista Mauro Santayana, autor de reportagens memoráveis, responsável pelo furo mundial do anúncio da invasão soviética na Tchecoslováquia) de ser ligado às teorias de Goebbels. A versão, como se sabe hoje, é absolutamente inexata. Por defender intelectuais, jornalistas e professores universitários, Octávio Costa enfrentou a ira dos serviços de informações; no exercício de suas funções, foi, sempre, um ponto permanente de abertura; como comandante militar na Bahia, ao final dos anos setenta, seu primeiro gesto foi impedir, dentro de sua jurisdição, no Exército, todo desrespeito aos direitos humanos. Acabou tendo de ir para a reserva mais cedo, por ter sido preterido pelos radicais do governo Figueiredo. Prova de que a confusão entre fato e versão do fato ultrapassa os limites de Minas Gerais e de que Alkimin e seus motes podem muito bem representar não só Minas, como o Brasil dos anos sessenta e mesmo dos anos setenta.

## CONCLUSÃO

Embora afastado dos problemas ligados à comunicação em geral, no Brasil, no decorrer dos últimos anos, acredito que muitos dos problemas dos anos sessenta e setenta persistam. A comunicação é cada vez mais um fenômeno da sociedade. Em matéria de recursos, tende-se para a utilização de multi-meios com a combinação de vários meios de comunicação para se aumentar a eficácia da transmissão das mensagens.

Não é difícil prever que, num futuro imediato, as escolas de comunicação terão de dar atenção, na formação de seus alunos, à preocupação com problemas globais que, agora mais que vinte anos atrás, fazem parte da preocupação da sociedade como um todo: é o caso do meio ambiente e suas relações com o desenvolvimento e o da democracia participativa.

Ponto essencial ainda não resolvido e com implicações sérias para a formação dos profissionais e para a organização dos meios de comunicação está em como transformá-los de elementos de manipulação em instrumentos a serviço de toda a comunidade. Como assegurar a defesa dos interesses de toda a sociedade na condução dos meios de comunicação e como fazer deles instrumentos para uma verdadeira democracia?

A questão não é simples, sobretudo quando se pensa no espetáculo que o Brasil está dando à comunidade internacional. Perdeu-se, em definitivo, a oportunidade histórica de se estabelecer um regime verdadeiramente democrático no Brasil? Ou a crise profunda que afeta o país vai provocar uma dinâmica capaz de gerar o aparecimento de novas forças?

Quem melhor presentiu a atual situação no Brasil foi o poeta e compositor popular, Ivan Lins, que, em "Formigueiro", nos fez cantar:

- "Tanto furo, tanto rombo não se tapa com o biombo  
Não se esconde o diabo deixando de fora o rabo  
E pros "home" não "tá" fácil de arrumar tanto disfarce  
De arrumar tanto remendo, se "tá" todo mundo vendo  
Avisa ao formigueiro

Vem aí Tamanduá"

Para Ivan Lins, nunca se deve perder a esperança, pois como nos ensinou em "Desesperar, jamais":

- "No balanço de perdas e danos  
Já tivemos muitos desenganos  
Já tivemos muito que chorar  
Mas, agora acho que chegou a hora  
De fazer valer o dito popular:  
Desesperar, jamais,  
Cutucou por baixo, o de cima cai,  
Desesperar, jamais  
Cutucou com jeito, não levanta mais"

A mensagem de Ivans Lins é de esperança, como se vê em "Novo Tempo":

- "No novo tempo  
Apesar dos castigos  
Estamos crescidos  
Estamos atentos  
Estamos mais vivos  
Pra nos socorrer  
No novo tempo  
Apesar dos perigos  
Da força mais bruta  
Da noite que assusta  
Estamos na luta  
Pra sobreviver"

Segundo a versão, o Brasil é o país do futuro. Os fatos estão mostrando que, aumentando a pobreza de sua população e mantendo estruturas econômicas e políticas feudais, o Brasil se revela um país do passado. Num relatório recente das Nações Unidas, o Brasil é citado como o país no mundo, em que, no que diz respeito à participação nos benefícios do desenvolvimento humano, maiores são as diferenças entre os grupos privilegiados e os menos favorecidos. A reação da juventude, indignada com o que fizeram do país suas elites dirigentes, abre, mais uma vez, campo para a esperança e o otimismo. Que a versão se torne realidade e que o Brasil volte a ser o país do futuro, melhorando o presente, "para que nossa esperança, como dizia ainda Ivan Lins, seja mais que a vingança, seja sempre um caminho, que se deixa de herança".

## REFERÊNCIAS

Tratando-se de um depoimento pessoal, este texto não foi elaborado com base em pesquisas bibliográficas. A base fundamental é a memória do autor, documentos pessoais e sua interpretação dos fatos. O autor é plenamente consciente de que, embora fazendo tudo para ser objetivo e relatar os fatos como aconteceram, não está imune de confundir a versão com os fatos propriamente ditos. Afinal, carioca, fez um longo estágio em Minas e virou "mineiro do Meyer", mineiro por adoção, mas mineiro...

Note-se, no entanto, que, ao mencionar fatos ligados à "Ultima Hora", o autor usa e cita o livro de Samuel Wainer "Minha razão de viver, memórias de um repórter" 1ª edição - Editora Record - Rio - 1988.

Igualmente, citações e referências são feitas ao excelente livro "Os senhores das Gerais - os novos inconfidentes e o golpe de 1964", de Heloísa Maria Murgel Starling - 2ª edição - Editora Vozes- Petrópolis- 1986, sobre os preparativos, em Minas, do movimento militar de 1964, a ação IPES-IBAD e sua influência na imprensa e no movimento estudantil.

O autor é, hoje (1992), diretor da Divisão de Ensino Superior da UNESCO e, evidentemente, é dele a responsabilidade integral do relato dos fatos assim como das versões e das interpretações apresentadas. Suas opiniões e os conceitos emitidos não engajam, de maneira alguma, a Organização à qual está vinculado por um contrato de trabalho.

O autor agradece à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais a oportunidade que lhe deu de fazer reavivar sua memória sobre fatos longínquos no tempo. Recordar é viver, os anos sessenta marcaram a vida do país para o bem e para o mal, e, embora a história somente guarde a imagem e a memória dos grandes autores, é toda a população de um país que sofre os efeitos dos acontecimentos. É importante, pois, de tempos em tempos, dar voz a personagens menores que procuraram, no entanto, participar, intensamente, de momentos importantes da vida do país.

# ANEXO I

**PORTARIA No. 8/69 DE 18 DE ABRIL DE 1969**

DOM SERAFIM FERNANDES DE ARAUJO

Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Universidade Católica de Minas Gerais resolve:

NOMEAR

membros da comissão encarregada de estudar a conveniência da criação do INSTITUTO de COMUNICACAO SOCIAL NA UCMG os senhores:

Dr. Marco Antonio Rodrigues Dias

Dr. Hélio Fraga

Dr. Gamaliel Herval

Jornalista Emerson de Almeida

Jornalista Elzio Costa

Como homenagem "post-mortem", declara membro da referida Comissão o Jornalista WANDER MOREIRA, anteriormente convidado para dela fazer parte.

Belo Horizonte, 18 de abril de 1969.

Dom Serafim Fernandes de Araujo  
REITOR DA UCM

Registrado no  
Livro de Portaria

## **ANEXO II**

**Notas relativas ao trabalho elaborado, em sua primeira reunião, pela comissão criada pelo reitor da UCMG visando à criação de um Instituto de Comunicação Social na UCMG.**

1-Compareceram: Emerson, Gamaliel, Elzio e Marco Antonio. Hélio Fraga apenas telefonou.

2- Ordem do dia:

- a) exposição do presidente da comissão
- b) debates
- c) anúncio da ordem do dia da próxima reunião

A) Em resumo, o presidente da comissão afirmou:

-basicamente, depois das ideias que foram levantadas e das propostas ou sugestões feitas, a direção da Universidade Católica se orienta para a criação de um Instituto de Comunicação Social que teria por base as seguintes atividades:

I- no nível superior: centro para preparação de teses de mestrado ou doutorado. Basicamente, o problema deve ser estudado sob o aspecto jurídico. Cabe ao Gamaliel estudar a questão.

II- No nível de aperfeiçoamento:

-formação de pesquisadores: um primeiro seminário se realizaria em agosto de 1969 tendo como objetivo dar um balanço na área de formação em Comunicação através da apresentação de trabalhos por grandes nomes como Paul Lazarsfeld e outros. Ao mesmo tempo, seria iniciado um curso de iniciação à pesquisa nos meios de comunicação de massa.

-formação profissional:

-cursos intensivos para a formação de profissionais em jornalismo (imprensa), rádio-jornalismo, publicidade, relações públicas, administração de empresas.

-Estes cursos intensivos teriam uma duração de três meses, elementos de fora seriam convidados e as exposições seriam abertas, se possível, ao público em geral.

O Instituto estudaria a possibilidade e conveniência de elaboração de convênios:

-com UNESCO: para formação profissional em geral

-com Sindicato dos Jornalistas para formação de jornalistas para a preparação de profissionais atuando no interior do Estado

-com a Associação Mineira de Propaganda: para publicitários e profissionais de relações públicas

-com a Fundação Getúlio Vargas: para administração de empresas.

A ordem do dia da segunda reunião ficou assim estabelecida:

-relatório do Gamaliel: aspectos jurídicos

-relatório do Elzio Costa: publicidade  
interesse pela Escola de Propaganda  
Curso intensivo ou longo

-relatório do Emerson: Diário de Minas e Itatiaia  
O Globo  
O Diário e Rádio Jornal  
Rádio Inconfidência

-relatório do Marco Antonio: pesquisas

-relatório do Hélio Fraga: Diários Associados.

## **ANEXO III**

### **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE CRIAÇÃO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO DA UCMG<sup>1</sup>**

(versão preliminar)

Exmo. e Revmo. Monsenhor Serafim Fernandes de Araújo  
D.D. Magnífico Reitor da Universidade Católica de MG

Marco Antonio Rodrigues Dias, Elzio Costa, Emerson de Almeida, Gamaliel Herval e Hélio Fraga, componentes da comissão nomeada através da PORTARIA NO. 8/69 de 18/04/1969, com a finalidade de estudar e pesquisar a conveniência da criação de um Instituto de Comunicação Social na Universidade Católica de Minas Gerais, vêm expor e , ao final, propor o seguinte:

- 1- Depois de estudar, analisar e pesquisar a situação da comunicação social em Minas Gerais e, em particular, em Belo Horizonte, parece oportuna à comissão a criação, no interior da Universidade Católica de Minas Gerais, de um Instituto de Comunicação Social;
- 2- Esse Instituto teria, por finalidade, manter cursos intensivos nos diversos setores ligados à comunicação social, tais como Jornalismo, Rádio e Televisão, Publicidade, Relações Públicas, Administração de Empresas de comunicações sociais etc.
- 3- O Instituto funcionaria como unidade autônoma diretamente vinculada à Reitoria e seus cursos seriam considerados como de "extensão" e de "aperfeiçoamento".

Belo Horizonte, 15 de junho de 1969

---

<sup>1</sup> Observações:

1- Ainda que de forma mitigada, e sem fanatismo, a Universidade Católica era, nos anos sessenta, claramente uma instituição confessional. Hoje, caracteriza-se como instituição comunitária.

2- No que diz respeito à educação permanente, aos cursos de aperfeiçoamento e de extensão, muitas das propostas feitas neste relatório são seguramente válidas ainda hoje.

## JUSTIFICATIVA

Uma universidade Católica tem compromissos com a estrutura do país onde ela está sediada, mas é vinculada também essencialmente ao espírito e programa da Igreja Católica. Deve, portanto, procurar atender, a um só tempo, às áreas prioritárias de uma economia em expansão, como também ao desenvolvimento do pensamento da Igreja.

O estudo sobre as comunicações sociais atende aos dois reclamos. A título de exemplo, basta dizer que, na área de publicidade, o Brasil investe, proporcionalmente, uma quantia de dinheiro superior à da França. Além disso, vivemos uma época em que se procura, por todos os meios, aperfeiçoar as comunicações, a fim de se romperem as barreiras entre os homens. A UNESCO e o próprio governo brasileiro estudam a utilização de satélites artificiais para serem utilizados no combate ao analfabetismo. O desenvolvimento e a utilização das comunicações é apontado também como necessário para estimular a população a participar do processo de desenvolvimento dos países que apresentam índices de crescimento incompatíveis com as necessidades de sua população.

No que diz respeito à orientação da Igreja, é visível o interesse pela questão das comunicações sociais, sobretudo após a realização do Concílio Vaticano II e, no caso da América Latina, após a realização da reunião de Medellín. A Igreja, para reavivar os espíritos sobre este tema, chegou mesmo a determinar, durante o Concílio (Inter Mirifica, 18), que todos os católicos celebrem, uma vez por ano, um dia dedicado, de modo especial, às comunicações sociais.

Em carta datada de 14 de junho de 1966, o presidente da Comissão Pontifícia para as Comunicações Sociais informou que, com o apoio de numerosos países e a aprovação do Papa, se reservaria para essa celebração, o domingo depois da festa da Ascensão (Cf. Bolletino d'Informazione, anno XIV, 1966, no. 74).

Celebrado, pela primeira vez, em 1967, teve ele, como tema, em 1968: "Os meios de comunicação social a serviço do desenvolvimento dos povos". Para o ano de 1969, foi determinado que o tema seria "Comunicações Sociais e Família".

Nesse dia, 18 de maio de 1969, foi divulgada, praticamente no mundo inteiro, uma mensagem do Papa Paulo VI, onde o Sumo Pontífice, após analisar o aumento crescente do potencial dos meios de comunicação e, ainda, seu conseqüente aumento de influência em todas as famílias, afirmava:

"E preciso....."

.....grande família humana".

Não há dúvidas, pois, de que, trabalhando nessa área, envidando esforços na formação de técnicos na comunicação social, a Universidade Católica estará participando de um trabalho para o estímulo ao desenvolvimento econômico da comunidade e, ainda, estará seguindo as diretrizes do Sumo Pontífice na questão. O problema passa a ser, então, o de estudar a maneira concreta de se efetuar esse trabalho, primeiramente, e, ainda, o de se apontar a fórmula mais eficiente tendo em vista a realidade mineira e brasileira em que está inserida a Universidade.

A ideia da criação de um curso de jornalismo ou de um Instituto de Comunicações Sociais na Universidade Católica já é antiga. A motivação para sua criação, no entanto, ampliou-se, nos últimos tempos, por uma série de fatores, que vão da intensificação desses estudos, no mundo inteiro, ao desenvolvimento alcançado pelas comunicações em todos os continentes e, em especial, em nosso país.

No primeiro semestre do corrente ano, a própria Universidade Católica organizou dois seminários sobre comunicações sociais, ambos despertando enorme interesse. O reitor, Dom Serafim Fernandes de Araújo, recebeu, nessas ocasiões, apelos para que criasse, imediatamente, uma unidade dentro da Universidade, que cuidasse dessa questão. Prudentemente, o Magnífico Reitor preferiu nomear uma comissão especial, integrada por elementos ligados aos diversos campos da informação e da comunicação e que seriam responsáveis pelo estudo da conveniência ou não da criação de um instituto de comunicação social.

A comissão nomeada era integrada pelos srs. Marco Antonio Rodrigues Dias (presidente), Elzio Costa, Gamaliel Herval, Emerson de Almeida, Hélio Fraga e Wander Moreira, que veio a falecer antes mesmo de ser oficializada a constituição desta comissão.

Os componentes do grupo passaram a se reunir, imediatamente, a fim de cumprir sua missão. Inicialmente, eliminaram a hipótese de criação de um curso de jornalismo nos termos tradicionais, isto é, um curso de nível de bacharelado ou licença, de quatro anos de currículo, nos moldes do que funciona na Universidade Federal de Minas Gerais. Motivo principal desta decisão: tal curso exigiria investimento caro que não corresponderia às vantagens que traria para os meios de comunicação social no Estado. Já existe um curso tradicional funcionando na UFMG e a concorrência, no caso, não traria grandes benefícios para a comunidade.

Passou-se, então, ao exame da hipótese de criação de um Instituto de Comunicação Social, que teria, como uma de suas finalidades, tornar-se um centro de preparação de teses de mestrado ou de doutorado no setor de comunicação. O aspecto foi examinado em detalhes pelo bacharel Gamaliel Herval, que concluiu pela sua inoportunidade na fase atual. A ideia, porém, poderá voltar a ser estudada, posteriormente.

Finalmente, os trabalhos foram orientados para a possibilidade de criação de um instituto que visasse, sobretudo, ao aperfeiçoamento profissional nos diversos setores ligados à

comunicação social, tais como:

- formação e aperfeiçoamento de pesquisadores
- formação profissional de jornalistas, radialistas e técnicos
- formação de especialistas em Relações Públicas, Administração de empresas de comunicações e Publicidade.

Esses cursos poderão ser organizados por períodos relativamente curtos, três meses, por exemplo. Para seu bom funcionamento, a Universidade, através do Instituto de Comunicações, poderia firmar convênios com entidades ligadas à área, tais quais: Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Associação Mineira de Imprensa, Associação Mineira de Propaganda, Fundação Getúlio Vargas, UNESCO, Associação Mineira de Rádio e TV e outras.

Os componentes da comissão fizeram um levantamento do interesse que despertaria uma instituição voltada, dessa maneira, para o aperfeiçoamento profissional. Verificou-se que a receptividade é total. A diretoria da Associação Mineira de Propaganda chegou a expor a idéia da criação de um curso mais longo, a nível de licença ou bacharelado, para a Publicidade. A idéia merece ser desenvolvida. Em Minas, não há escola deste tipo, como funcionam em São Paulo e Rio Grande do Sul. A publicidade, por outra parte, ocupa, cada vez mais, um número maior de profissionais, que, em sua quase totalidade, entram para a profissão apenas com a boa vontade, não dispondo do mínimo preparo. Só em Belo Horizonte, existem mais de trinta agências de publicidade em pleno funcionamento.

Em síntese, a comissão, por unanimidade, após ouvir os diversos grupos vinculados aos meios de comunicação, em Minas, aprovou parecer no sentido de se apresentar à Reitoria da Universidade Católica de Minas Gerais a proposta de criação de um Instituto de Comunicação Social, como órgão responsável por ministrar cursos de extensão e de aperfeiçoamento, no setor de informação e comunicação social. O Instituto teria diversos departamentos: Jornalismo, Rádio e Televisão, Relações Públicas, Publicidade, Administração, Pesquisas etc. O Instituto promoveria seminários de estudos, quando fosse oportuno e manteria cursos intensivos nos diversos setores.

Essa solução teria, ainda, a vantagem de não implicar custos elevados. Dispondo de apenas duas salas para sua administração e podendo utilizar salas de outras unidades da Universidade, o Instituto já teria condições para funcionamento imediato. Essa solução, alias, é a que foi adotada, em Paris, pela Universidade de Paris, ao criar o Instituto Francês de Imprensa e de Ciências das Informações. Os cursos intensivos serão pagos e organizados de maneira que a receita sirva para cobrir as despesas. Tal fato não é possível nos cursos longos de 4 a 5 anos de duração, mas é perfeitamente viável em cursos intensivos de 3 a 4 meses, que não exigem, para seu funcionamento, uma organização administrativa pesada, nem um quadro estável de mestres.

No caso da ideia adiantada pela Associação Mineira de Propaganda, a proposta deve ser estudada mais tarde. Pode-se decidir pela criação do Instituto e, posteriormente, no

Departamento de Publicidade, partir para a criação da Escola Superior de Publicidade. Tal decisão, que representaria um desdobramento de atividades, exigirá estudos mais acurados, que poderão ser levados a efeito por aqueles que vierem a assumir a direção do Instituto, em combinação com a Associação Mineira de Propaganda, que já efetuou análises sobre a questão.

A Comissão propõe, ainda, que, caso seja aceita a idéia da criação do Instituto, este inicie suas atividades o mais rapidamente possível, com a realização de um seminário dedicado às pesquisas em comunicação social, seguido de um curso intensivo para a formação de pesquisadores. O seminário, de acordo com contactos mantidos com entidades internacionais, poderia contar, talvez, com a presença de um grande nome das pesquisas em comunicações, como é o caso do Professor Paul Lazarsfeld (Estados Unidos) ou Fernand Terrou, da França. O curso intensivo serviria para a formação de um grupo de pesquisadores, que passaria a trabalhar dentro do Instituto. Nesse setor, Belo Horizonte já apresenta um excelente mercado de trabalho, muito mal servido de profissionais. Frequentemente, são encomendadas pesquisas a grupos do Rio e de São Paulo, pelo simples fato de, em Minas, não haver organizações, capazes de levá-las a efeito. Atuando nesse setor, o Instituto passaria a ter uma atividade permanente e, ainda, obteria fundos para suas necessidades mais elementares.

Por fim, numa etapa posterior (por exemplo, a partir de março do próximo ano), o Instituto poderá colaborar, decisivamente, para o aperfeiçoamento profissional no interior do Estado, onde existem cerca de cem estações de rádio e centenas de jornais, com profissionais improvisados, sem possibilidade de acesso aos grandes centros para se aperfeiçoarem. Utilizando as instalações dos cursos regulares da própria Universidade Católica, e, através de convênios, o Instituto poderá organizar semanas de estudo, cursos e seminários intensivos para jornalistas e radialistas do interior, em cidades estratégicas, como Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Patos de Minas e outras.

Criando o Instituto de Comunicação Social, a Universidade Católica de Minas Gerais estenderá sua presença a mais um setor vital para o desenvolvimento integral da comunidade à qual está vinculada,

Belo Horizonte, de                      de 1969

Assinaturas dos membros da comissão

## ANEXO IV

### EXPANSÃO DOS CURSOS DE COMUNICAÇÃO

Ao me convidar para dar este testemunho pessoal, a direção da Faculdade de Comunicação Social da PUC-MG manifestou interesse também em que uma referência fosse feita ao contexto geral, que marcou a expansão dos cursos de comunicação no Brasil.

Nos anos setenta, escrevi vários artigos e proferi várias conferências sobre o tema:

-**Ensino de comunicação, o modelo mal escolhido**", publicado em 1971 pelos Cadernos de Jornalismo e Comunicações (Edições JB) no. 42;

-**"A hora dos cursos de comunicação"**, publicado pela Revista Educação edição MEC) em 1971;

-**"Comunicação: a alternativa está em formar pesquisadores ou "enlatados"**, conferência no Io. Seminário Internacional de Ensino de Jornalismo e Comunicação- ABI-Rio, agosto de 1975;

-**"Comunicação: novo curriculum deve levar a maior abertura e diálogo"** conferência proferida na Universidade Federal de Santa Maria, publicada na íntegra pelo Jornal de Brasília em 27.08.78 e, finalmente,

-**"O novo currículo de comunicação social: análise e implementação"**, conferência em Goiânia, em março de 1979, em seminário promovido pela Universidade Federal de Goiás, Associação Goiana de Imprensa e Projeto Rondon.

Em 1969, havia 24 cursos de comunicação no país. Três anos depois, este número já se elevara a mais de 50 e, em 78, contavam-se mais de 70. Grande parte desses cursos foi estabelecida sem dispor de recurso técnico nenhum, nem corpo docente especializado e, ao oferecer vagas, não se preocupava com a visão do mercado de trabalho atual e futuro, nem cuidava, o que é mais importante, dos aspectos sociais da comunicação.

A grande expansão ocorreu, pois, entre 1969 e 1972. A faculdade da PUC-MG foi criada em 1971, porém, em bases diferentes daquela adotada por grande número de instituições criadas na mesma época. Estabeleceu padrões de qualidade e procurou adotar uma postura de inovação pedagógica, assegurando, ainda, uma grande participação do corpo docente e discente na

orientação dos estudos.

Contraste dos contrastes, este período, todos se lembram, foi marcado, na economia, pela concentração das empresas e, na política, pela repressão. Não nos esqueçamos de que o Decreto 1 077, responsável pela implantação da censura aos livros, data de 26 de janeiro de 1970.

Conforme eu disse, em 1978, quando vice-reitor da UNB, numa conferência em Santa Maria, tudo isso foi decorrência da opção que fizeram para as universidades no final dos anos sessenta, quando, através da multiplicação de vagas, “resolveu-se” o problema dos excedentes e tentou-se evitar a agitação que rondava as universidades.

Simultaneamente –acrescentava, na mesma ocasião- visando a manter a massa assim criada sob controle, foram adotadas medidas drásticas que tinham por objetivo acabar com o debate e a discussão dentro das universidades. Data daí o surgimento de instrumentos como o Decreto-lei 477, certos regimentos altamente centralizadores e regimentos disciplinares, na prática mais prejudiciais à formação integral do jovem que qualquer ato de exceção. O resultado destas medidas está sendo sentido agora como autêntica bomba de efeito retardado.

Milhares de estudantes completam o curso sem ter como aplicar seus conhecimentos, enquanto várias universidades se transformam em autênticas panelas de pressão. Quando as válvulas, os instrumentos de controle são novos, tudo funciona aparentemente bem. Com o tempo, há o desgaste que muita gente não percebe por falta de sensibilidade e, com ele, surge o risco de explosão, arrebatando tudo em volta.

Como observação de ordem geral, podia-se dizer que o modelo de ensino de comunicação adotado no Brasil foi o americano, num mimetismo ridículo, uma vez que as condições culturais e do mercado de trabalho não eram comuns. Os primeiros cursos eram apenas de jornalismo vinculados às Faculdades de Filosofia. Foi o caso da Universidade de Minas Gerais. Sem contar com pessoal especializado em número e qualidade suficientes, embora adotassem o modelo norte-americano, acabaram por toma uma orientação mais teórica, livresca e sobretudo literária, equivocadamente registrada como “fase humanista”.

Posteriormente, nos idos sessenta, constatada a realidade de que havia alunos diplomados em Jornalismo que nunca tinham redigido uma notícia usando máquina de escrever, houve uma reorientação no sentido de fortalecer a técnica.

Esta tendência foi reforçada com a adoção da Resolução no. 11/69 pelo Conselho Federal de Educação. Procurou-se estabelecer um equilíbrio entre a teoria e a prática, o treinamento profissional e a análise conceitual, através da formação cultural ampla e de conhecimento dos problemas ligados ao fenômeno da comunicação. Vemos aí a influência do CIESPAL - Centro Interamericano de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina- em Quito, Equador, que, tendo organizado diversos encontros em nível regional, propôs a adoção de um esquema em

que três níveis fossem focalizados: o cultural, o fenomenológico e o técnico-profissional.

Isto não evitou que a maioria das escolas permanecesse presa a um tecnicismo muitas vezes inoperante. Junte-se a isto o fato de as matérias teóricas serem ministradas sem espírito crítico, adotando-se não só a bibliografia como o espírito de cursos ministrados em realidades distintas das nossas. O resultado não podia ser outro: frustração e alienação, como acentuava na conferência em Santa Maria.

Limito-me, aqui, a apenas aflorar problemas que, na época, foram analisados em detalhes, assinalando-se a importância que já se dava, naquele tempo, nos estudos teóricos e nas análises, à formação cultural, à formação ética e à necessidade de se estabelecer um vínculo entre a comunicação e o desenvolvimento, este último não podendo ser visto apenas como crescimento econômico, como desejavam certos ministros da área econômica dos regimes militares. A prática, no entanto, raramente seguia a teoria e muitos destes objetivos permaneceram como metas nunca alcançadas.

## ANEXO V

### EVOCÇÃO DE JOÃO APOLINÁRIO OU A MORTE DE TIA HELENA

Em 1964, João Apolinário foi diretamente dos porões da PIDE para o aeroporto. Secretário da União dos Escritores de Portugal, havia sido preso, torturado, mas tinha gente de sua família ligada à ditadura salazarista. Seu tio, parece, era ministro ou frequentava as rodas ministeriais. O acordo não foi difícil. Já havia recebido uns bons corretivos. Poderia ser liberado, mas tinha de ir, sem demora, para o exterior.

Foi assim que, no início de 1964, João desembarcou em São Paulo. O Brasil era um país democrático, o debate se ampliava, falava-se muito em reformas e não foi difícil para o João obter, logo de saída, emprego num jornal de tendência avançada para a época, a Última Hora de Samuel Wainer, dirigida então, em São Paulo, por um jornalista famoso, boêmio e muito competente, Josimar Moreira.

Nem um mês se tinha passado de sua chegada ao Brasil e João Apolinário pôde assistir ao desfilar de centenas de milhares de pessoas nas "marchas da família com Deus e pela liberdade", enorme movimento de manipulação organizado no Brasil no início de 1964, com o objetivo de mobilizar a população contra as reformas de base e contra o governo de João Goulart. Movimentos religiosos e muita gente de boa fé se deixaram envolver. João sentiu que o mar não estava para peixe, que os discursos nas ruas e os editoriais da grande imprensa recordavam um Portugal que ficara para trás, lembravam doutrinas que, sob a cobertura de princípios moralizantes, esmagavam o indivíduo. Lembravam o fascismo.

João tinha razão. Nem um mês se tinha passado desde sua chegada e o golpe de estado estava lá. Como diria depois Chico Buarque de Holanda, o Brasil virou um grande Portugal. Portugal fascista, diga-se de passagem e não faltou, entre os amigos brasileiros do João, quem não lhe dissesse, com a grossura típica do brasileiro que se acha engraçadinho, que você precisava mesmo ser português, para deixar uma ditadura e vir cair nos braços de outra ditadura".

João ria, não dizia nada e, muito hábil, tratou de organizar sua vida, de integrar-se na vida cultural de São Paulo, de fazer valer seus conhecimentos de teatro europeu, português e francês em primeiro lugar, para se impor nos meios jornalísticos e teatrais de São Paulo.

Conheci João Apolinário em agosto de 1964. Naquela época, os serviços de informação brasileiros ainda não eram tão eficientes como agora. Alguém, marcado pela polícia, podia deixar um Estado e ir para outro, não muito distante e recomeçar sua vida. A informática ainda não existia para facilitar, nem para complicar a vida dos cidadãos. Caso interessante foi o do sociólogo e professor Theotônio dos Santos Junior, ex-líder estudantil, professor universitário em 64, que,

procurado pelas polícias de Minas Gerais e do Rio, refugiou-se em São Paulo. Theotônio era muito conhecido e seu nome havia sido transmitido a todas as polícias estaduais. Mas, São Paulo em 64 já era uma floresta urbana, não era difícil alguém se esconder levando uma vida normal. Theotônio acabou indo lecionar na Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Conhecimentos gerais e Introdução à Sociologia era o que um dos homens buscados pela polícia ensinava aos novos oficiais da polícia que o procurava. Tudo foi bem até que um dia um aluno lhe perguntou seu nome. "Miranda", disse Theotônio. "Ah, professor, nome de guerra, heim?" disse o aluno. Theotônio assustou-se: "Como nome de guerra?" O aluno, diante do espanto do mestre, tratou de esclarecer: "Nos também temos nosso nome de guerra, professor. Eu, por exemplo, me chamo Alberto, mas, para não haver confusão com outros dois Albertos da turma, sou chamado pelo meu nome de guerra "Oliveira". Theotônio respirou aliviado, mas achou que o risco era demais, pediu suas contas e, no dia seguinte, o professor Miranda já não ensinava rudimentos de Sociologia aos oficiais da polícia.

Meu caso era mais simples. Jornalista em Minas Gerais, tinha sido incluído numa lista que os golpistas de Belo Horizonte tinham preparado para prender, exilar ou matar no momento da "revolução". Sem condições de poder continuar a trabalhar em Minas, fui para São Paulo, onde, imediatamente, recebi convite para trabalhar no Escritório de Advocacia Lauro Bueno de Azevedo, ex-chefe de gabinete do Ministro da Educação Paulo de Tarso (democrata cristão) de quem eu tinha sido assessor em 1963. Josimar Moreira, sabendo que eu estava em São Paulo, convidou-me também para trabalhar em Última Hora. Aí conheci João Apolinário.

Éamos os dois "copy-desks". Trabalhávamos juntos, reescrevendo e resumindo as matérias dos jornalistas dos diversos setores. Púnhamos títulos nas matérias e ajudávamos o secretário de redação a selecionar as notícias e a distribuí-las pelo jornal. A tarefa mais difícil era, sem dúvida, a de escolher para a primeira página títulos que chamassem a atenção. Todos os dias, quando ficavam prontas as provas da primeira página do jornal, o interessante era ver a reação do chefe da circulação. "Este título é intelectual demais. É uma "bosta". O Jornal, hoje, não vende nada" E ele tinha razão. No outro dia, ao contrário, ele lia o título, a manchete, e sorria: "Podem aumentar a tiragem que o jornal vai sair que nem água". E ele tinha sempre razão.

Em janeiro de 1965, tornei-me secretário de redação. João continuava como "copy-desk", mas, a esta altura, perfeitamente integrado no meio cultural e intelectual de São Paulo, mantinha uma seção de crítica teatral, muito respeitada nos meios teatrais paulistanos. Isto ajudava a melhorar seus rendimentos, pois salário de jornalista no Brasil nunca foi muito alto. Varávamos as madrugadas para fazer o jornal e era nos intervalos, nas pausas para o café na cantina, que os colegas começaram a descobrir as riquezas escondidas do espírito do João. a época, sério, rígido mesmo, nada disso impedia o João de admirar a beleza da mulher brasileira. Recordo-me sempre de um comentário que me fez numa fria noite do inverno paulistano:

- "Sabe, Marco Antonio, estou a pensar que esta história de ficar a comer bacalhau todos os dias não é nada bom. De tempos em tempos, seria bom comer um filézinho bem temperado"...

Não me recordo se João gostou de minha reação que foi imediata.

-"João, você, sem dúvida, está com a razão. Mas não se esqueça de que esta história de ficar a comer filé todos os dias também não dá certo. Nada melhor do que um bacalhauzinho de vez em quando".

Não me lembro da reação, mas sei que rimos muito todos os que estavam no café naquele instante.

No início de 1965, Rubem Paiva, ex-deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro posteriormente assassinado por razões políticas, regressou de um curto exílio na Europa e foi participar da administração do jornal Última Hora em São Paulo. Na Europa, Rubem Paiva notara que alguns jornais baseavam seu sucesso popular em uma rubrica especial dedicada a conselhos sentimentais e a promover encontros matrimoniais. Por que não tentar a experiência no Brasil? perguntou ele a Josimar Moreira.

Assim nasceu "Tia Helena", coluna de grande sucesso do jornal Última Hora em 1965 e 1966. Em pouco tempo, era a parte mais lida do jornal, responsável pelo aumento de vendas deste diário. As cartas, pouco numerosas nos primeiros dias, ao cabo de poucas semanas, eram dezenas e, logo, centenas diariamente. A classe média de São Paulo resolvia seus problemas sentimentais com psicólogos ou, o que ficava mais em conta, com os religiosos. Os dominicanos do bairro das Perdizes, por exemplo, eram famosíssimos e eficientíssimos. Os ricos, como sempre, faziam a alegria de psicanalistas e psiquiatras. Os pobres não tinham ninguém até a chegada da nova coluna do jornal Última Hora. Tia Helena recompunha a vida de casais em litígio, aconselhava jovens donzelas nos seus primeiros passos com os namorados, orientava quem tinha sido estuprada ou ainda aquelas noivinhas desesperadas que, após abandonar o emprego e gastar todas as suas economias na preparação do enxoval, eram abandonadas pelos noivos. No final, Tia Helena acabou promovendo encontros e organizando casamentos. Tudo pelas colunas dos jornais!

A história somente se complicou quando os leitores, agradecidos, queriam visitar Tia Helena e alguns casais decidiram mesmo convidá-la para madrinha de seus casamentos. Uma das cenas mais divertidas na redação da "Última Hora" era a de ver nossa colega, a jornalista Marly, receber os leitores da Tia Helena, na sua qualidade de "secretária" da "velhinha". Esta nunca era encontrada na redação. Estava sempre em viagem, ou doente ou indisposta. O certo é que Tia Helena não podia mesmo encontrar seus leitores. Na realidade, quem poderia imaginar que Tia Helena não era mulher coisa nenhuma, que, debaixo deste pseudônimo, escondia-se o poeta e escritor português, o jornalista, o crítico teatral João Apolinário?

A coluna de João Apolinário era mesmo excelente e poderia perfeitamente servir, hoje, de tema para tese de estudantes de Comunicação, de Antropologia ou de Psicologia. Um dia, em nossas conversas madrugadas afora, ele me contou como articulava seu trabalho. Diariamente, entre as centenas de cartas recebidas, ele, com a ajuda de sua esposa, selecionava uma cujo teor coincidia

com um problema que pudesse afetar a totalidade ou a grande maioria dos leitores. Em outras palavras, a cada dia, todo leitor de "Última Hora" recebia uma mensagem positiva de Tia Helena que, usando de uma linguagem simples e direta, ia fundo no exame dos problemas pessoais que afetavam a gente simples de São Paulo. A carta selecionada era examinada em profundidade, limitando-se ele, em relação às outras, a uma análise séria porém mais sumária. Tia Helena era a conselheira, a psicóloga, a assistente social, a mãe, a amiga de cada dia de milhares de leitores.

Vi João pela última vez em outubro de 1966, poucos dias antes de viajar para Paris para obter um diploma de terceiro ciclo em Comunicação pela Universidade de Paris. Ele me convidara para um jantar de despedida em sua casa. Falamos do trabalho, da situação no Brasil e em Portugal, da vida em Paris. Regressando ao Brasil em 1968, instalei-me em Belo Horizonte e, em seguida, em Brasília. Acompanhei, de longe, o sucesso de João Ricardo, filho de João Apolinário, líder, no início dos anos setenta, do grupo "Secos e Molhados", um dos grandes sucessos daquele período. João Apolinário era autor da letra de diversas canções do grupo que, entre outros méritos, serviu para lançar o cantor Ney Matogrosso. Em minhas rápidas passagens por São Paulo, acabei não encontrando João Apolinário que, por ocasião da revolução dos cravos em Portugal, pegou o primeiro avião disponível e, deixando tudo o que havia acumulado para trás, regressou a Portugal e reencontrou a Democracia. Com isso, adiei nosso reencontro pessoal.

Indo a Lisboa há alguns dias atrás, preparei-me para chamá-lo. Havia imaginado uma "farsa". Ia dizer-lhe que me casara em São Paulo em 1965 e, estando às vésperas de minhas bodas de prata, queria encontrar aquela que fizera minha felicidade, Tia Helena. Minha idéia era a de dizer a João Apolinário que fora informado de que ele era a única pessoa em condições de me dar uma pista sobre a velhinha.

O encontro com João Apolinário não foi possível de se realizar. Bem que a Ministra da Saúde de Portugal, Dra. Leonor Beleza, tentou me ajudar. Sabendo de meu interesse, pediu a seu assessor de imprensa que localizasse o João. A notícia foi curta, chocante, emocionante. Minha "farsa" não podia se realizar. João morrera, vítima de um ataque cardíaco no início de outubro. Cheguei, pois, a Lisboa com três semanas de atraso. Com João Apolinário, morreu também Tia Helena, pioneira dos atuais consultórios sentimentais da imprensa brasileira. Em 1990 ou 1991, nenhum dos casais cujo encontro ela promovera poderá tê-la entre seus convidados para sua festa de bodas de prata.

-Publicado, originalmente, no Suplemento "Cultura e Arte" do "Comércio do Porto", Portugal, em 27 de novembro de 1988.

## ANEXO VI

### MARCUS PEREIRA: AMOR E PAIXÃO PELA MÚSICA E CULTURA DO BRASIL

Marcus Pereira não gostava de fazer as coisas pela metade. Colocava amor em tudo. Mais que amor, uma paixão absoluta e total. Marcus era dessas pessoas raras para quem a dicotomia entre trabalho e vida não existia. Não concebia trabalhar num setor que não amasse. Por isso, formado em Direito, jamais exerceu a advocacia, embora talento não lhe faltasse para isso: seu texto era excelente e sua capacidade de argumentação, demolidora. Sua vocação, porém, não estava em dar forma jurídica aos atos humanos, nem em defender, nos tribunais, as causas, justas ou injustas, de eventuais clientes. Seu espírito era feito para voar em outra dimensão. Os trabalhos de redator e escritor, no "Jornal de Debates", na revista "Anhembí", no "Estado de São Paulo", nos livros e artigos que publicou, demonstram um espírito inquieto, uma capacidade crítica aguçada, uma criatividade enorme e, sobretudo, um amor, uma paixão violenta pelo país em que nasceu, pelas coisas e pela gente do Brasil.

Por isso, uma agência de publicidade não foi suficiente para atender a seus anseios mais profundos. Conheci, de perto, a "Marcus Pereira Publicidade" nos anos sessenta. Não era uma grande agência. Talvez não pudesse nem mesmo ser classificada entre as de porte médio. Mas ali se trabalhava e se criava. O ambiente era de estímulo à criatividade e, na destruição da dicotomia entre trabalho e vida, entre trabalho e lazer, as sextas-feiras eram marcadas por discussões e debates sem fim, por encontros de amigos que ali tinham um ponto de referência e, sobretudo, por rodas de samba, que tornavam público o que, afinal, foi a grande paixão da vida de Marcus: nossa música popular, os aspectos mais salientes e importantes da nossa cultura popular.

A história de como Marcus fechou sua agência de publicidade e partiu para fundar uma gravadora é por demais conhecida. Durante quatro anos, se não me falha a memória, no final do ano, em vez dos tradicionais brindes -chaveiros, bebidas ou agendas- editou, fora do comércio, alguns discos que, hoje, podem ser considerados entre o que de melhor possui nossa discografia. De mil a mil e quinhentos privilegiados, entre os quais a velha amizade me incluiu, recebiam essas obras de arte, verdadeiros clássicos da música popular brasileira. E, já naquela época, Marcus revelava uma das características que iriam marcar sua obra no campo da música popular: a descoberta de talentos e o lançamento de trabalhos de grande significação cultural. Carlos Paraná, Maranhão e até o cientista Paulo Vanzolini foram os primeiros beneficiados pela ação de Marcus.

O sucesso da coleção de música popular do Nordeste, que acabou servindo de primeiro

passo para a elaboração do mapa musical do Brasil e para o lançamento de um grupo até então desconhecido, o "Quinteto Violado", levou-o a criar um selo novo: o dos "Discos Marcus Pereira", hoje com um catálogo de mais de 140 discos, todos, sem exceção, merecendo figurar na discoteca de qualquer pessoa que se interesse pela cultura brasileira. Ao contrário da praticamente totalidade das gravadoras atuantes no país, Marcus não se interessava pela canção da moda, aquela que, hoje, faz sucesso, amanhã já está esquecida, fruto que é muito mais de estímulos artificiais que resposta a uma manifestação profunda do indivíduo ou da coletividade. Seu campo de ação era delimitado pela canção de expressão, pelas formas variadas de cultura popular mais autêntica. Disso são exemplos tocantes alguns de seus últimos lançamentos como "o violão de Celso Machado", "as mais belas canções de José Tobias" (edição limitada do Banco do Brasil no Natal de 80, ainda não lançada comercialmente) e a "benção Tia Amélia", onde uma pernambucana de 87 anos, desconhecida no país, traz, até nós, de maneira viva e impressionante, "as sonoridades das músicas-de-salão de fins do século XIX e início do atual, principalmente a dos "pioneiros" nacionais (Nazareth, Chiquinha Gonzaga, Alfredo Gama, Misael Domingues) e estrangeiros (principalmente os norte-americanos autores das chamadas "valsas Boston"), segundo afirma Marcus Vinicius.

O sucesso da obra de Marcus Pereira não é medido pelo êxito comercial. É violenta a política de "dumping" exercida por selos ligados a meios de comunicação poderosos que dispõem, numa concorrência desleal, de um poder de influência desmedido que é o do uso de concessões do poder público servindo a interesses imediatistas e, frequentemente anti-culturais e anti-nacionais. Nos últimos tempos, grande era a amargura de Marcus com a investida das grandes gravadoras, sobretudo multinacionais, sobre os artistas da "Discos Marcus Pereira". Cartola de que ninguém se lembrava, foi lançado por Marcus e, logo depois, passou para a RCA, onde gravou seus últimos lançamentos. Recentemente, o maranhense Papete, excelente instrumentista e compositor, bem como o pianista Arthur Moreira Lima não resistiram ou não puderam resistir aos acenos milionários daqueles grupos que aqui se instalam apenas para faturar e só jogam na certa: nada de arriscar, nada de pesquisar, nada de estimular a criatividade. O que conta é o retorno certo do investimento.

Diante dessa realidade, mas não querendo ceder, Marcus se preparava para outro lance na sua carreira: associar-se ao grupo francês "Le chant du monde", a fim de editar, na Europa, o seu catálogo e lançar, no Brasil, discos de ressonância popular do mundo inteiro. Sua ideia era ir a Paris em março ou abril próximo. Seu primeiro lançamento, nesta nova linha, seria o de um cantor e compositor angolano, Bonga, conhecido dos brasileiros que vivem em Paris e que já teve pelo menos uma de suas canções gravada por Martinho da Vila, que, aliás, também foi lançado por Marcus Pereira.

Podia-se antever sucesso mesmo comercial para este lançamento. A sonoridade da voz de Bonga, seu ritmo quente tão familiar aos brasileiros, em função de nossas origens africanas, a qualidade de suas músicas despertariam interesse neste momento ainda de entressafra da música popular brasileira. A ideia de Marcus, se executada, daria ao público brasileiro a oportunidade de conhecer representantes de outras culturas também próximas da nossa. É o caso do catalão Luis Illach, que, terminada a ditadura franquista, voltou para Barcelona e reuniu, em espetáculo público, dezenas de milhares de pessoas cantando com ele, em catalão, língua até então banida na região, suas canções de protesto e de esperança! Não há dúvida de que isto poderia

representar um sopro e um impacto poderosos sobre as novas gerações de músicos populares, sujeitos apenas a influências estandardizadas, padronizadas e evasivas de certos meios de comunicação.

Essa ideia Marcus não pôde executar, como também deixarão de se concretizar outras ideias tais como a de lançar, em breve, um disco com o excelente Quarteto de Cordas da UnB. Ficarão no sonho como já acontecera antes com a ideia da criação do Balé Popular do Brasil, que, a exemplo do que fazem União Soviética, Senegal e outros países, levaria ao mundo uma expressão real e magnífica do potencial de nossa cultura autêntica.

Isso, porém, não importa. Marcus Pereira marcou sua passagem pela vida. Não foi um medíocre. Não fez as coisas pela metade. Foi sempre ao fundo das coisas. Deixou uma obra que registra sua presença, de forma indelével, na história da música e da cultura popular brasileira. Deixou textos e livros que são um ponto de referência preciso a todos aqueles, de todos os quadrantes, que amem esse país e sua gente. Deixou amigos em toda parte e essa é a grande herança que ficou para os filhos que amava acima de tudo: Juliana, João Paulo e Celina, para sua mãe e para Carolina de Andrade, de quem me dizia, por ocasião de sua última passagem por Brasília em dezembro último, que era sua grande amiga, a pessoa que lhe dava tranquilidade por saber que, com ela, seus filhos menores estavam bem. Marcus foi uma grande figura. Uma de suas amigas, Maria Alice de Castro, disse que ter tido Marcus como amigo foi um grande privilégio e que apenas isso consolava sua ausência.

Sonia, minha mulher, e eu concordamos com ela. Fomos e somos privilegiados e isto é tudo. A amizade de e por Marcus Pereira não morreu.

Publicado, originalmente, no “Correio Braziliense”, de 25.02.1981

# RECORDAR É VIVER

Depoimento à Professora Sandra de Fátima Pereira Tosta  
Fevereiro de 2004<sup>2</sup>

**Professor Marco Antonio R. Dias**  
**Assessor especial do reitor da Universidade das Nações Unidas**

Recordar é viver. A afirmação pode ser encontrada em toda a parte, mas nem sempre é fácil lembrar eventos que ficaram distantes no tempo, fatos que ocorreram há trinta, quarenta anos, e, no espaço, falhas nas lembranças, quando o deslocamento não se fez de uma casa a outra, do centro de uma cidade para um bairro novo, de uma cidade ou de um Estado para outro, mas de um continente para outro, com a criação e o desenvolvimento de referências novas totalmente diversificadas. Nestas circunstâncias, muito do que se viveu cai naquele espaço que os franceses definem como um “vague souvenir”, uma lembrança vaga, afastada no tempo e no espaço com imagens esmaecidas e frequentemente fora de foco. O risco, então, de se apresentar uma visão por demais subjetiva é grande e o risco de erros, inclusive fatuais, aumenta proporcionalmente ao tamanho da distância no tempo ou no espaço.

Mas, trata-se de um exercício que pode se justificar, na medida em que a volta ao passado ajuda a compreender o presente e a reconstruir o futuro. Como disse um dia o grande escritor mexicano, Octávio Paz, a descoberta do futuro passa inexoravelmente pela reconquista do passado. Não é a primeira vez que me pedem para recordar a criação do curso de comunicação da PUC de Minas, no início dos anos setenta, nem do que ocorreu no setor de comunicação no Brasil no período imediatamente anterior, ou seja a década de sessenta, quando vivi grande parte deste tempo em Belo Horizonte. Vivi intensamente este período, participando do movimento estudantil, atuando em movimentos sociais, desenvolvendo uma carreira jornalística agitada e preparando-me para executar, mais tarde, atividades no mundo acadêmico, do qual não me desliguei até hoje, início de 2004, após colaborações esporádicas com a então Universidade Católica de Minas no final dos anos sessenta, uma carreira tumultuada na UnB nos anos setenta e mais de vinte anos de ação na esfera internacional como diretor do ensino superior da UNESCO em Paris (1981-1999) e, agora, como assessor especial do reitor da Universidade das Nações

---

<sup>2</sup> Uma síntese deste depoimento foi incluída no livro “Pedagogia e comunicação no registro da liberdade” de Sandra de Fátima Pereira Tosta, publicado pela Editora Pucminas, em Belo Horizonte, em 2005 – páginas 147 a 152

Unidas.

Sobre o curso de comunicação da PUC-Minas, uma história de sucesso, outros terão mais o que dizer, em particular Lélío Fabiano dos Santos, que deu forma e estilo a uma das escolas mais inovadoras nesta área, e Dom Serafim Fernandes de Araújo que, em sua obsessão por construir uma grande universidade, não podia concebê-la sem uma unidade forte consagrada à comunicação. Posso lembrar, e é com prazer que o faço, fatos e acontecimentos que antecederam a criação do curso e que, possivelmente, tiveram uma influência no desenrolar posterior dos acontecimentos.

Olhemos, então, o passado. Em 18 de abril de 1969, Dom Serafim publica uma portaria, a de nº 8/69, designando uma comissão encarregada de estudar a conveniência da criação de um Instituto de Comunicação Social na Universidade Católica de Minas Gerais (só viria ser pontifícia muitos anos depois). Esta história já foi relatada no livro “O fato e a versão do fato – um jornalista nos anos 60” que a PUC-MG lançou em 1964 e que se esgotou nos lançamentos feitos em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, conseguindo ser uma obra “inédita”, porque desapareceu, sem nem ter entrado no circuito de livrarias. Como o livro não é mais encontrado, salvo talvez na biblioteca da PUC, vale a pena transcrever o essencial do que ali disse, sobre este tema, há mais de dez anos atrás:

“No início de 1969, um grupo se reuniu na reitoria e propôs a Dom Serafim a designação de uma comissão para estudar a possibilidade de criação e implantação de um Instituto de Comunicação Social da Universidade Católica. A comissão deveria fazer um levantamento das experiências feitas no Brasil e no Exterior, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, elaborar uma pesquisa de mercado junto a jornais, rádios e tvs, no campo das relações públicas e da publicidade. Colheria depoimentos de presidentes de sindicatos, da Associação Mineira de Propaganda, de empresas de comunicação, da Associação dos Bacharéis de Jornalismo, da Associação Mineira de Imprensa, de radialistas, profissionais de relações públicas, etc. A comissão estudaria várias hipóteses, entre elas a da criação de um curso de jornalismo tradicional (só em último caso), de cursos de pós-graduação, de um curso de especialização ou de aperfeiçoamento intensivo de três meses, de um acordo com a UNESCO para estágios de reciclagem.

“Nomeada a comissão em abril, fui eleito seu presidente e acabei me transformando também no seu relator (Nota: a comissão era integrada por Marco Antonio Rodrigues Dias, Hélio Fraga, Gamaliel Herval, Emerson de Almeida, Elzio Costa e, como homenagem post-mortem, pelo jornalista Wander Moreira que falecera pouco antes e se interessara pelo tema) A comissão reuniu-se duas ou três vezes. Recentemente, explorando velhos arquivos, encontrei notas relativas à sua primeira reunião e o rascunho do relatório final (nota: o original foi entregue em mãos a Dom Serafim Fernandes de Araújo)...

“No relatório final, após duas ou três reuniões, a comissão deu parecer propondo a

criação de um Instituto que teria como objetivos: fornecer formação ao pessoal de comunicação do interior, assegurar uma formação permanente para os jornalistas profissionais da capital, lançar bases para uma formação em nível de pós-graduação (especialização e mestrado) e estimular o desenvolvimento de pesquisas sérias na área.

“Não há dúvidas de que as ideias eram interessantes e eu acrescentaria que, hoje, mais de vinte anos passados (nota: atualmente, mais de trinta anos), elas são cada vez mais atuais e pertinentes. A formação inicial recebida na Universidade não é suficiente para fazer face a mudanças rápidas e uma das funções principais da universidade é, justamente, a de assegurar a formação contínua ou permanente, capaz de garantir a atualização e o acompanhamento, pelos profissionais, da evolução da tecnologia e da sociedade.

“O curso de comunicação social criado em 1971, na Universidade Católica de Minas Gerais, não adotou o modelo proposto pela Comissão. Ele foi, na realidade, fruto da obstinação de Dom Serafim Fernandes de Araújo, que queria um curso profissionalizante na Universidade Católica e sua implementação se deveu ao dinamismo de Lélío Fabiano dos Santos, o primeiro diretor, e da equipe que ele conseguiu reunir para concretizar a ideia. Naturalmente, várias pessoas ajudaram, deram opiniões, confirmaram as opções feitas e, sem dúvida, àquela altura, como chefe do Departamento de Comunicação da UnB, em Brasília, eu estava entre elas. Participei, inclusive, do seminário que marcou a abertura da Faculdade...”

O interessante seria indagar por que a proposta da comissão não foi aceita. Ela tinha uma base que parecia interessante. Quem poderia responder a melhor a esta questão seria evidentemente Dom Serafim. No entanto, o arcebispo tem o dever de reserva sobre muitos dos acontecimentos da época e sua visão será também, trata-se de um ser humano, subjetiva e condicionada ao que fez na época e ao que faz hoje, ao que foi a UCMG no seu início e ao que é hoje. Tem sentido, pois, solicitar como os vários autores do processo, dos mais importantes àqueles que, mesmo exercendo funções secundárias, sobre ele tiveram alguma influência. O somatório facilitará a melhor compreensão do que ocorreu na época.

A proposta da comissão designada por Dom Serafim parecia objetiva e inovadora, embora sugerisse uma decisão contra a tendência da época, que era, como veremos adiante, a da criação de cursos de graduação, nos moldes estabelecidos pela legislação federal e que levava à obtenção de um diploma no nível de graduação, respondendo a uma forte pressão social.

Em realidade, o que se passava naquela ocasião, em Belo Horizonte, Minas, Brasil e no mundo? Como se posicionava a Igreja diante daquela realidade?

Estávamos em plena ditadura e, naquele momento, um dos epicentros da repressão e do obscurantismo do regime militar estava enquartelado em Belo Horizonte, onde a política de tortura se desenvolvia e atingia, inclusive, meios católicos. Foi um período que marcou a história recente

do país e, em Minas, criou traumas e provocou divisões até hoje ressentidas pela sociedade. Dom João Resende Costa, figura humana extraordinária, em 1964, havia abençoado o governador Magalhães Pinto e os militares mineiros que lançaram o golpe contra o governo João Goulart. Dom João acreditava que as reformas de Jango iam trazer, de contrapeso, um regime castrista para o Brasil e o vermelho de sua sotaina episcopal desapareceria diante da vermelhidão que se implantaria no país. Mas, Dom João era um humanista e um religioso realmente piedoso, como já não se viam tantos mesmo naquela época. Aos poucos foi se decepcionando com os relatos que lhe chegavam de várias fontes sobre o que se passava nos subterrâneos do regime e, em particular, nas prisões de Belo Horizonte.

O choque com o General Bandeira, um dos comandantes em Minas, paladino da repressão, era inevitável. Para Bandeira, as organizações de juventude católica eram um antro de comunistas, protegidos pelo clero. Na época, a imprensa era censurada, mas pode-se imaginar que a decepção do general também foi grande, ao se dar conta de que o arcebispo de Belo Horizonte e seu auxiliar se opunham à repressão e, em consequência, em sua visão, protegia os vermelhos. Em realidade, nem Dom João, nem Dom Serafim, na época jovem, combativo, progressista, torcedor fanático do Atlético, tinham a mínima intenção de apoiar comunistas. Mas queriam justiça e defendiam os que eram perseguidos. O regime militar começou a se preocupar seriamente com o que se passava em Belo Horizonte quando, os dois bispos, após reunir todo o clero, soltaram uma nota, em 1969, denunciando as torturas de que vários cidadãos, inclusive membros do clero, tinham sido objeto.

A verdade –e isto é bom recordar- é que os bispos tinham uma excelente assessoria política, dada benevolmente e naturalmente pelo Professor Edgar da Mata Machado que vivia na rua Alagoas, bem pertinho do Palácio Cristo Rei. Mantinham também, principalmente Dom Serafim, excelentes ligações com líderes sindicais, e o bispo auxiliar apoiava o trabalho de José Gomes Pimenta, o Dazinho, líder dos mineiros da Morro Velho (ulteriormente deputado estadual cassado por seus colegas da Assembleia legislativa em 1964), e guardava contactos cordiais com líderes ligados ao Partido Comunista, como Sinval Bambirra, dos têxteis. Ficou famoso o que Dom Serafim fez no início da década de sessenta, reunindo a flor da burguesia mineira no Palácio Cristo Rei para arrancar das classes produtoras importantes contribuições in natura para saciar a fome dos operários de Marzagânia, há meses sem receber o salário, em greve e com fome, conforme assinalou Bambirra aos industriais mineiros convocados ao Palácio por Dom Serafim.

Nesta fase de repressão, ficou claro também para os bispos que a Igreja necessitava comunicar-se com o vasto público. O contacto direto através dos sermões nas missas dominicais não era suficiente. Belo Horizonte dispunha de um jornal católico, “O Diário”, que, quando criado por Dom Cabral, o antecessor de Dom João, efetivamente era um jornal diferente e cumpria sua missão de ligação entre a Igreja e seu povo. Aos poucos, tornou-se um jornal de província como os demais, mas, em alguns pontos, manteve sua especificidade até o final. Sua venda avulsa, nas bancas, era ridícula. Sua grande força vinha do número de assinantes, na capital, como em todo o interior do Estado. Na época, havia menos bispados que hoje no interior do Estado e a influência do arcebispo de Belo Horizonte era forte no Estado inteiro. A Igreja católica tinha uma presença predominante no Estado e os vigários todos estimulavam seus paroquianos a assinar o jornal que se chamava “O Diário” mas era conhecido como “O Diário católico”. Aliás, na primeira página, ele se apresentava

como o “maior jornal católico da América latina” e, nas suas páginas brilharam, gerações de líderes católicos de prestígio como Edgar da Matta Machado, João Camilo de Oliveira Torres e tantos outros. Por ali passaram jornalistas de peso como Guy de Almeida, profissionais como Ziraldo, cronistas como Maurílio Torres, críticos de cinema como José Alberto da Fonseca e Sérgio Porto e tantos outros. Ali comecei minha carreira de jornalista, em 1959, quando trabalhavam no jornal, entre outros, José Mendonça, Geraldo Magela, José Flávio Dias Vieira, João Ethienne Filho, Ariosto Silveira, Djalma Azevedo, João Baptista, Márcio Meniconi, Afonso Celso Raso, Charles Corfield, Adival Coelho e Frei Martinho Penido Bournier, encarregado de manter, até o fim, a ortodoxia católica no conteúdo do jornal.

No entanto, com o passar dos tempos, o jornal perdeu suas características essenciais e, embora mantivesse em posições de destaque jornalistas católicos como José Mendonça, e na presidência da empresa figuras do porte moral e da autoridade de um Celso Melo de Azevedo, uma das grandes figuras da vida política do Estado, no final dos anos sessenta, era difícil de definir em que este jornal, na área de reportagem, na área comercial, na área política, era diferente de outros meios de comunicação. Só que seus equipamentos se tornaram obsoletos, a redação não dispunha nem mesmo de máquinas de escrever corretas, os déficits começaram a se acumular, a administração descontava os fundos da previdência dos salários dos empregados, mas não os transferia para as caixas dos institutos de pensão e aposentadoria. Pior, do ponto de vista ético, havia dirigentes do jornal que justificavam os baixos salários dos jornalistas, dizendo a estes que, trabalhando no jornal, poderiam fazer muito dinheiro por outras vias e que eram eles os que deveriam pagar o jornal e não vice-versa.

A bomba estourou no final dos anos sessenta, quando Dom João, assistido por Celso Melo Azevedo e Dom Serafim, praticamente promoveu uma intervenção na administração do jornal. Foi quando se fez um balanço da situação que levou ao afastamento de dirigentes e à transferência da sede do jornal de locais exíguos porém super-valorizados na rua Goitacases para espaços mais amplos e, na época, de custos de manutenção menores na Avenida Francisco Sales e, no final, à cessão do controle do jornal a um grupo diferente, terminando assim a aventura e a existência do “maior jornal católico da América Latina”.

Foi neste contexto que, contraditoriamente, a hierarquia sentia necessidade de comunicação com o povo, e, ao mesmo tempo, perdia, como resultado de uma má gestão e de uma conjuntura desfavorável (o preço do papel quase todo importado tornava o produto jornal muito caro), o controle sobre um meio de comunicação importante. Justamente neste momento, apareceu a oportunidade, para a Igreja, da aquisição da Rádio Jornal de Minas. Não compensava a perda do jornal, mas permitia à Igreja o manter sua presença num meio eminentemente popular, o rádio, visando, com isto, guardar um contacto direto com o povo. Isto ocorreu no final de 1968.

Uma série de circunstâncias levou a este desfecho. Regressando, em julho de 1968, de Paris, onde fora fazer um curso de pós-graduação em Comunicação, recebi do antigo proprietário da rádio, ofertas seja para comprar a emissora, seja para recebê-la em comodato no qual, durante anos, nada teria a pagar, mas tampouco nada receberia, seja ainda para aceitar a direção com base em um salário a ser discutido. Na época, havia recebido propostas para trabalhar no setor de pesquisa do

Jornal do Brasil (Dines por sugestão de Fernando Gabeira) e no Jornal da Tarde (Murilo Felisberto, por sugestão de Ivan Ângelo) e ambas me interessavam.

As propostas do proprietário da Rádio Jornal não me seduziam, mas dei ciência a Dom Serafim do que se passava e lhe indaguei se a Igreja não teria interesse em comprar a emissora. A resposta foi clara. Tendo em vista o que se passava com “O Diário”, e a importância dos meios de comunicação para a Igreja, esta poderia se interessar pelo negócio. Mas, somente o faria se dispusesse de alguém de confiança para assumir a direção. Sem dar tempo a maiores reflexões, Dom Serafim me propôs que ficasse em Belo Horizonte como diretor da estação de rádio, com o mesmo salário que me oferecera o Jornal do Brasil. Coloquei então o ex-proprietário da rádio em contacto com Dom Serafim e, por decisão deste último, com o Pe. Antonio Gonçalves, e o negócio foi feito. Hoje, olhando para trás, creio que a Arquidiocese poderia ter adquirido a emissora em melhores condições do que fez, mas, no final, levando-se em conta a inexistência, na época, de frequências disponíveis, não era mau negócio. Pelo menos assim, interpretou Dom Serafim, conforme ele mesmo me disse mais tarde.

Há que se destacar dois elementos na reação de Dom Serafim, que tiveram influência no curso dos acontecimentos e também em minha vida pessoal.

- 1- o interesse da Igreja pela comunicação
- 2- a condição de que uma pessoa de confiança assumisse a direção.

Quanto ao interesse da Igreja católica na área de comunicação, hoje ele é mais visível do que nos anos sessenta, e isto é evidente, agora, inclusive face à penetração nos meios populares de igrejas evangélicas, e o controle dos meios de comunicação no Brasil por seitas, onde Cristo é um grande instrumento mercadológico num tipo de religião comercializada ao extremo. Na época, no final dos anos sessenta, a preocupação da Igreja católica, em escala mundial, mas também dentro do Brasil, era evangélica, porém o destaque era dado ao social, na linha das conclusões do Concílio do Vaticano e seguindo a orientação humanista encontrada nas obras de filósofos da moda entre os católicos progressistas como Jacques Maritain, Mounier, Theillard de Chardin. Ela foi num crescendo até chegar à Conferência de Puebla, no México, de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, quando os bispos de toda América Latina tratando da evangelização no presente e no futuro do continente, deram destaque especial à comunicação, ressaltando que a evangelização não pode prescindir dos meios de comunicação, pois esta “incide em toda a vida do homem e exerce sobre ele, de maneira clara, consciente e subliminar, uma influência decisiva”.

Esta consciência já era clara na Igreja no final dos anos sessenta e, despertando para o caráter repressivo e anti-social do regime militar, Dom Serafim e Dom João –pelo menos esta é a leitura que faço dos acontecimentos- não se conformavam com o que acontecia com “O Diário” e buscavam compensar as perdas por outras vias. É sintomático que no relatório que apresentou a Dom Serafim, a comissão que foi encarregada de estudar a conveniência da criação de um Instituto da Comunicação, afirmou:

“No que diz respeito à orientação da Igreja, é visível o interesse pela questão das comunicações sociais, sobretudo após a realização do Concílio Vaticano II e, no caso da América Latina, após a realização da reunião de Medellín. A Igreja, para reavivar os espíritos sobre este tema, chegou mesmo a determinar, durante o Concílio (Inter Mirifica, 18), que todos os católicos celebrem, uma vez por ano, um dia dedicado, de modo especial, às comunicações sociais.

“Em carta datada de 14 de junho de 1966, o presidente da Comissão Pontifícia para as Comunicações Sociais informou que, com o apoio de numerosos países e a aprovação do Papa, se reservaria para essa celebração, o domingo depois da festa da Ascensão (Cf. Bolletino d'Informazione, anno XIV, 1966, no. 74).

“Celebrado, pela primeira vez, em 1967, teve ele, como tema, em 1968: "Os meios de comunicação social a serviço do desenvolvimento dos povos". Para o ano de 1969, foi determinado que o tema seria "Comunicações Sociais e Família".

E foi assim que, por volta de outubro de 1968, assumi a direção da Rádio Jornal de Minas. Foi uma aventura. A Rádio JM dispunha de uma frequência 1390 kw péssima, por várias razões, a primeira delas, e isto somente viemos a aprender depois na prática, o melhor local para uma emissora de rádio que atue em concorrência com outras é o meio do aparelho receptor. Quando passa de uma estação a outra, o ouvinte, vindo da direita ou da esquerda, passa pelas estações que se situam no meio do mostrador e se encontram algo que lhes agrade –uma canção, um noticiário- seja o que for- param e acabam ficando cativos.

Outro aspecto a se considerar é que esta frequência –1390- era para estações de baixa potência 250 kwts, havia dezenas ou centenas delas em todo o país, e, no final da tarde, quando a área de cobertura das estações em ondas médias amplia-se de maneira extraordinária - este é um fenômeno de natureza física - a interferência tornava-se incômoda e a qualidade do som baixava terrivelmente. A Rádio tinha sua licença para funcionar em Contagem. De maneira irregular, estava operando no antigo Cine Leão XIII, no centro de Belo Horizonte, em condições ultra-precárias: o estúdio funcionava na antiga cabine do cinema, o transmissor ficava debaixo do palco. Além da irregularidade sobre o local de funcionamento, em cidade diversa daquela para onde a licença fora expedida, as condições de segurança, de higiene e de conforto não podiam ser piores. Caso funcionasse uma fiscalização mínima por parte dos órgãos federais que controlavam a comunicação ou por parte de serviços públicos federais, estaduais ou municipais ligados à segurança e higiene no nível federal, estadual ou municipal, a Rádio Jornal de Minas deveria ter tido suas atividades interrompidas há muito tempo.

No entanto, o funcionamento no centro da cidade, para uma estação de baixa potência tinha suas vantagens. Ali o som da rádio era excelente e, com isso, a emissora que tinha uma programação popular visando às camadas da população que a publicidade classificava como “C” ou “D”, ela, com aquele som muito bom, conseguia uns minguados pontos nas pesquisas de audiência.

Ao chegar, quisemos, de saída, melhorar a programação. Sonhávamos em guardar as parcelas do

público “C” e “D”, mas desejávamos, logo, rápido, atingir as faixas “A” e “B”. Buscamos, então, melhorar a programação, mas era necessário urgentemente regularizar ao máximo seu funcionamento. Na prática, estes objetivos somente poderiam ser alcançados a longo prazo, o que era difícil, pois a estação, para funcionar, necessitava de faturamento e, para faturar, tinha necessariamente de ter audiência boa e de aparecer nas pesquisas.

Levamos, então, o transmissor de ondas médias para um terreno que a estação possuía no alto de uma colina, no município de Contagem, na beira da estrada que liga Belo Horizonte a Sete Lagoas. Fizemos um acordo com “O Diário” que, em algum momento, virou “Jornal de Minas” e transferimos os estúdios da estação para o prédio do jornal na Avenida Francisco Sales. Melhoramos os noticiários, através de acordo com o jornal para assuntos locais, e com a AFP que nos fez um preço especial para o noticiário internacional. E contratamos Lélío Fabiano dos Santos para cuidar do setor de rádio-jornalismo.

Nos esportes, fizemos um acordo com a Rádio Inconfidência. Esta enfrentava um problema, Em dia de jogos, se transmitisse um jogo importante, o do Cruzeiro, tinha de deixar de lado uma partida do Atlético. Pelo acordo, a Rádio Inconfidência, em nome das duas estações, transmitia os dois jogos e, assim, pelo menos na área da capital, a maioria do público era atingida e o nome e a localização da rádio recebiam forte estímulo por parte da Rádio Inconfidência, a emissora estatal. A Rádio Jornal de Minas tinha seus programas próprios de noticiário esportivo, alguns feitos em parceria com o pessoal do jornal, e um comentarista esportivo de qualidade. Era o próprio Dom Serafim que, diariamente, gravava um programa de 10 a quinze minutos com comentários sobre o campeonato mineiro, sobre os jogos, sobre a evolução dos jogadores. É lamentável, para a história da comunicação em Minas, que não se tenham guardado fitas destes programas. Era o Arcebispo auxiliar de Belo Horizonte, falando não da ceia de Caná, mas do grande embate da semana: Atlético contra o Democratas por exemplo, ou analisando a evolução do esporte no Estado e dentro dos clubes.....

Evidentemente, a emissora era católica, mas de fato era aberta. Procurava repercutir o noticiário católico e, aos domingos, transmitia a missa de uma igreja na região de Contagem, no Barreiro creio. A transmissão se fazia por telefone e cada domingo era uma proeza técnica conseguir efetuarla sem maiores obstáculos. Aliás, os problemas técnicos eram sérios. Dispúnhamos de um técnico de alto nível que tinha um emprego público bem remunerado e colaborava com a estação. Seu nome era Nilo. Como a frequência 1390 era muito má, ele fez com que o transmissor emitisse na faixa de 1385, a “pequena” irregularidade não era notada e o resultado bastante satisfatório, pois eliminava grande parte da interferência. Um programa de sucesso da Rádio JM na época eram os “Recitais Di Giórgio”, na base de músicas de violão, produzidos em São Paulo e transmitidos nos domingos à noite, em horários em que a concorrência era grande com estações de televisão. Tinha um público cativo. Para transmitir os programas da Avenida Francisco Sales para Contagem, usava-se um pequeno transmissor em frequência modulada. Na época, os receptores em FM ainda não estavam comercializados, era uma irregularidade a mais, que, no entanto, não prejudicava a ninguém e não era notada por ninguém.

Tentamos um acordo com a Rádio Jornal do Brasil, para informativos e programação, mas os

representantes do grupo carioca, conhecendo os limites da estação, não quiseram. Compramos então os direitos de transmissão de um programa muito popular da Rádio JB, o “Pergunte ao João”, entrelaçado de respostas a perguntas dos ouvintes e música popular de boa qualidade. Foi um fracasso. Os programas chegavam por avião, em fitas previamente gravadas, a intendência do JB não funcionou corretamente a Rádio Jornal de Minas, ficou, várias vezes, sem a programação anunciada. Por outro lado, as perguntas eram feitas pelo público carioca e os mineiros não se identificavam com o programa. Além do mais, era caro. Resultado: suspendemos o contrato e lançamos em seu lugar um programa chamado “Décima Sétima Hora” que ia ao ar de 17 às 18 horas, sobre música popular brasileira. Em tempos de censura, quando os programadores tinham medo até da sombra, era ali que se podiam ouvir os jovens cantores e compositores da época, como Chico Buarque, Nara Leão, Paulinho da Viola, Nilton Nascimento e tantos outros.

O programa teve boa aceitação, mas havia um problema, A estação, agora, já não transmitia do centro. O som vinha de Contagem, chegava fraco ao centro da cidade, a emissora perdeu gente das classes “C” e “D” porque programas realmente de baixo nível haviam sido suspensos e não era capaz de chamar a atenção da classe “A”. Tínhamos indicadores de que sua audiência cresceu na periferia de Belo Horizonte, em particular na região de Contagem, mas até ali não chegavam as pesquisas de audiência. Era um beco sem saída, não se podia pedir mais dinheiro à Arquidiocese, pois ela estava pagando a transferência do direito à concessão em prestações. Era necessário também conseguir legalizar a transferência da emissora para a Arquidiocese e, ao mesmo tempo, aumentar sua potência e adquirir equipamentos mais modernos e eficientes. Os custos que não eram elevados deviam reduzir-se ainda mais. Mas aí ocorreram fatos que acabaram ajudando a estação a diminuir seus custos e a levar adiante estes tempos heroicos, permitindo a Arquidiocese de ganhar tempo para fazer –o que imagino deve ter acontecido em algum momento- mais investimentos no futuro.

Façamos um parêntesis e voltemos, antes de prosseguir neste tema, à questão do interesse da Igreja e, em particular de Dom Serafim, nos meios de comunicação. A frustração com “O Diário”, o intento de se construir uma estação de rádio com a Rádio Jornal de Minas, tudo isto, em realidade, fazia parte de uma preocupação mais ampla que, seguramente, tinha muito a ver com o que ocorria em toda a Igreja católica e com a prioridade já estabelecida em Medelin e (área regional) e no Vaticano (área internacional) e seguramente pela CNBB na área nacional. Dom Serafim queria consolidar a Universidade Católica de Minas Gerais da qual era reitor e, se entendo bem sua visão da época, considerava que uma das funções da universidade, sem ser dogmática, seria a de formar pessoal competente e eticamente responsável em todos os domínios. No campo da comunicação, era importante formar profissionais capazes de se opor à manipulação exercida pelos poderes políticos e econômicos. Nisto, a noção ética era então fundamental, e a formação na Universidade deveria visar a uma maior objetividade no trato da informação no interesse coletivo.

No final de 1965, buscando conseguir uma bolsa de estudos do governo francês, solicitei cartas de apresentação a várias personalidades, entre elas Edgar de Godoy da Matta Machado, Frei Pierre Secondi, Jornalista Guy de Almeida, Professor Aluísio Pimenta e, naturalmente, Dom Serafim que em carta ao Embaixador da França, datada de 30 de dezembro de 1965, após mencionar as condições de meu ingresso em “O Diário” (aproveitamento em curso de jornalismo organizado pelo

jornal com a Universidade Católica) e minha militância na Juventude Universitária Católica, afirmou:

“Gostaria de externar nossos projetos de aproveitamento do sr. Marco Antonio Rodrigues Dias, em futuro próximo, num curso de jornalismo a ser organizado pela Universidade Católica, bem como na direção de “O Diário”.

Na época, interpretei estas afirmações como meras formalidades, visando a influenciar a decisão do Embaixador, sugerindo que o investimento no candidato à bolsa seria rentável. Evidentemente, este objetivo existia...Mas, hoje, olhando para trás, está claro que Dom Serafim, naquela altura, já sabia o que queria: desejava lançar um curso de jornalismo na UCMG e acreditava que minha estadia na França seria útil para se alcançar este objetivo.

Mais tarde, em 1969, quando era diretor da Rádio Jornal de Minas, participei (tendo colaborado na elaboração dos programas) como conferencista de três seminários sobre comunicação organizados pela Universidade Católica. Em março de 1969, fiz uma palestra sobre “Tendências dos métodos de pesquisa nos meios de comunicação social”; em maio, sobre “Processos de comunicação” num seminário organizado pela Católica juntamente com o Instituto Alcinda Fernandes (organização da Professora Maria Nilza Fernandes) e da equipe de Cultura da Comunidade Carmo-Sion e, em setembro, sobre “Os meios de comunicação na formação da opinião pública” num seminário organizado pela Secretaria de Imprensa da Universidade Católica em comemoração ao XIº aniversário da Universidade. Em realidade, nada disto era acidental. O apoio da reitoria da UCMG a estas iniciativas era parte de uma estratégia. A Universidade apenas esquentava seus motores e começava a ocupar um espaço sério no setor da comunicação.

Elemento que pode confirmar esta hipótese vem das discussões mantidas com Dom Serafim por ocasião da aquisição da Rádio Jornal de Minas. Uma das idéias aventadas, nesta ocasião, era justamente a de se utilizar esta estação como laboratório para um eventual curso de comunicação da Universidade Católica. Em outras palavras, a estação de rádio, os seminários, a formação no exterior que Dom Serafim estimulava, tudo isto vinha dentro de uma estratégia que, ainda que não definida publicamente, levava automaticamente a uma conclusão previamente definida nos planos de expansão da UCMG.

Para encerrar o capítulo da Rádio Jornal de Minas e sua participação num esquema geral de ação da Igreja de Minas nos meios de comunicação, assinalo que a conferência que fiz em março em março de 1969, num seminário organizado pela UCMG, acabou sendo publicada algum tempo mais tarde, no número 1 da Revista Brasileira de Teleducação (1972), órgão da Associação Brasileira de Teleducação (ABT), posteriormente transformada em Associação Brasileira de Tecnologia Educacional. Não foram publicados os debates, que talvez tenham sido mais interessantes que a própria conferência. Ali, discutiram-se os temas que haviam sido apresentados - o interesse pelo impacto social da comunicação crescia em Belo Horizonte- mas, no final, como não podia deixar de ser, alguns participantes, como o jornalista Mauro Werkema, questionaram o significado de alguém ir à França, fazer um pós-graduação e, regressando ao Brasil, ir dirigir uma pequena estação de rádio, sem maior significação. Esta mesma observação tinha sido feita, anteriormente, em termos

pessoais, num encontro ocasional em frente ao antigo Cine Metr pole, pelo ex-chefe de reportagem da última Hora, de Belo Horizonte, o jornalista e depois escritor Roberto Drumond.

Recordo-me que respondi na linha do que acabo de contar, mostrando o que se pretendia fazer com a Rádio Jornal de Minas e assinalando que Dom João de Resende Costa e Dom Serafim não buscavam lucro com a emissora, mas queriam que esta , dentro de suas possibilidades, cumprisse uma fun o social. E, depois de narrar os esforços que se estava fazendo para regularizar a estac o e para melhorar seu funcionamento, afirmei, segundo se pode ver da transcri o da grava o da palestra:

Foi esta investida, aliás, seguida por meu deslocamento para Brasília, que acabou permitindo reduzir os custos da emissora que passou a limitar sua programac o aos noticiários de hora em hora,   música e   transmissão da missa aos domingos e dos jogos de futebol em parceria com a Rádio Inconfidência. Em março de 1970, em consequência de um curso de extensão e aperfei amento que havia dado na UnB em setembro de 1969, e após insistentes convites por parte desta universidade, transferi-me para Brasília, sendo imediatamente eleito responsável pelo curso de comunica o da UnB e iniciando uma nova carreira, a de professor e administrador universitário.

Neste relato, já há elementos suficientes para compreender porque Dom Serafim insistiu em criar um curso de gradua o, nos moldes definidos pela legisla o da época. A Comissão que ele havia nomeado em 1969 era integrada por gente que, já em 1969, e se orientou numa linha diferente porque se preocupava com a multiplicac o de cursos de comunica o pelo país afora. No início, havia um curso de jornalismo no Brasil (o da antiga Universidade do Brasil), pouco depois uns dois ou três foram criados, inclusive o da Universidade Federal de Minas Gerais que, desde o início, contou com a colabora o de vários elementos ligados   velha guarda de “O Diário”: Adival Coelho, Anis José Leão, José Mendonça etc. Em 1969, o número de cursos no Brasil já era de 24. Em 1972, eram mais de 70. Esta multiplicac o foi resultado da política dos militares, em particular de Jarbas Passarinho, que para resolver o problema dos excedentes, facilitou a multiplicac o de escolas de ensino superior particulares, inclusive com a transforma o de colégios secundários em universidades.

Os excedentes tinham se tornado um dos grandes problemas políticos entre o regime militar e a classe média. Que eram os excedentes? Tratava-se de milhares de estudantes que obtinham nota superior a 5 sobre 10 nos vestibulares, estavam tecnicamente aprovados, mas não eram admitidos nas universidades públicas por falta de vagas. Para evitar as manifesta es que se multiplicavam em todo o país, atingiam a classe média e faziam o governo correr o risco de desestabiliza o, Passarinho e seus colaboradores inventaram então o sistema classificatório. Se um curso de Medicina numa universidade federal dispunha de 50 vagas, somente eram considerados aprovados os 50 primeiros colocados. Em compensa o, se havia 80 candidatos para 100 vagas numa escola particular em um curso de Letras, em uma licenciatura de Química ou em qualquer outra área, bastava ao estudante tirar um décimo de ponto acima de zero que ele estaria aprovado... Para que a pressão baixasse, o governo federal facilitou o desenvolvimento do ensino particular, principalmente em áreas que demandavam menos investimentos. Foi quando centenas de colégios, em todos os Estados, transformaram-se, da noite para o dia, em estabelecimentos de ensino superior.

Comunicação também entrou nesta faixa e dezenas de cursos foram autorizados a funcionar sem laboratórios, estúdios de rádio e TV, laboratórios de fotografia, salas de redação ou o que seja. Era tudo na base da palavra e do giz, ou como muitos diziam do cuspe e do giz...

A comissão nomeada por Dom Serafim acreditava que a Universidade Católica poderia desenvolver outra lógica, pois encontraria um espaço livre para organizar seminários, cursos de treinamento para jornalistas da capital e do interior, formação de técnicos em publicidade, além de, num campo mais elevado, partir para a criação de um mestrado e de um doutorado onde se formariam especialistas em pesquisa de opinião, na utilização da comunicação para o desenvolvimento etc. A comissão, levando em consideração o mercado limitado para profissionais de comunicação em Belo Horizonte, pensava que seria melhor não criar um curso nos moldes do já existente na Federal. Dom Serafim que tinha idéias muito claras do que desejava, recebeu o relatório, agradeceu, colocou numa gaveta, quem sabe até pensou que mais tarde aquelas idéias poderiam ser implementadas, mas, na primeira oportunidade, quando teve diante de si alguém em condições de criar um curso de qualidade na faixa de graduação não teve dúvidas. Deu esta responsabilidade a Lélío Fabiano dos Santos.

A história é conhecida. Dom Serafim e Lélío fizeram uma aposta, investiram na qualidade, no dinamismo, na inovação e ganharam. Em pouco tempo, o curso da Católica de Minas se destacou no cenário nacional. A pergunta que se coloca, agora, e para a qual me solicitam resposta, é se, nos dias de hoje, o mesmo modelo seria aplicável. A resposta é muito mais difícil de ser dada que nos anos setenta. O mundo mudou muito. Sigo acreditando que uma universidade como a PUC-MG poderia ter interesse em levar adiante algumas das ideias sugeridas pela comissão criada em 1969 e que, em alguns pontos, foi profética, antecipou necessidades que viriam se desenvolver mais tarde. De fato, no mundo atual, a educação tem de ser permanente, um curso feito em três ou quatro anos, em pouco tempo está obsoleto, o saber modifica-se muito rapidamente, a sociedade evolui em ritmo alucinante.

Devo assinalar que esta questão já me foi colocada em outros contextos. Indicentemente, dela tratei numa exposição feita em Brasília no final do ano 2002, num seminário organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sob o título de “O desafio ético na internet” e que, em sua versão preliminar, pode ser ainda encontrada em internet na página web do Observatório da Imprensa, na sua edição de 27 de novembro de 2002. Estou sendo convocado também para tratar do tema numa Jornada que se realizará no final de março de 2004, em Barcelona, em promoção da UOC –Universitat Oberta de Catalunya- sobre a “perspectiva social de e-learning na universidade”.

O tema é complexo e as respostas muito mais difíceis de serem encontradas que no início da década de 70 quando tínhamos a pretensão de ter resposta para tudo.

Quando o curso de comunicação da UCMG iniciou suas atividades em 1971, já fazia mais de um ano que dirigia o curso de comunicação da Universidade de Brasília que, também, em pouco tempo, passou a se constituir em referência nacional e também internacional. O grupo que se

formou em Brasília tinha um núcleo duro, se assim se pode dizer, que era formado por jornalistas e publicitários, antigos dirigentes de movimentos católicos, quase todos de Minas Gerais, como Sérgio Porto, José Salomão David Amorim, Vinicius Arthur de Lima e Geraldo da Rocha Moraes, este último gaúcho, todos tendo tido uma formação influenciada por filósofos católicos humanistas como Maritain. Ao montar o programa da UCMG, Lélío Fabiano dos Santos esteve em Brasília, viu, com olhos críticos, o que ali se buscava fazer e nos convidou para o seminário de abertura do curso de comunicação da UCMG em 1971.

Hoje, a situação é diferente. Seguramente –e não se trata apenas de uma questão de idade, estou com 65 anos mas procuro continuar ativo- não me disporia a assumir a direção de um curso de comunicação em uma universidade. Creio que as perguntas, hoje, são mais numerosas que as respostas. Recentemente, um especialista francês da área, Jean-Marie Charon, afirmou que, no início dos anos 80, na França, as escolas de jornalismo passavam uma grande parte de seu tempo a formar seus alunos para o jornalismo telemático –a compor na tela gráficos com a ajuda de pequenos quadros de cor. E ele acrescentava: "isto pode parecer hoje um trabalho de arqueologia".

Se isto era arqueologia, que dizer da experiência que tive no jornalismo nos anos 60? Em 1959, participei de um curso prático de jornalismo, organizado pelo jornal O Diário, conhecido como o "Diário Católico", em Belo Horizonte, e pela então Universidade Católica de Minas Gerais. Ao final do curso, o jornal decidiu aproveitar três alunos em sua redação. Era um deles. Que tem a ver a produção de um jornal, hoje, com a do final dos anos 50 e início dos anos 60? Naquela época, era comum solicitar ao "foca", o jornalista que se iniciava na carreira, que fosse buscar na oficina uma calandra. Qual estudante de comunicação, hoje, terá informação do que era uma calandra, um linotipo, uma rotativa Marinoni?

Na época, para que os jornais fossem bem escritos e usassem a técnica importada dos Estados Unidos, após a abolição do nariz de cera, havia redatores, os copidesques [copy desks], que resumiam matérias de diversos jornalistas para compor um texto integrado que, dentro do espaço determinado pelo redator-secretário, usasse as técnicas do lead, sublead e corpo da matéria. Que foi feito dos copidesques nos jornais de hoje? Dentro do jornal, a classe mais forte eram os gráficos. Com o fim dos linotipos e início da impressão em off set, que foi feito dos gráficos?

No final dos anos sessenta, dirigi, como acabo de narrar, a Rádio Jornal de Minas, numa situação hoje impossível de se reproduzir.

E, uma vez mais, não podemos deixar de lado o que meu professor de Literatura, Danilo Geraldo Lima, ainda nos anos cinquenta, chamava de coordenadas de tempo e de espaço. Vivemos um período de obscurantismo. As Nações Unidas foram criadas para assegurar e desenvolver a paz.No entanto, países poderosos militar e economicamente tentam transformar esta organização num cartório para registrar e ratificar deliberações tomadas unilateralmente e ilegalmente pelos governos destes países. Num período em que a sociedade do conhecimento se consolida, em que o progresso científico e tecnológico alcançou níveis inimagináveis, a miséria e a exclusão não cessam de se desenvolver e a noção mesmo de trabalho se modifica, com a precariedade tornando-se a regra no

mundo inteiro.

Os serviços passam a ser o eixo central da economia e, no marco da Organização Mundial do Comércio, busca-se definir a educação, a comunicação, o meio ambiente, a saúde, não como direitos humanos mas como serviços comerciais, onde os valores não são os que beneficiem o desenvolvimento do ser humano, mas aqueles que sirvam aos interesses das corporações.

Em 1998, contra a corrente, perto de cinco mil participantes, representantes de mais de 180 países, delegações oficiais chefiadas por 125 ministros de estado, representantes de associações universitárias, de professores e de estudantes, representantes de parlamentos, membros da sociedade civil, reuniram-se em Paris, no mês de outubro, e aprovaram uma declaração sobre o ensino superior ratificando que a educação é um direito, insistindo em que qualidade e pertinência são conceitos que devem sempre estar juntos, mostrando que sem um ensino superior de qualidade e pertinente, nenhum país em desenvolvimento poderá superar as barreiras que os separam dos países ricos, assinalando que a diversidade cultural é fundamental e que a ética.

Este é um tema em discussão no mundo inteiro e suas implicações na organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior são imensas. Mas, isto é tema para grandes discussões. Sobre isto, vários autores publicaram trabalhos recentes, associações universitárias, inclusive no Brasil, promoveram encontros e, pessoalmente, publiquei trabalhos em vários continentes e várias línguas. O último deles pode ser encontrado na página web do Ministério da Educação e Cultura do Brasil que, em novembro de 2003, organizou um grande seminário sobre o ensino superior para o Século XXI, A Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Ana Lúcia Gazzola, por sua vez, depois de me conceder em setembro último, a medalha de honra de ex-aluno daquela universidade, decidi reunir todos os trabalhos que publiquei sobre educação, ensino superior, comunicação e política nos últimos trinta anos e vai colocá-los em breve à disposição de quem se interesse por estes temas. Ali estarão, entre outros, textos das conferências feitas na Universidade Católica de Minas Gerais em 1969 e os documentos que acabo de mencionar e que são encontrados no Observatório de Imprensa e na página web do MEC.

Uma última palavra para concluir:

O setor da comunicação foi um daqueles em que, nas últimas décadas, mais se constatou o fenômeno do desaparecimento de profissões e do surgimento de outras, em particular no campo da documentação, onde hoje, empresas organizadas, devem, necessariamente, dispor de especialistas de banco de dados, de conceptores de sistemas e de produtos. Exige-se também dos jornalistas muito mais do que se requeria 30 anos atrás. Os comunicadores, agora, enfrentam desafios enormes, pois, caso decidam exercer a profissão de maneira independente e socialmente útil, deverão, necessariamente, além de dominar o conteúdo e de manter uma atitude ética, acompanhar a evolução das técnicas, sem o que serão superados pelos fatos e pelos concorrentes.